

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS
ESCOLA DE DIREITO DE SÃO PAULO**

Adriana Silva Gregorut

**CRISE DO CUIDADO OU FINANCEIRIZAÇÃO DA REPRODUÇÃO
SOCIAL? UMA PROPOSTA DE ABORDAGEM CRÍTICA À TEORIA
DA REPRODUÇÃO SOCIAL**

**São Paulo
2023**

Adriana Silva Gregorut

Crise do cuidado ou financeirização da reprodução social? Uma proposta de abordagem crítica à teoria da reprodução social

Tese de Doutorado apresentada ao Programa de Doutorado Acadêmico da Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas (FGV Direito SP), na área de concentração Direito e Desenvolvimento, como requisito parcial para obtenção do título de Doutora em Direito.

Campo de conhecimento: Direito e Desenvolvimento, subárea Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado

São Paulo

2023

Gregorut, Adriana Silva.

Crise do cuidado ou financeirização da reprodução social? Uma proposta de abordagem crítica à teoria da reprodução social / Adriana Silva Gregorut. - 2023.

148 f.

Orientador: Marta Rodriguez de Assis Machado.

Tese (doutorado) - Fundação Getulio Vargas, Escola de Direito de São Paulo.

1. Economia - Aspectos sociais. 2. Mulheres - Condições sociais. 3. Teoria feminista. I. Machado, Marta Rodriguez de Assis. II. Tese (doutorado) - Escola de Direito de São Paulo. III. Fundação Getulio Vargas. IV. Título.

CDU 33

Adriana Silva Gregorut

Crise do cuidado ou financeirização da reprodução social? Uma proposta de abordagem crítica à teoria da reprodução social

Tese apresentada à Escola de Direito de São Paulo da Fundação Getulio Vargas, como requisito para a obtenção do título de Doutora em Direito e Desenvolvimento.

Área de concentração: Instituições do Estado Democrático de Direito e Desenvolvimento Político e Social.

Data da aprovação: 24/11/2023

Banca examinadora:

Prof^ª. Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado
(Orientadora)

Direito-FGV

Prof^ª. Dra. Raquel de Mattos Pimenta

Direito-FGV

Prof^ª. Dra. Maria Helena Lavinias de Moraes

IE-UFRJ

Prof^ª. Dra. Regina Stela Correa Vieira

UNIFESP

Prof. Dr. Guilherme Leite Gonçalves

FD-UERJ

RESUMO

Esta tese de doutorado examina criticamente a ideia de crise da reprodução social, seus pressupostos teóricos e conceituais e sua aplicabilidade ao caso brasileiro. A teoria da reprodução social, enraizada na teoria feminista marxista, busca entender os processos pelos quais a sociedade capitalista se reproduz e sustenta as relações sociais, construindo hierarquias de gênero. Entretanto, as origens da teoria nas experiências das mulheres no Norte Global levantam questões sobre sua relevância e limitações quando aplicadas ao Sul Global. Esse questionamento, por sua vez, encaminha uma crítica aos próprios pressupostos teóricos da abordagem da TRS sobre crise e suas reflexões sobre o processo de financeirização da reprodução social. A pesquisa envolve três partes principais. Em primeiro lugar, exploro os fundamentos históricos e teóricos da teoria da reprodução social nos estudos feministas, bem como apresento uma visão geral da teoria da reprodução social contemporânea, com ênfase especial na crise do cuidado e no papel do Estado. Em segundo lugar, com base na literatura da economia política brasileira, a pesquisa propõe identificar possíveis lacunas na TRS, argumentando principalmente que, no contexto do desenvolvimento do neoliberalismo, as políticas sociais no Brasil passaram por uma mudança qualitativa, e não por uma retirada quantitativa do Estado. Isso desafia a visão da TRS sobre as próprias transformações do capitalismo neoliberal em contextos do Norte Global e revela problemas teóricos fundamentais. Para superar esses problemas, proponho um engajamento integrativo com abordagens que trabalham a ideia de financeirização enquanto tecnologia de poder e de controle sobre o futuro. Por fim, apresento um delineamento do que poderia ser uma crítica marxista do direito e do Estado no contexto da reprodução social.

Palavras-chave: Reprodução social. Crise. Financeirização.

ABSTRACT

This doctoral thesis critically examines the idea of the crisis of social reproduction, its theoretical and conceptual assumptions and its applicability to the Brazilian case. The theory of social reproduction, rooted in Marxist feminist theory, seeks to understand the processes by which capitalist society reproduces itself and sustains social relations, constructing gender hierarchies. However, the theory is mostly grounded in the experiences of women in the Global North, which raises questions about its relevance and limitations when applied to the Global South. This questioning, in turn, leads to a critique of the very theoretical assumptions of the TRS approach to crisis and its reflections on the process of financialization of social reproduction. The research involves three main parts. Firstly, I explore the historical and theoretical foundations of social reproduction theory in feminist studies, as well as presenting an overview of contemporary social reproduction theory, with a particular emphasis on the crisis of care and the role of the state. Secondly, based on the Brazilian political economy literature, the research proposes to identify possible gaps in SRT, arguing mainly that, in the context of the development of neoliberalism, social policies in Brazil have undergone a qualitative change, rather than a quantitative withdrawal of the state. This challenges the SRT view of the very transformations of neoliberal capitalism in contexts of the Global North and reveals fundamental theoretical problems. To overcome these problems, I propose an integrative engagement with approaches that work on the idea of financialization as a technology of power and control over the future. Finally, I present an outline of what a Marxist critique of law and the state might look like in the context of social reproduction.

Key-words: Social Reproduction. Crisis. Financialization.

Sumário

1 Introdução	8
1.1 Notas sobre a metodologia e a estrutura do texto	15
2 O local da TRS na teoria feminista	19
2.1 Fundamentos do feminismo marxista	22
2.1.1 Primeiras aproximações entre feminismo e marxismo	22
2.1.2 O debate sobre o estatuto do trabalho doméstico.....	24
2.1.3 A teoria do duplo sistema.....	30
2.1.4 Reprodução social: uma proposta de teoria unitária	32
2.2 Novas abordagens da reprodução social	36
2.2.1 Abordagem marxiana à teoria da reprodução social	37
2.2.2 Escola inglesa da teoria da reprodução social.....	55
2.3 Abordagens “alternativas”	59
2.3.1 A abordagem da subsistência	59
2.3.2 Feminismo marxista brasileiro	65
2.4 Atualizações do debate feminismo-marxismo e recepção da TRS no Brasil	77
3 Entre crise do cuidado e financeirização da reprodução social	81
3.1 O diagnóstico de Nancy Fraser sobre a chamada crise da reprodução social.....	83
3.2 A financeirização da reprodução social na periferia do capitalismo: o caso brasileiro .	88
3.3 A financeirização como chave para compreender a reprodução social sob o capitalismo neoliberal.....	103
3.4 Um retorno a abordagens dualistas?	109
3.5 A financeirização como tecnologia de poder e de controle sobre o futuro.....	114
4 Relações jurídicas, violência e reprodução social	126
Considerações finais	135
REFERÊNCIAS	139

1 Introdução

A ideia de uma crise do cuidado em curso tem ganhado proeminência no debate público, especialmente após a pandemia de Covid-19¹, que teria “trazido à luz, de forma sem precedentes, a importância do cuidado para a sustentabilidade da vida” (ECLAC, 2023, p. 11). Nesse contexto, inúmeras abordagens feministas têm se debruçado sobre esse debate, propondo variadas análises sobre os efeitos dessa crise para a vida das mulheres.

Por trás dessa ideia de crise do cuidado, há a noção de que a sociedade contemporânea tem enfrentado desafios significativos relacionados ao trabalho de cuidado, em especial o ônus cada vez maior que recai sobre os indivíduos, principalmente as mulheres, na prestação de cuidados não remunerados a familiares, crianças, idosos e pessoas com deficiência, ao mesmo tempo em que enfrentam barreiras estruturais e sistemas de apoio inadequados.

Um aspecto importante que, em geral, é destacado em relação à crise do cuidado é a mercantilização do trabalho de cuidado. O argumento é no sentido de que, à medida que as economias e os mercados de trabalho evoluem, o trabalho de assistência geralmente se torna um setor mal remunerado e subvalorizado. A mercantilização do cuidado leva a condições de trabalho precárias, benefícios limitados e salários inadequados para os cuidadores, exacerbando a desigualdade e desvalorizando a natureza essencial do cuidado.

Pesquisadoras e ativistas feministas têm chamado atenção, nesse contexto da chamada crise do cuidado, para a divisão de gênero das responsabilidades pelos cuidados. As expectativas e normas sociais geralmente atribuem às mulheres a responsabilidade primária pelo cuidado, perpetuando as desigualdades de gênero e dificultando a participação das mulheres em outras esferas da vida, como educação, emprego e engajamento político. Essa carga afeta desproporcionalmente as mulheres de comunidades marginalizadas, exacerbando ainda mais as disparidades sociais e econômicas existentes.

Outro aspecto dessa crise identificado por pesquisadoras feministas tem a ver com a globalização e o surgimento de redes globais de cuidado, que também trouxeram desafios à administração dessa crise. A migração e a demanda por profissionais de cuidados em países mais ricos teriam levado à separação de famílias e à terceirização das responsabilidades de cuidados para indivíduos no Sul Global. Essa cadeia global de cuidados rompe os vínculos familiares e comunitários e, ao mesmo tempo, expõe os cuidadores migrantes à exploração, discriminação e condições precárias de vida e trabalho.

¹ O debate sobre a crise do cuidado não se limita aos circuitos acadêmicos. A título de exemplo, destacamos a seguinte matéria veiculada na Folha de São Paulo: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/03/pandemia-deflagra-crise-do-cuidado-e-poe-em-risco-conquistas-femininas.shtml>

Além disso, a inadequação das políticas sociais tende a agravar os efeitos da crise. O investimento público insuficiente em creches, cuidados com a saúde, cuidados com idosos e serviços sociais acessíveis sobrecarrega os indivíduos e as famílias. Essa falta de apoio não só afeta o bem-estar e a qualidade de vida dos cuidadores, mas também prejudica sua capacidade de participar plenamente da força de trabalho.

Esses são alguns dos aspectos gerais do debate que tem sido travado, com a participação das mais variadas abordagens teóricas feministas. Pode-se dizer que as duas principais vertentes que se debruçam sobre a questão estão inseridas nos debates do feminismo materialista francês (KERGOAT 2009; 2016; MOLINIER, 2012; MOLINIER; LAUGIER; PAPERMAN, 2009), cujo arcabouço teórico inspirou o desenvolvimento de uma teoria do cuidado no Brasil (GUIMARÃES; HIRATA, 2012; 2020; 2021; HIRATA, 2020, 2022); e nos debates do feminismo marxista (FEDERICI, 2017; VOGEL, 2013; FRASER, 2017a; 2017b; 2022; ARRUZZA, 2013; BHATTACHARYA, 2017; ARRUZZA; BHATTACHARYA; FRASER, 2022), que mobilizam a categoria marxiana de reprodução social para refletir sobre as imbricações entre a esfera da reprodução (onde se desenvolve o trabalho de cuidado) e da produção na sociedade capitalista e sua relação com as desigualdades de gênero.

O ponto em comum entre essas abordagens é a centralidade do trabalho de cuidado para qualquer reflexão ou teorização sobre desigualdade de gênero, o que implica levar a sério as complexidades presentes nos processos de inserção da mulher no mercado formal de trabalho e na divisão social e sexual do trabalho de reprodução social (ou do trabalho de cuidado).

Para a primeira vertente teórica, localizada no debate feminista materialista, cuidado é uma relação social (HIRATA, 2022, p. 29) que envolve dois grupos sociais – homens e mulheres –, e que expressa uma divisão social do trabalho com base no gênero. Essa divisão do trabalho se caracteriza pela “designação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a apropriação pelos homens das funções de maior valor social adicionado” (HIRATA; KERGOAT, 2008, p. 266). Por outro lado, as atividades que envolvem o cuidado com os membros da família e com as tarefas da casa são consideradas essencialmente femininas e desvalorizadas, sendo desenvolvidas de forma não remunerada (HIRATA, 2022, p. 34). Esta seria, portanto, a expressão da desigualdade de gênero na sociedade capitalista.

As teóricas marxistas partem das mesmas premissas acerca da divisão sexual do trabalho, porém adotam uma abordagem analítica que pressupõe uma conexão necessária entre o que se entende por duas esferas do capitalismo: a produção e a reprodução. Assim, o capitalismo é entendido como um sistema integrado, em que a reprodução social sustenta a produção, na

medida em que engloba as atividades que regeneram os trabalhadores fora do processo de produção, para que possam sempre retornar ao trabalho; que mantêm e regeneram não-trabalhadores (crianças, idosos, pessoas com deficiência, desempregados etc.), que estão permanente ou temporariamente fora do mercado de trabalho; e que produzem novos trabalhadores (ou seja, gestar e dar à luz).

O trabalho pioneiro de Lise Vogel na mobilização do conceito marxiano de “reprodução social” desempenha um papel crucial na reflexão sobre a opressão das mulheres na sociedade capitalista. Essa abordagem teórica serve como fundamento para as análises contemporâneas sobre o tema. Vogel propõe uma perspectiva integrativa, utilizando o conceito de reprodução social de Marx, para entender a interconexão entre o capitalismo e a opressão de gênero. A autora destaca a posição subalterna das mulheres na hierarquia capitalista devido à sua responsabilidade não remunerada nas atividades essenciais para a reprodução da sociedade.

A divisão social do trabalho atribui às mulheres a realização dessas atividades, essenciais para a manutenção e reposição geracional da força de trabalho. No entanto, esse trabalho é frequentemente naturalizado e invisibilizado, contribuindo para a exploração das mulheres. A teoria da reprodução social argumenta que esse trabalho é vital para o funcionamento do capitalismo, pois permite a continuidade e renovação da força de trabalho. A necessidade de realizar essas tarefas de forma gratuita é fundamental para a expansão do capital, levando à criação de hierarquias sociais que justificam a exploração das mulheres nessas atividades. Assim, o foco na conexão entre a reprodução social e o funcionamento do sistema capitalista como um todo é o elemento de distinção principal entre a abordagem marxista e a proposta materialista.

Ou seja, essas ideias fundamentais servem como base para as reflexões de autoras que exploram a noção marxiana de reprodução social para analisar a questão de gênero no capitalismo contemporâneo. A teoria da reprodução social se desenvolve principalmente a partir dos anos 2000, tendo como base teórica as reflexões trazidas acima, de inspiração marxista. Trata-se de um corpo teórico que vem se desenvolvendo desde então, com cada vez mais trabalhos sendo publicados nesse registro analítico, com as mais variadas abordagens e que aprimoram os limites conceituais dessa categoria e a aplicam para entender as relações sociais marcadas por gênero na fase neoliberal do capitalismo. O campo vem ganhando especial importância no Brasil, especialmente em razão da publicação da tradução de obras de Silvia Federici, que têm ganhado ampla repercussão nos círculos acadêmicos brasileiros. A presente tese tem como escopo, portanto, as contribuições da abordagem marxista, não sendo seu objeto

se debruçar sobre a proposta materialista do cuidado, que já vem sendo mais detidamente explorada por acadêmicas brasileiras.

Os debates teóricos mais recentes do campo da TRS se concentram na compreensão da reprodução social, abrangendo todas as atividades, remuneradas ou não, que contribuem para a manutenção e reposição da força de trabalho. O papel do Estado como mediador entre a produção e a reprodução social ganha destaque. As análises se expandem para investigar as transformações econômicas e políticas do neoliberalismo e seus impactos na organização da reprodução social.

A crise financeira de 2008 e suas ramificações tornam-se objeto de pesquisa significativo, dando origem à ideia da “crise da reprodução social” ou “crise do cuidado”. Este tema domina as discussões na Teoria da Reprodução Social (TRS) nos anos seguintes, especialmente a partir de 2020, com a emergência da pandemia de Covid-19. As pesquisas passam a examinar os efeitos das políticas de austeridade nas condições precárias de trabalho e vida das mulheres trabalhadoras em todo o mundo – nesse ponto, a TRS adentra as discussões sobre crise do cuidado.

Por se tratar de abordagem recente e que, como dito, vem ganhando ampla repercussão no Brasil recentemente, revela-se a importância de estabelecer um diálogo crítico com esse campo teórico emergente, em especial no que diz respeito às potencialidades e limitações de seu esquema explicativo para pensar os processos sociais que se desenvolvem no contexto brasileiro, particularmente o surgimento e desdobramento da crise do cuidado. Aportar os fundamentos teóricos dessa literatura – desenvolvida especialmente em círculos acadêmicos europeus e norte-americanos – à realidade brasileira necessitaria de mediações que incluem particularidades referentes às dinâmicas de gênero, raça e classe, bem como ao processo particular de desenvolvimento do capitalismo no país – o qual está diretamente relacionado com os esquemas explicativos acerca da crise do cuidado.

Enquanto para a TRS, em geral, a crise do cuidado tem a ver com a adoção, cada vez mais ampla, de políticas neoliberais de austeridade, que envolvem principalmente a redução de gastos do Estado, com sua consequente retirada do provimento de serviços sociais – o que resultaria em uma redistribuição das responsabilidades pela reprodução social de forma a sobrecarregar ainda mais as mulheres –, no Brasil, esse processo se dá de outra forma, conforme nos aponta uma parte da literatura da economia política brasileira que se debruça sobre o desenvolvimento do neoliberalismo no país.

Ao invés de uma mudança quantitativa na presença do Estado, há uma mudança qualitativa nas políticas sociais, com ênfase nas políticas de transferência de renda, as quais

compõem um modelo de desenvolvimento por meio do consumo de massa. Esse modelo envolve, também, uma política ativa do Estado de ampliação do crédito, de forma a viabilizar a capacidade de consumo das famílias, em especial o consumo de serviços privados de reprodução social (planos de saúde, previdência privada, ensino privado, entre outros).

Isso tudo ocorre sem haver qualquer mudança formal nos fundamentos jurídicos que sustentam a estrutura social do Estado brasileiro. Em outras palavras, o modelo de Estado de bem-estar social estabelecido por meio da Constituição Federal de 1988 se mantém em grande medida – com algumas alterações, especialmente no que diz respeito à previdência social. No entanto, mudanças infraconstitucionais vão no sentido de promover a desuniversalização desse Estado de bem-estar, o que revela uma reestruturação regulatória importante do modelo de distribuição das responsabilidades pela reprodução social. Essa dimensão jurídica do fenômeno é pouco explorada pela literatura da TRS.

Diante dessas reflexões, a proposta desta tese é explorar criticamente a literatura inserida no campo da Teoria da Reprodução Social, com vistas a entender seu potencial e suas limitações para explicar as mudanças no cenário da reprodução social no Brasil, em especial no que diz respeito às mencionadas mudanças regulatórias. A contribuição original da pesquisa está em aportar a essa literatura elementos possivelmente ausentes do seu horizonte de análise, o que se faz a partir da análise da realidade de um país do Sul Global. Na periferia do capitalismo, os processos de crise e subsequentes transformações socioeconômicas parecem ocorrer de forma mais intensa, o que faz com que esses desdobramentos apareçam de forma mais clara. Assim, analisar a realidade de um país como o Brasil tem o potencial de aportar contribuições importantes para pensar, também, os processos que ocorrem no Norte Global – e no resto do mundo –, muitas vezes de forma não tão evidente.

Para alcançar esses objetivos, a pesquisa envolveu uma exploração da literatura da TRS², buscando organizar as contribuições, compreender seus pressupostos teóricos e seus conceitos principais e promover um engajamento crítico, de forma a identificar possíveis lacunas. A postura crítica se volta, principalmente, à abordagem da teoria da reprodução social em relação ao próprio diagnóstico da crise do cuidado. O engajamento crítico com a literatura, na tentativa de identificar seus limites para refletir sobre a realidade brasileira, desembarcou em uma reflexão mais ampla sobre questões teóricas fundamentais da literatura, que passam pela

² Como dito anteriormente, esta pesquisa não propõe analisar todas as discussões sobre cuidado. Seu recorte se limita às contribuições que, de alguma forma, se colocam no interior do campo da TRS, ou seja, que, em alguma medida, trabalham com o conceito de reprodução social em seu sentido marxiano para refletir sobre questões de gênero no capitalismo.

conceituação de reprodução social, pela concepção do que é a fase neoliberal do capitalismo e do que constitui o processo de financeirização. São essas as questões que busquei explorar ao longo desta pesquisa.

No capítulo 2, proponho apresentar os fundamentos históricos e teóricos da teoria da reprodução social, de forma a entender melhor seus objetivos iniciais e os desafios subsequentes enfrentados em sua aplicação. Com origem na teoria feminista socialista, as primeiras propostas teóricas de mobilização do conceito de reprodução social para refletir sobre a opressão de gênero tiveram como objetivo abordar os aspectos de gênero do trabalho e o trabalho invisível realizado principalmente pelas mulheres na esfera privada. Trabalhos inovadores de acadêmicas feministas, como Lise Vogel, lançaram luz sobre o trabalho reprodutivo necessário para a acumulação capitalista e a construção de hierarquias sociais.

Para além dos estudos que mobilizam a categoria de reprodução social, também apresento uma literatura que debate o assunto, dentro do registro teórico marxista, mas que não necessariamente têm como elemento central de análise a ideia de reprodução social, como é o caso da teoria da subsistência alemã e do feminismo marxista brasileiro.

Delimitado o quadro teórico que serviu de base para o desenvolvimento da teoria da reprodução social, apresento, ainda no capítulo 2, o conjunto de trabalhos desenvolvidos a partir dos anos 2000, os quais buscam atualizar os debates anteriores e propor uma abordagem marxiana da reprodução social. Trata-se de “ramo recente do feminismo marxista (Arruzza 2013; Bhattacharya 2017; Ferguson 2020) que argumenta pela capacidade revolucionária e a posição de classe trabalhadora de trabalhadores improdutivos e não assalariados envolvidos na reprodução da mercadoria força de trabalho” (Munro, 2021, p. 623). Nesse sentido, proponho apresentar as principais publicações do campo, seus conceitos e categorias fundamentais e seus diagnósticos sobre o desenvolvimento do neoliberalismo, em relação com a exploração das mulheres por meio do trabalho reprodutivo no sistema capitalista.

No terceiro capítulo, discuto os diferentes diagnósticos acerca da crise da reprodução social presentes na literatura da TRS, tentando desvendar os seus fundamentos teóricos e identificar algumas lacunas desse diagnóstico. Estudos recentes exploraram os processos de financeirização e seus efeitos sobre a dinâmica mutável da prestação de cuidados, a mercantilização do trabalho de cuidados e as maneiras pelas quais o Estado intervém na reprodução do trabalho e das relações sociais. Ao analisar esses desenvolvimentos, meu objetivo é estabelecer uma compreensão abrangente do cenário atual da TRS e de seus possíveis pontos cegos.

Um dos pontos cegos identificados é a problemática envolvendo o desenvolvimento do neoliberalismo em outros contextos para além de Europa e Estados Unidos. Para tanto, proponho debater, em primeiro lugar, as dificuldades em aplicar os diagnósticos sobre a crise da reprodução social a contextos do Sul Global. Faço isso a partir de um estudo do caso brasileiro, mobilizando a literatura da economia política brasileira, a qual me permitiu desafiar a visão predominante entre parte dos estudos no campo da reprodução social de que o Sul Global, incluindo o Brasil, passa por uma crise permanente de reprodução social. Com base na literatura de economia política brasileira, argumentamos que, no contexto do desenvolvimento do neoliberalismo, as políticas sociais no Brasil passaram por uma transformação qualitativa, e não apenas por uma retirada quantitativa do Estado na prestação de serviços relacionados à reprodução social. Essa transformação na atuação estatal tem como caráter principal a promoção e facilitação de um processo de financeirização da reprodução social, indicando uma mudança no papel do Estado em vez de um completo abandono de suas responsabilidades.

Esse engajamento crítico com a ideia de crise da reprodução social se valerá, ainda, de uma literatura que observa o processo de financeirização enquanto desenvolvimento de uma tecnologia de poder que permite o exercício do controle sobre o futuro dos indivíduos membros da classe trabalhadora. Nesse contexto, busco problematizar a questão de gênero no âmbito da financeirização, tentando entender os efeitos dessas transformações sobre a vida das mulheres.

Por fim, no capítulo 4, apresento o que seriam delineamentos de uma possível análise crítica do direito e do Estado no contexto da financeirização da reprodução social. Trata-se de reflexões iniciais que apontam para uma possível agenda de pesquisa que esteja atenta ao significado das relações jurídicas e do papel do Estado em tempos de financeirização e às implicações das relações de gênero sobre essa realidade.

Em conclusão, esta tese tem como objetivo avaliar criticamente as possíveis lacunas da teoria da reprodução social no que diz respeito aos processos de financeirização. Ao examinar os fundamentos históricos e teóricos dessa literatura, analisar seus desdobramentos contemporâneos e fornecer reflexões sobre o desenvolvimento do neoliberalismo, procuro desafiar as suposições predominantes e abrir novos caminhos para pesquisas futuras. Por meio dessa exploração, busco contribuir para uma compreensão mais inclusiva e abrangente da teoria da reprodução social que leve em conta as complexidades e diversidades dos contextos globais, especialmente no Sul Global.

1.1 Notas sobre a metodologia e a estrutura do texto

Para alcançar os objetivos propostos nesta tese, indicados nos parágrafos acima, foi necessário elaborar uma ampla revisão de bibliografia e engajar em uma sistematização da literatura, traduzida em uma tentativa de organizar um campo teórico dinâmico, em constante formação e movimentação, com suas inúmeras variações em termos de abordagens, diagnósticos, conclusões e argumentos. Isso era necessário antes de realizar qualquer incursão em debates teóricos mais profundos.

Como já dito, entender o histórico e os fundamentos teóricos dessa literatura se mostrou essencial, de forma a compreender de onde vêm os estudos mais recentes, com quem dialogam e a partir de quais pressupostos teóricos desenvolvem suas reflexões. Precisei me engendrar nessa tarefa uma vez que não havia ainda encontrado, ao menos no início da pesquisa, qualquer outra publicação nesse sentido que satisfizesse as necessidades desta tese.

A pesquisa, no entanto, envolveu também um engajamento crítico com a literatura – e não meramente descritivo –, já que o seu objetivo é encontrar possíveis lacunas, bem como problematizar sua aplicabilidade em diferentes contextos. Assim, a revisão bibliográfica proposta é do tipo integrativa, ou seja, “uma forma de pesquisa que revisa, critica e sintetiza literatura representativa de um tema de uma forma integrada que permita gerar novos enquadramentos e perspectivas sobre esse tema” e que usualmente se destina a abordar “temas maduros ou novos e emergentes” (Torraco, 2005, pp. 356-357).

No caso desta pesquisa, estamos lidando com um tema emergente: ainda que o tema do cuidado não seja novo, o seu tratamento a partir da perspectiva da reprodução social e no contexto do desenvolvimento do neoliberalismo é – são estudos que começam a ser publicados no início dos anos 2000 e ganham maior tração a partir da pandemia de Covid-19, com todos os seus efeitos sobre a organização do trabalho de reprodução social. Assim, há benefícios e ganhos teóricos em sistematizar conceitos, ainda que de forma preliminar.

É importante ressaltar que a análise da literatura aqui proposta transita por diferentes níveis de abstração, o que reflete também uma característica da própria bibliografia estudada. Aqui, entendo ser útil trazer a sistematização de Kozo Uno (1977, pp. xxii-xxiii) sobre os três níveis de abstração em que a crítica da economia política opera: (i) a teoria pura do capital, preocupada com a lógica do funcionalmente do capitalismo – a qual corresponde ao substrato teórico e categorial em que as análises da TRS se desenvolvem; (ii) uma análise de nível médio (ou meso-social), ocupada com a reconstrução histórica das diferentes fases de desenvolvimento do capitalismo – em que as autoras da TRS adentram quando buscam analisar as transformações na organização das atividades de reprodução social; e (iii) uma análise de

nível micro (ou micro-social), correspondente à análise detalhada de processos particulares do capitalismo que se desenvolvem no mundo real – e que concernem aos esforços de entender as relações sociais específicas que se desenvolvem no contexto da reprodução social, em locais e tempos diversos. Buscarei, sempre que possível ao longo da tese, explicitar os níveis de abstração em que determinada análise opera.

Além disso, considero que, mesmo se tratando de uma revisão de literatura, são necessários cuidados metodológicos, de forma a permitir que o leitor entenda como os trabalhos que compõem a bibliografia revisada foram acessados, selecionados e sistematizados. Por isso a necessidade de um item sobre metodologia em uma pesquisa teórica, para que as escolhas da pesquisadora possam ser explicitadas. Entendi fazer sentido, portanto, descrever o caminho de pesquisa e as decisões tomadas para que fique claro de onde parti e onde busquei chegar.

O interesse pelo tema veio, inicialmente, da leitura da obra *Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici (2017), antes mesmo de adentrar o programa de doutorado. Trata-se de obra publicada originalmente em inglês em 2004 e que foi traduzida para o português e publicada no Brasil em 2017, quando ganhou ampla difusão e passou a influenciar sobremaneira os debates acadêmicos sobre gênero. Na obra, Federici faz uma reconstrução histórica da passagem do feudalismo para o capitalismo a partir da perspectiva das mulheres, refletindo sobre como a caça às bruxas constituiu o processo histórico de confinamento das mulheres ao lar – o que teria permitido a exploração do trabalho de cuidado de forma não remunerada.

A leitura desse texto instigou meu interesse em conhecer mais sobre o conceito de reprodução social e como ele vinha sendo mobilizado mais recentemente por pesquisadoras feministas. Foi assim que entrei em contato com os trabalhos de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Susan Ferguson. Percebi que, nesse debate, haveria espaço e material para desenvolver reflexões sobre a questão de gênero no Brasil a partir de uma perspectiva renovada. Dessa forma, o primeiro esforço de revisão de literatura se voltou à obra dessas autoras e, em seguida, aos demais trabalhos citados por essas autoras. Dessa forma, fui aos poucos mapeando essa rede de publicações sobre os temas e conseguindo organizar a literatura mais recente, bem como as teorias que fundamentava essa bibliografia.

Realizado esse mapeamento inicial, senti a necessidade de ampliar a análise para trabalhos recentes que não estivessem citados por essa bibliografia, de forma a entender o alcance dessa teoria emergente e como ela vinha sendo mobilizada em pesquisas atuais. Para tanto, fiz uso das ferramentas de busca de repositórios de publicações acadêmicas (Google

Scholar, Scielo, JStor, HeinOnline, portais de periódicos da CAPES e do CNPq)³. Realizei mais de uma consulta aos repositórios ao longo dos anos de pesquisa, de forma a ir progressivamente atualizando o banco de artigos. Vale notar que iniciei o programa de doutorado em fevereiro de 2020, ou seja, poucos meses antes de eclodir a pandemia de Covid-19. Assim, minha pesquisa de certa forma acabou acompanhando temporalmente o desenvolvimento e a intensificação dos debates sobre trabalho de cuidado nesse contexto.

A leitura dos artigos levantados a partir dos repositórios de periódicos acadêmicos foi acompanhada da utilização o *software* Atlas.ti⁴, que se mostrou bastante útil para administrar e organizar a literatura, bem como visualizar intersecções temáticas entre os artigos. Com essa organização da bibliografia, foi possível identificar os temas e debates mais recorrentes, as autoras mais citadas e os conceitos usados.

Nesse momento da pesquisa, um dos pontos que chamou atenção foi a intensificação do debate em torno da ideia de crise do cuidado, que já vinha se aquecendo ao menos desde a crise financeira de 2008, mas que se difundiu significativamente durante e após a pandemia de Covid-19. Durante o período de estágio doutoral no exterior, pude participar de conferências e grupos de estudos em que o referido tema aparecia com frequência. Assim, nessa ocasião, voltei meu foco para refletir sobre a crise da reprodução social e a possibilidade de aplicação dessa categoria para a realidade brasileira. Isso porque, já nesse momento, algo no diagnóstico mais recorrente na literatura com a qual estava tendo contato me incomodava, parecendo insuficiente ou, em alguma medida, inadequada para pensar o caso brasileiro.

Foi a partir desse incômodo que senti a necessidade e aprofundar o estudo da literatura da economia política brasileira para pensar se e de que forma a crise da reprodução se manifesta no Brasil. E, por orientação da banca de qualificação, busquei também refletir de que forma o caso brasileiro, na verdade, reflete dinâmicas de transformação do capitalismo global como um todo.

Entendo que esse trajeto de pesquisa se encontra refletido na estrutura do texto desta tese. O desencadeamento das investigações e das reflexões subsequentes acompanham o desenrolar dos capítulos e o raciocínio geral da tese. O ponto de chegada é, no entanto, propositalmente

³ A palavra-chave usada foi “reprodução social” e, quando possível, foi selecionado campo para excluir resultados que incluíssem a palavra “Bourdieu”. Isso porque há diversos trabalhos, majoritariamente na área da educação, que utilizam a categoria “reprodução social” conforme desenvolvida pelo filósofo Pierre Bourdieu, e que nada tem a ver com o conceito trabalhado pelas autoras que são objeto desta pesquisa, as quais se inserem no marco teórico do marxismo. No critério temporal, foram buscados artigos publicados a partir de 2000.

⁴ O Atlas.ti é um *software* que permite localizar, codificar e anotar bancos de dados não estruturados. Trata-se de importante ferramenta de análise qualitativa de dados. Para a presente pesquisa, tratei os textos dos artigos levantados como os dados que compõem meu campo de pesquisa e usei o programa para criar códigos/etiquetas, que facilitou muito a visualização e organização da literatura.

aberto. Em se tratando de uma literatura emergente, e que propõe analisar fenômenos sociais em curso, não poderia ser diferente. O que percebi é que o campo da teoria da reprodução social pouco tem se debruçado sobre o papel do direito na organização das atividades de reprodução social, havendo nesse ponto uma lacuna importante, mas também um campo aberto de pesquisa. Por isso, o quarto e último capítulo da tese propõe algumas reflexões bastante iniciais de como seria possível pensar o direito e as relações jurídicas em torno do tema da reprodução social. São indicações sobre uma possível agenda de pesquisa a se explorar futuramente.

2 O local da TRS na teoria feminista

Os movimentos pelos direitos civis das décadas de 1950 e 1960, protagonizados principalmente por grupos ligados às lutas antirracista e feminista, deixaram marcas importantes na sociedade, mas também na própria teoria social. Abordagens feministas de esquerda começaram a ganhar espaço nesse contexto, surgindo como contraposição a um feminismo liberal renovado, especialmente representado por Betty Friedan, que trazia para o discurso da igualdade jurídica elementos para além do direito ao voto (que marcou o movimento feminista do final do século XIX).

Inseridas nas discussões dos movimentos de esquerda do período, ativistas feministas passaram a criticar a abordagem do feminismo liberal, por apostar na possibilidade de conquistar a igualdade de gênero dentro do sistema capitalista. Surgem, assim, os chamados feminismos de segunda onda⁵, que podem ser identificados em dois grupos teóricos principais: (i) a teoria do patriarcado, associada ao movimento do feminismo radical, que identifica a raiz da opressão das mulheres no patriarcado, visto como um sistema autônomo em relação ao capitalismo, presente ao longo da história em todas as sociedades; (ii) a teoria feminista-socialista, cuja abordagem envolve reconhecer as formas pelas quais as opressões de classe e de gênero estão imbricadas, identificando inter-relações entre patriarcado e sistema capitalista.

De um lado, o feminismo radical enfatizava a necessidade de colocar em primeiro plano da teorização e da ação política feminista os antagonismos entre os sexos, reconhecendo as fraquezas do movimento socialista para tratar das questões que envolvem as mulheres – e, assim, propor uma teoria e um movimento necessariamente autônomos (Vogel, 2013, p. 5). Por outro lado, as feministas socialistas insistiam na importância da participação das mulheres no movimento socialista, crítica para o sucesso de qualquer empreendimento revolucionário. Segundo esse movimento, as opressões de classe, raça e gênero são inter-relacionadas e devem, necessariamente, ser tratadas de forma coordenada.

A partir desses debates no campo político, passou-se a perceber a importância de questionar os quadros teóricos que implicitamente fundamentavam esses movimentos e, assim, refletir sobre os caminhos para o desenvolvimento de teorias feministas que pudessem lidar com os problemas que surgiam a partir da prática política, mas que a teoria crítica até então não parecia capaz de responder (Vogel, 2013, p. 6). Nesse contexto, algumas abordagens teóricas

⁵ A organização do debate feminista em “ondas” é problemática, uma vez que representa narrativas de movimentos de mulheres em sua maioria brancas, dos Estados Unidos e Europa, ocultando as lutas de mulheres de outros contextos sociais que eram travadas simultaneamente. O uso dessa terminologia aqui possui, portanto, tão somente intenção didática, uma vez que se trata da forma mais usual de se referir aos momentos históricos dos movimentos feministas e nos ajuda, em certa medida, a melhor localizar o debate que propomos abordar aqui.

são propostas, principalmente com o objetivo de responder à questão sobre a possibilidade de aproximação entre a teoria feminista e as teorias socialista e marxista. Traçar esse caminho teórico é importante para entender onde está localizada a teoria da reprodução social, bem como quais seus antecedentes e fundamentos teóricos.

Desde seu surgimento no contexto da Revolução Francesa, em diversas ocasiões, o movimento feminista se aproximou de demais movimentações sociais, especialmente o movimento dos trabalhadores. Esse processo, porém, por vezes se mostrou contraditório, permeado por tensões. Como afirma Cinzia Arruzza (2013, p. 19), a relação entre feministas e trabalhadores tem sido caracterizada por “alianças bem e malsucedidas, franca hostilidade, afetos e desafetos”⁶. Para a autora, essa “complexa dinâmica” produziu seus reflexos no campo teórico, onde pensadoras engajadas no movimento de mulheres buscaram, de diversas formas, explicar as relações entre gênero e classe, patriarcado e capitalismo.

Esse debate tomou forma e se intensificou principalmente durante as décadas de 1970 e 1980, com teóricas feministas materialistas e marxistas se ocupando de duas questões fundamentais: “1) seria o patriarcado um sistema autônomo em relação ao capitalismo? 2) é correto usar o termo ‘patriarcado’ para designar opressão e desigualdade de gênero?” (Arruzza, 2015, p. 35).

Como resultado, observamos um caleidoscópio⁷ de propostas teóricas diversas, que nos fornecem um conjunto rico de possibilidades de enxergar o já mencionado problema das relações entre gênero e classe, patriarcado e capitalismo. O presente capítulo tem como objetivo apresentar, de forma não exaustiva, algumas dessas abordagens, desde suas propostas teóricas iniciais até os debates mais contemporâneos. Trata-se de fornecer um mapa teórico a partir do qual será possível melhor localizar o que se tem chamado de teoria da reprodução social.

Nesse âmbito, para fins de organização da literatura com a qual estou trabalhando, proponho uma esquematização das abordagens da seguinte forma: (i) em primeiro lugar, apresento o que optei por chamar de fundamentos do feminismo marxista, categoria dentro da qual incluí as primeiras propostas de aproximação entre feminismo e marxismo, o debate sobre o estatuto do trabalho doméstico, a teoria do duplo sistema e, por fim, as propostas de desenvolvimento de uma teoria unitária; (ii) em segundo lugar, apresento as teorias mais

⁶ Todas as passagens citadas cujo original se encontra em língua estrangeira foram livremente traduzidas para o português pela autora.

⁷ A expressão “caleidoscópio” é emprestada da obra *O Caleidoscópio do Direito*, de Antônio Manuel Hespanha (2009). Para o autor, o caleidoscópio representa a lente por meio do qual se enxerga o objeto de pesquisa – em seu caso, o direito –, com a especificidade de que, conforme se distancia e se aproxima da lente, as imagens mudam constantemente. É como se a interlocução entre feminismo e marxismo nos fornecesse um conjunto amplo de pequenas lentes, diversas entre si, cuja combinação forma um todo colorido e variado.

recentes, que incluem a proposta de “abordagem marxiana à teoria da reprodução social” (O’Kane; Munro, 2022, p. 82) e o que estou denominando a escola inglesa da teoria da reprodução social; e (iii) por fim, apresento outras propostas teóricas marxistas que buscam debater a questão de gênero, que surgem paralelamente ao debate da teoria da reprodução social, mas que não trabalham diretamente com o conceito de reprodução social – chamarei essas propostas de abordagens do Sul Global⁸, categoria que inclui a teoria da subsistência e o feminismo marxista brasileiro. Essas categorias se encontram resumidas na tabela abaixo:

Fundamentos do feminismo marxista			
Corrente teórica	Características/ideias principais	Período	Autoras principais
Primeiras aproximações feminismo-marxismo	Preocupadas com as condições das mulheres trabalhadoras. Defendiam a coletivização do trabalho de cuidado.	1920-1940	Alexandra Kollontai, Clara Zetkin, Inês Armand (Rússia)
Debate sobre o trabalho doméstico	Trabalho doméstico é considerado não-trabalho por ser realizado fora do mercado. Deve ser considerado, na verdade, trabalho que produz valor, ainda que de forma indireta, adentrando a esfera da circulação por intermédio do homem.	1970-1980	Silvia Federici, Mariarosa Dalla Costa, Leopoldina Fortunati (Itália), Selma James (EUA)
Teoria do duplo sistema	Busca síntese entre marxismo e feminismo radical. Capitalismo e patriarcado são dois sistemas autônomos que se articulam para produzir hierarquias de gênero dentro do sistema de classes.	1970-1980	Heidi Hartmann (EUA), Juliet Mitchell (Reino Unido)
Teoria unitária	Primeiras a mobilizar a categoria de reprodução social. Exploram a ideia de que o trabalho necessário, além de um componente social, possui um componente doméstico, que recai sobre as mulheres. Essa posição diferenciada da mulher na divisão social do trabalho seria o fundamento de sua opressão e exploração no capitalismo.	1980	Lise Vogel, Iris Young, Paddy Quick, Nancy Holstrom (EUA), Michèle Barrett, Maxine Molyneux (Reino Unido)

⁸ Utilizo o termo “abordagens do Sul Global” por se tratar de propostas que, ao contrário das demais correntes apresentadas, possuem como elemento central da análise a experiência de mulheres no Sul Global.

Novas abordagens			
Corrente teórica	Características/ideias principais	Período	Autoras principais
Abordagem marxiana à TRS		Anos 2000	Tithi Bhattacharya, Cinzia Arruzza, Susan Ferguson, Barbara Laslett, Johanna Brenner (EUA)
Escola inglesa	Retoma a discussão sobre trabalho doméstico que produz valor. Entram no debate sobre crise da reprodução social e financeirização.	2010-2020	Alessandra Mezzadri, Sara Stevano, Hannah Bargawi (Reino Unido)
Abordagens do Sul Global			
Corrente teórica	Características/ideias principais	Período	Autoras principais
Teoria da subsistência	Entendem a mulher enquanto objeto/espço de acumulação primitiva continuada. Trabalho doméstico não pode ser considerado como não capitalista – outras formas de trabalho assalariado coexistem. Foco nas experiências de mulheres do Sul Global.	1980-1990	Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen, Claudia Von Werlhof (Alemanha)
Feminismo marxista brasileiro	Capitalismo mobiliza traços culturais tradicionais para atualizar hierarquias sociais. Fator sexo opera, assim, para estabelecer desigualdades. O Brasil, os estereótipos em relação à mulher branca recatada da casa-grande e a mulher negra escravizada exerceram papel essencial na formação social do país.	1980	Heleieth Saffioti, Maria Lygia Quartim de Moraes, Clara Araujo (Brasil)

Tabela 1 – Resumo da literatura (elaboração própria)

2.1 Fundamentos do feminismo marxista

2.1.1 Primeiras aproximações entre feminismo e marxismo

Os primeiros movimentos políticos feministas com raízes no marxismo e no socialismo surgiram durante a Revolução Russa de 1917. No início do século XX, a Rússia era ainda essencialmente uma economia agrária, mas a eclosão da Primeira Guerra Mundial levou ao recrutamento de trabalhadores masculinos das zonas rurais e das incipientes fábricas russas. Este fato resultou num aumento significativo de mulheres trabalhadoras, que se juntaram à força de trabalho industrial e agrícola.

As consequências do envolvimento da Rússia na guerra rapidamente se tornaram evidentes, com o Estado a enfrentar grandes despesas e a população trabalhadora a suportar condições terríveis, marcadas pela fome e pela miséria. Em resposta a estes desafios, as mulheres trabalhadoras mobilizaram-se e exigiram o regresso dos seus maridos das linhas da frente, bem como ações do governo czarista para garantir condições básicas de subsistência às suas famílias.

Em 8 de março de 1917, as mulheres trabalhadoras de Petrogrado organizaram uma greve geral que interrompeu o trabalho de 90.000 operários. O movimento espalhou-se por outras partes do país, ganhando o apoio de vários segmentos da sociedade e dando início ao processo revolucionário que acabou por levar à queda da monarquia russa em outubro do mesmo ano. Pode-se dizer que foi o movimento das mulheres que desencadeou a primeira revolução socialista do mundo.

Entre as figuras proeminentes deste movimento contam-se Alexandra Kollontai (2004; 1981) e Clara Zetkin (2011; 2019), que foram das primeiras a contestar as formas de feminismo que perpetuavam as distinções de classe. Para elas, era crucial sublinhar o significado das disparidades económicas e da divisão social do trabalho para compreender as condições de opressão enfrentadas pelas mulheres da classe trabalhadora, que tinham experiências muito diferentes das suas congêneres burguesas e nobres.

Após o estabelecimento do novo governo bolchevique, Alexandra Kollontai e Inês Armand fundaram, em 1919, o Zhenotdel, o departamento feminino do Secretariado do Partido Bolchevique, que se manteve ativo até ao seu encerramento pela administração de Josef Stalin, em 1930.

Sob a orientação e influência do Zhenotdel, o Partido Bolchevique integrou quatro princípios-chave no seu programa, tornando a legislação do Estado Proletário a mais progressista do mundo àquela altura: (i) a socialização do trabalho doméstico e de cuidados; (ii) a inclusão das mulheres no trabalho remunerado; (iii) a dissolução gradual da estrutura familiar tradicional; e (iv) a promoção de sindicatos livres (Elwood, 1992).

A Rússia socialista tornou-se a primeira nação a codificar na lei a legalização do aborto, o casamento livre, a igualdade de acesso à educação, a paridade económica para homens e mulheres, o estabelecimento de salários independentes para as mulheres, o fim da desigualdade de direitos para as crianças (distinguindo entre crianças “ilegítimas” e “legítimas”) e a igualdade em todos os aspectos legais.

Como se vê, desde essas primeiras contribuições, o trabalho doméstico ocupa papel central nas análises feministas marxistas, enquanto elemento que contribui definitivamente para

a condição da mulher trabalhadora na sociedade capitalista. Por isso que Kollontai e outras feministas socialistas russas defendiam a necessidade de socialização e coletivização desse trabalho como pré-requisito para estabelecer qualquer caminho para a igualdade entre homens e mulheres.

É fundamental sublinhar que, embora o feminismo marxista tenha tido uma relevância histórica significativa, permaneceu à margem dos debates do feminismo *mainstream* até as décadas de 1960 e 1970, momento em que começou a ganhar proeminência no contexto dos movimentos pelos direitos civis na Europa e nos Estados Unidos. Durante este período, houve um ressurgimento do interesse pelo marxismo como influência nos movimentos que lidavam com questões de raça, gênero e sexualidade. O dinamismo cultural e político desta época deu origem a várias perspectivas no âmbito do marxismo.

Nesse contexto, o feminismo marxista alargou o seu enfoque para além das questões de classe, passando a abranger uma análise mais ampla e um compromisso político com as diversas formas de opressão sofridas pelas mulheres em todo o mundo. Neste período, os estudos e reflexões sobre o trabalho doméstico se aprofundam, e passam a adentrar discussões sobre seu status enquanto trabalho produtivo ou improdutivo. O discurso em torno do trabalho doméstico inspirou as mulheres a mobilizarem-se em torno do movimento *Wages for Housework*, em 1972. Entre as principais figuras desse movimento estavam feministas como Selma James, Silvia Federici, Mariarosa Dalla Costa e Brigitte Galtier⁹. O movimento defendia o reconhecimento do trabalho doméstico, identificado como uma fonte de opressão das mulheres no capitalismo, como parte da economia salarial capitalista. De acordo com essas feministas, a compensação do trabalho doméstico como uma ocupação remunerada desafiaria a noção de que ele decorre de características e funções inerentes.

2.1.2 O debate sobre o estatuto do trabalho doméstico

É possível afirmar que o trabalho doméstico é elemento central em toda e qualquer teoria que busque aproximar feminismo e marxismo, em especial naquelas que se engajaram no debate que se desenvolveu a partir da década de 1970 e início da década de 1980. Para as teóricas desse período, a chave para entender a relação entre gênero e classe está na

⁹ O movimento *Wages for Hoousework* foi lançado em 1972, em um artigo publicado durante a terceira Conferência Nacional da Libertação das Mulheres, em Manchester, no Reino Unido. Nesta conferência, Mariarosa Dalla Costa e Silvia Federici participaram, o que as influenciou posteriormente a criar o coletivo *Salario al Lavoro Domestico* na Itália, em 1974. Em 1975, Silvia Federici se desloca para os Estados Unidos, se instalando na cidade de Nova York, onde estabelece o *Wages for Housework Committee*. Essas iniciativas buscavam conferir desdobramentos políticos práticos para os trabalhos acadêmicos que estas pesquisadoras militantes vinham desenvolvendo em susa respectivas instituições de ensino e pesquisa.

compreensão do trabalho doméstico enquanto atividade no mínimo relevante, se não fundamental, para o funcionamento do capitalismo.

É o caso, por exemplo, de Margaret Benston (1969), com seu trabalho considerado um dos pioneiros nessa questão. A pensadora resgata conceitos trazidos por Engels e Mandel sobre a diferença entre os trabalhos realizados nas esferas doméstica e da produção, e propõe uma abordagem materialista sobre o trabalho doméstico. Isso significa que a teórica observa, a partir do trabalho doméstico, a relação específica que as mulheres possuem com os meios de produção – estando aqui a base para a opressão de gênero na sociedade capitalista (Benston, 1969, p. 13).

Para Benston, apesar de constituir parcela significativa da “produção socialmente necessária” (Benston, 1969, p. 15), o trabalho doméstico, por ocorrer fora das relações de troca e do ambiente do mercado e, conseqüentemente, por não ser passível de ser trocado por dinheiro, é considerado um não-trabalho. Nesse sentido, as mulheres, principais e, geralmente, únicas responsáveis pela realização desse não-trabalho, acabam por constituir um grupo social específico, ao qual é atribuída a função de produzir bens sem valor de troca em atividades associadas ao lar e à família (Benston, 1969, p. 16). Alcança-se, assim, uma definição de “mulheres” enquanto uma classe dentro da sociedade capitalista.

A exploração dessa classe se dá por meio da realização do trabalho doméstico, que não é remunerado – os capitalistas pagam salários que são suficientes para manter a subsistência da família do trabalhador. É como se o salário do trabalhador “comprasse a força de trabalho de duas pessoas” (Benston, 1969, p. 23), do marido de forma direta, e da esposa, por meio do trabalho doméstico.

Peggy Morton (1971) desenvolve o argumento de Benston de forma a incluir na análise as contradições entre as posições ocupadas pelas mulheres da classe trabalhadora tanto no âmbito da família, vista enquanto instituição destinada à manutenção e reprodução da força de trabalho (Morton, 1971, p. 214), quanto no interior da própria força de trabalho. Daqui surge a ideia de que as mulheres ocupam um papel central na economia capitalista, enquanto membros do exército de reserva e enquanto trabalhadoras mal pagas. Assim, Morton confere ênfase às desigualdades salariais e à relação entre homens e mulheres não só no interior da família, mas também no mercado de trabalho.

Uma outra abordagem se debruçou, nesse mesmo período, sobre a questão do estatuto do trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo ou improdutivo¹⁰. Teóricas como Mariarosa

¹⁰ Em *Teorias da mais-valia* (1980: p. 391), Marx define trabalho produtivo como aquele “que – no sistema de produção capitalista – produz mais-valia para o empregador ou que transforma as condições materiais do trabalho em capital e o dono delas em capitalista, por conseguinte trabalho que produz o próprio produto como capital.

Dalla Costa e Selma James (1972), Silvia Federici (2012)¹¹ e Leopoldina Fortunati ([1981] 1995), assim como outros (Larguia; Dumolin, 1972; Harrison, 1973; Secombe, 1973; Gough; Harrison, 1975), mobilizaram o argumento de que o trabalho doméstico, comumente considerado trabalho improdutivo, é, na verdade, trabalho que produz valor, apenas não reconhecido como tal. Sua remuneração estaria embutida no salário pago para o homem (Fortunati, [1981] 1995: p. 91). Para Leopoldina Fortunati, assim como o trabalho assalariado que produz mercadorias, o trabalho de reprodução (aqui incluídos o trabalho doméstico em geral e o trabalho sexual) possui um duplo caráter: de produtor de valores de uso e de produtor de valor de troca. A diferença, segundo a autora, é que o valor de troca do trabalho de reprodução se encontra ocultado no valor do salário recebido pelo marido.

Assim, para essas autoras, a família, enquanto instituição desenvolvida na sociedade capitalista, “‘liberou’ o homem dessas funções [domésticas], de modo que seja totalmente ‘livre’ para a exploração direta; para que esteja livre para ‘ganhar’ o suficiente para a mulher o reproduzir como força de trabalho” (Dalla Costa; James, 1972, p. 43). Vê-se que se trata de duas esferas de produção que precisam aparecer como esferas autônomas e separadas, mas que na verdade integram um mesmo processo e se complementam:

O trabalho doméstico precisa aparecer dessa forma porque quanto mais o trabalho de produção se torna abstrato, social e simples – desumanizado –, mais o trabalho doméstico precisa compensar e “re-humanizar” o trabalhador de produção, criando a ilusão de que ele é mais do que uma mercadoria, uma força de trabalho, que ele é um indivíduo com características únicas e uma personalidade real (Fortunati, [1981] 1995, p. 110).

Aqui, o próprio homem, enquanto indivíduo, é visto como mercadoria, produzida pela mulher (na medida em que ela gera, dá à luz e cuida do trabalhador ao longo da sua vida), e consumida pelo capitalista na forma da força de trabalho sempre disponível. Para que isso ocorra e se mantenha, sem que o trabalhador se dê conta de que é mercadoria e, portanto, conteste essa posição, o ambiente doméstico deve parecer o mais pessoal, humano e confortável possível – o que ocorre graças à construção da ideia da mulher dona de casa zelosa, que trabalha para manter um lar harmonioso, atendendo às necessidades especiais do marido trabalhador, para recebe-lo após um longo e cansativo dia de trabalho.

Assim, ao falar de trabalho produtivo, falamos de trabalho socialmente definido, trabalho que envolve relação bem determinada entre o comprador e o vendedor do trabalho. [...] Assim, podemos designar o trabalho produtivo o que se troca diretamente por dinheiro na qualidade de capital ou, apenas abreviando, o que diretamente se troca por capital, isto é, por dinheiro que em si é capital, tem a destinação de funcionar como capital, ou que, na qualidade de capital, enfrenta a força de trabalho”.

¹¹ A obra de Silvia Federici aqui referenciada (Federici, 2012) reúne alguns artigos por ela escritos e publicados durante as décadas de 1970 e 1980.

Para que isso ocorresse, o capitalismo precisou destruir os laços comunitários típicos da sociedade medieval, em que produção e reprodução eram atividades desempenhadas de forma coletiva, para reorganizar a divisão social do trabalho em torno da instituição da família patriarcal moderna. Dessa forma, produção e reprodução puderam se separar (ainda que apenas na aparência), sendo que a produção passou a se concentrar fora do lar e a reprodução em seu interior (Dalla Costa; James, 1972, p. 26).

A imposição dessa separação ocorreu, porém, não de forma pacífica, mas por meio de muita violência, conforme narrado por Silvia Federici (2017) em suas pesquisas sobre a repressão às mulheres pagãs (as chamadas bruxas) durante a longa e tumultuosa passagem do feudalismo para o capitalismo. Por meio desses processos violentos, o trabalho doméstico passa a ser imposto às mulheres como algo natural, pertencente a uma divisão biológica de funções sociais entre homens e mulheres, tornando impossível que a mulher deixe de aceita-lo. Nessa tarefa, foram mobilizadas estruturas culturais, morais e jurídicas, que “consolidaram as tipologias opostas – masculinas e femininas” (Larguia; Dumolin, 1972, p. 20). Ainda nesse sentido:

O trabalho doméstico foi transformado em um atributo natural, ao invés de ser reconhecido como trabalho, porque sempre se destinou a ser não remunerado. O capital tinha que nos convencer que se trata de uma atividade natural, inevitável e até mesmo gratificante, para nos fazer aceitar a trabalhar sem um salário. (Federici, 2012, p. 16)

Se o trabalho doméstico é um atributo natural, desenvolvido pelas mulheres de forma inevitável e, de certa forma, pelo amor que sente pelo marido e filhos, então acaba sendo fácil vê-lo como um não-trabalho, sendo possível dispensar sua remuneração. Nesse sentido, para superar sua opressão, as mulheres precisariam recusar o caráter naturalizado do trabalho doméstico e exigir que este seja remunerado: “pedir por salários irá por si mesmo abalar as expectativas que a sociedade tem sobre nós”, na medida em que essas expectativas “são funcionais à nossa condição não remunerada no lar” (Federici, 2012, p. 19).

Essa questão do estatuto teórico do trabalho doméstico não pago, que envolve entender se se trata de trabalho improdutivo ou produtivo em termos marxianos, gerou algumas controvérsias dentro da teoria feminista marxista. Uma parcela das autoras engajadas nesse diálogo passou a perceber que o debate em torno do trabalho doméstico não colocava as perguntas adequadas para entender a opressão das mulheres no capitalismo.

Uma das principais críticas feitas ao argumento de que o trabalho doméstico é produtivo foi elaborada por Nancy Holmstrom (1981), para quem, ainda que se considere que esse tipo

de trabalho seja necessário para produção de valor, sua contribuição é indireta, o que impede de ser entendido como trabalho produtivo. Compreender o trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo constitui, para a autora, um problema metodológico de quem busca “encaixar” o trabalho doméstico nas categorias de trabalho produtivo e improdutivo.

Holmstrom faz referência à definição marxiana de trabalho produtivo, que leva em consideração a forma que este adquire na sociedade capitalista: a de “trabalho assalariado que reproduz não apenas o valor de sua própria força de trabalho, mas que, além disso, produz mais-valia para o capitalista” (Marx, 1980, p. 152). Se apenas o trabalho assalariado é o que pode produzir mais-valia e é, portanto, trabalho produtivo, então o trabalho doméstico não pode ser considerado trabalho produtivo.

Nessa afirmação não há qualquer valoração moral. Produtivo e improdutivo são categorias que dizem respeito à relação de determinada forma de trabalho com a produção ou não de mais-valia. Com base nisso, Holmstorm (1980, p. 190) rejeita a crítica de que o esquema teórico de Marx relativo à diferenciação entre trabalhos produtivos ou improdutivos seria machista, ao incluir o trabalho doméstico na segunda. Isso não significa desconsiderar o trabalho doméstico como âmbito de exploração e opressão das mulheres, mas tão somente delimitar categorias a partir da sua relação com o sistema de produção capitalista. Nesse sentido:

De acordo com a teoria de Marx, apenas o trabalho que se encontra incorporado nas mercadorias necessárias para a produção e reprodução da força de trabalho compõe o valor da força de trabalho. O motivo pelo qual ele não inclui como parte desse valor o trabalho adicional frequentemente necessário para converter essas mercadorias em meios de subsistência é que ele analisa o capitalismo a partir do ponto de vista do capital. Dado que o capitalismo é um sistema dedicado à produção de mais-valia, as categorias chave devem ser compreendidas em relação a esse processo. O que é relevante para o capital no valor da força de trabalho é quanto capital deve ser pago para os trabalhadores. Isso depende do trabalho incorporado nas mercadorias que eles precisam adquirir. Se quinze minutos ou três horas são dedicadas a preparar os jantares dos trabalhadores, se são jantares gourmet ou de TV, é irrelevante para os capitalistas porque esse trabalho não afeta a mais-valia. Logo, não é parte do valor da força de trabalho (Holmstrom, 1980, p. 192).

Na passagem citada, Holmstrom está se referindo às ideias que Marx desenvolve sobre o modo como o valor dos salários é calculado, que é com base no valor suficiente para que o trabalhador adquira as mercadorias necessárias para sua subsistência e lazer, em determinada sociedade e período histórico. Esse valor indica para o capitalista o montante de capital que ele deverá despendar para pagar seus trabalhadores. Assim, fica de fora desse cálculo o que seria necessário para remunerar o trabalho doméstico, sendo irrelevante, do ponto de vista do capital,

o trabalho concreto desenvolvido pelas mulheres para transformar as mercadorias adquiridas por meio do salário em valores de uso, ou seja, em mercadorias prontas para o consumo.

O que Holmstrom quer dizer é que nem indiretamente o trabalho doméstico compõe o valor produzido no processo de produção capitalista. Isso não significa, porém, que não há exploração ou que o trabalho doméstico não seja relevante para o funcionamento do sistema capitalista em geral. Sua relevância está na sua capacidade de “reduzir o valor da força de trabalho ao reduzir o custo da reprodução para o capitalista. Se todo o trabalho realizado no lar tivesse que ser comprado no mercado, o capital seria forçado a pagar uma porcentagem maior do custo social da reprodução da força de trabalho” (Holmstrom, 1980, p. 194)¹².

Em outro sentido, Maxine Molyneux (1979) entende que a análise do trabalho doméstico como trabalho produtivo envolve um problema de dois distintos níveis de abstração: a análise do modo de produção capitalista e as leis do movimento do capital, de um lado, e a análise das formas sociais concretas, de outro lado, onde se localiza o debate acerca do trabalho doméstico (Molyneux, 1979, p. 20).

Como resultado, as abordagens centradas no trabalho doméstico apresentam, segundo Molyneux, uma visão limitada e economicista acerca da questão da opressão de gênero, que considera apenas o fato de que o trabalho doméstico de alguma forma beneficia a produção de capital, mas não explica por que na sociedade capitalista esse trabalho é realizado essencialmente por mulheres. Além disso, deixa de fora a questão da reprodução biológica – as mulheres seriam não somente responsáveis pela reprodução diária da força de trabalho existente, mas principalmente envolvidas na reposição da força de trabalho geral, “produzindo” novos trabalhadores.

Para a autora, a questão a ser colocada, em um esforço de desenvolver uma “economia política das mulheres”, é: Qual a relação entre a subordinação das mulheres e a economia como um todo? Essa questão, no entanto, deve ser posta em termos mais amplos, que não se restrinjam às relações travadas no âmbito doméstico. Isso significa incluir na análise uma “complexa combinação de relações materiais por meio das quais a subordinação das mulheres é mediada” (Molyneux, 1979, p. 22), o que envolve observar a divisão sexual do trabalho, a reprodução, variações nos valores da mão de obra dos homens e das mulheres e o papel do Estado na manutenção das mulheres em condição de subordinação dentro e fora da família. Reduzir a

¹² Considerando esse argumento, podemos pensar, em um exercício livre (não baseado em qualquer dado empírico, mas apenas em observações gerais), que existe uma relação entre a renda de famílias mais ricas e o fato de que são essas famílias que geralmente contratam pessoas (em sua maioria mulheres, migrantes, negras e pobres) para realizar o trabalho doméstico de forma terceirizada. Pode-se dizer que se trata do capital compartilhando o custo social da reprodução da força de trabalho dos membros dessas famílias.

questão da subordinação das mulheres ao problema do trabalho doméstico seria, portanto, ignorar os múltiplos níveis da formação social por meio dos quais essa subordinação ocorre.

O debate em torno do trabalho doméstico parece ter perdido força durante as décadas de 1980 e 1990, bem como não foi reaquecido com a retomada das discussões em torno do conceito de reprodução social que marcam a produção bibliográfica durante os anos 2010. No entanto, conforme será tratado no item 2.2 adiante, parece haver, em contribuições mais recentes, um esforço de retomada desse debate, com alguns trabalhos publicados defendendo aquela posição original de que o trabalho doméstico é trabalho que produz valor. Esse ponto será abordado de forma mais detalhada quando discutirmos os debates contemporâneos da TRS.

2.1.3 A teoria do duplo sistema

Um outro grupo de pesquisadoras se voltou para o arcabouço teórico do feminismo radical, buscando uma síntese com o marxismo, de modo a superar as abordagens ortodoxas até então em proeminência. Isso passava por articular dois conceitos centrais: reprodução social e patriarcado. Essas abordagens invariavelmente observam as esferas da produção, reprodução e patriarcado (e os elementos políticos e ideológicos que daí derivam) como elementos analiticamente autônomos, que devem ser conjugados de forma a ampliar a análise da questão da opressão de gênero por meio de uma delimitação histórica mais precisa.

O artigo paradigma de Heidi Hartmann, *O casamento infeliz de marxismo e feminismo* (1979), é considerado a pedra angular da abordagem dualista, que ficou também conhecida como teoria do duplo sistema. A autora argumenta que o marxismo falhou em aproveitar as contribuições do feminismo que se desenvolveu durante a onda da *new left* (com os movimentos sociais atuantes durante a década de 1960, principalmente, nos Estados Unidos e na Europa), mantendo a questão de gênero como secundária à questão de classe. A conclusão de Hartmann foi que, nesse período, após uma tentativa de síntese desses dois campos, “marxismo e feminismo se tornaram um e esse um é o marxismo” (Hartmann, 1979, p. 12), e um marxismo que é cego em relação às questões de gênero.

A solução, para Hartmann, foi buscar fora do marxismo, mais precisamente no feminismo radical e na categoria patriarcado, elementos para explicar a subordinação das mulheres na sociedade capitalista. Isso envolveu reconhecer a insuficiência da análise marxista da sociedade a partir do ponto de vista do capital. Essa análise constatou que o capitalismo cria hierarquias na sociedade como um todo e no interior da força de trabalho, mas não explica quais indivíduos ocuparão cada nível hierárquico. O que define a posição inferior das mulheres nessa divisão é o patriarcado, um sistema de opressão que, apesar de estar interligado ao sistema

capitalista, mantém sua existência autônoma. Nesse sentido, “a subordinação das mulheres criada pelo sistema patriarcal, cujas origens são pré-capitalistas, é usado pelo capitalismo para seus próprios propósitos” (Arruzza, 2013, p. 116).

Vale reproduzir a maneira como Arruzza descreve a posição de Hartmann:

Hartmann enfatiza as transformações históricas pelas quais passam as próprias estruturas patriarcais, e não apenas suas expressões. Apesar dessa estreita correlação entre o modo de produção e o sistema patriarcal, cada um deles opera de acordo com uma lógica interna e leis específicas que podem estar no mesmo comprimento de onda, mas também em conflito. Apesar do fato de o capitalismo ter usado e continuar a usar o patriarcado para sustentar seu próprio governo e articular a exploração, em certas circunstâncias o movimento das leis "cegas para o sexo" do capital pode entrar em contradição com as do sistema patriarcal. O fato de não compreendermos as leis próprias dos dois sistemas nos impede de entender a natureza dessas contradições. Com base nessas considerações, o casamento feliz que Hartmann espera deve dar lugar a uma teoria unificada capaz de ler e interpretar as leis operacionais internas dos sistemas capitalistas e patriarcais duais e a maneira pela qual eles se relacionam entre si, sem tentar reduzir um ao outro (Arruzza, 2013, p. 117).

Ainda que seja possível falar na presença de formas de opressão patriarcal em diversos momentos da história, Hartmann não assume uma definição trans-histórica de patriarcado, como se seus elementos estruturais se mantivessem independentemente da realidade histórica concreta. Para a autora, seria possível falar em patriarcado feudal, patriarcado capitalista, e assim por diante, no sentido de que esse sistema de opressão vai se transformando e adquirindo novas estruturas e configurações conforme as relações de produção vigentes em determinada época.

Essa visão diverge, por exemplo, de Juliet Mitchell (1966), para quem as estruturas patriarcais são universais, caracterizadas por elementos psicológicos e ideológicos e que interagem com as estruturas dos diversos modos de produção, produzindo efeitos variados sobre as opressões que as mulheres sofrem. Ao contrário, Hartmann entende que as próprias estruturas do sistema patriarcal se alteram conforme o modo de produção vigente, ainda que mantenha sua própria lógica interna de funcionamento: “ela [Hartmann] enfatiza que o patriarcado tem uma base material na estrutura das relações concretas e sustenta que o próprio sistema patriarcal passa por transformação histórica” (Young, 1981, p. 47).

A família patriarcal seria, então, o *locus* de opressão das mulheres na sociedade capitalista, na medida em que é ela que traz em si e reproduz as estruturas psicológicas e ideológicas que compõem o sistema patriarcal capitalista e definem a posição das mulheres na sociedade moderna. Para Hartmann, há uma divisão clara entre a esfera da produção de coisas

e a esfera da produção de pessoas, essa última correspondendo à unidade familiar centrada no homem trabalhador.

Essa análise tem como fundamento a perspectiva elaborada por Engels na obra *A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado* (2019), em que o autor se refere à divisão sexual do trabalho como tendo uma origem biológica que não se altera historicamente – em oposição às demais categorias de análise, que possuem fundamentos sociais. Nesse contexto, a família é vista como uma unidade econômica, no interior da qual relações de opressão ocorrem, representadas pela subordinação da mulher ao marido. Esta seria, assim, a base do que se denomina patriarcado.

A tarefa da teoria dualista seria, então, explicar a “correlação empírica entre a divisão sexual do trabalho e a opressão social das mulheres” (Vogel, 2013, p. 134), isto é, fornecer uma explicação para a relação entre esses dois sistemas analiticamente diferenciados e autônomos.

Como se verá, porém, essa perspectiva recebeu intensas críticas, sendo acusada de ser malsucedida na empreitada de estabelecer uma síntese entre feminismo e marxismo, recaindo em uma sobreposição desses dois sistemas teóricos. Segundo Lise Vogel (2013, p. 134), a teoria dualista falha principalmente na tentativa em fornecer um esclarecimento acerca dos fatores que caracterizam a relação entre gênero e classe no capitalismo, já que são tidos como sistemas de opressão separados, porém articulados.

2.1.4 Reprodução social: uma proposta de teoria unitária

É a partir do debate sobre as relações entre patriarcado e capitalismo enquanto sistemas autônomos que o conceito de reprodução social passa a se colocar, em contraposição às análises dualistas, como categoria central para compreender as opressões das mulheres e sua relação com o modo de produção capitalista. O trabalho de Lise Vogel (2013), publicado originalmente em 1983, apresenta críticas importantes à perspectiva do duplo sistema.

Para Vogel (2013, p. 134), o debate marxista em torno da questão da opressão de gênero pode ser resumido enquanto um diálogo entre duas perspectivas: (i) a perspectiva do duplo sistema, segundo a qual a opressão das mulheres “deriva de sua situação no interior de um sistema autônomo de divisão sexual do trabalho e de supremacia masculina”; e (ii) a perspectiva da reprodução social, segundo a qual a opressão das mulheres encontra “suas raízes na localização diferencial das mulheres na reprodução social como um todo”.

As críticas à primeira perspectiva, cujos contornos gerais foram apresentados no item anterior, variam, mas estão centradas em um aspecto específico: ainda que a abordagem dualista considere que o patriarcado, enquanto sistema autônomo e independente em relação ao sistema

de relações de produção capitalista, possui uma base material, não resta claro porque esses sistemas são analiticamente independentes e como se dá a relação entre eles. Ao assumir que o sistema patriarcal existe independentemente do sistema de relações econômicas, presume-se que as teorias marxistas tradicionais ortodoxas continuam sendo suficientes para explicar uma metade desse duplo sistema, sendo que cabe às teorias feministas explicar a outra metade. Deixa-se, assim, de colocar a questão de gênero no centro das discussões sobre capitalismo (Young, 1981, p. 49-50). Além disso, segundo Michèle Barrett (1980), essa posição, que limita a teoria marxista à análise econômica, torna impossível construir uma teoria materialista da sociedade que dê conta dos diferentes níveis de organização social e do imbricamento entre eles.

A abordagem da reprodução social, por sua vez, parte da ideia desenvolvida por Marx de que uma das condições essenciais da produção em uma sociedade capitalista é a existência perene e a renovação de uma classe subordinada de trabalhadores. A renovação geracional fornece a quantidade necessária de novos trabalhadores, de modo que a capacidade de reprodução das mulheres desempenha papel essencial nessa sociedade de classes. Com base nesses fundamentos, essa perspectiva entende que a raiz da opressão das mulheres na sociedade capitalista se encontra na sua posição diferencial em relação ao processo de reposição geracional.

Uma das primeiras teóricas a desenvolver esse raciocínio, Paddy Quick (1977) parte da análise elaborada por Marx acerca do processo de trabalho em geral para refletir sobre o processo universal de reprodução [*child-bearing*] (Quick, 1977, p. 44). Segundo a economista, a divisão natural do trabalho, que coloca sobre as mulheres a responsabilidade pela reprodução, adquire caráter de opressão na sociedade capitalista na medida em que possui uma forma econômica específica, que define os papéis de homens e mulheres no âmbito da instituição família.

O conceito de reprodução social abarca, assim, dois processos principais: (i) a produção e fornecimento de insumos de consumo individual que atendam às necessidades de sobrevivência dos trabalhadores, permitindo que eles restaurem suas energias constantemente e estejam prontos para uma nova jornada de trabalho; e (ii) a substituição dos trabalhadores que são retirados da força de trabalho (por idade, deficiência ou morte).

Nesse contexto, a questão de gênero passa a se tornar relevante especialmente em relação ao segundo processo mencionado: a chamada reposição, ou substituição, geracional da classe trabalhadora. Segundo Lise Vogel:

O que levanta a questão de gênero é, evidentemente, o fenômeno da substituição geracional dos portadores da força de trabalho [*labour power*] – isto é, a substituição de trabalhadores existentes por novos trabalhadores da próxima geração. Se a substituição geracional deve acontecer, a reprodução biológica precisa intervir. E aqui, deve ser admitido, os seres humanos não se reproduzem por partenogênese. Mulheres e homens são diferentes (Vogel, 2013, p. 146).

Assim, ainda que se reconheça que as mulheres possam ser também vistas como trabalhadoras – e nesse âmbito serem vítimas de desigualdades – é no seu papel diferencial na reprodução da força de trabalho que se pode encontrar a raiz da sua opressão. Com essa constatação, as análises da reprodução social puderam aprofundar o debate sobre trabalho doméstico, nos seguintes termos.

O trabalho necessário (aquele suficiente para cobrir as necessidades de subsistência do trabalhador) possui dois componentes: (i) um componente social, correspondente ao tempo do dia de trabalho em que o trabalhador produz valor equivalente ao valor das mercadorias necessárias para sua subsistência (o restante é mais-valor); e (ii) um componente doméstico, correspondente à porção do trabalho necessário que é desenvolvida fora da esfera de produção capitalista. Esse segundo componente seria algo que Marx não identificou em suas análises sobre a sociedade capitalista, e que as teorias feministas marxistas propõem como expansão da teoria marxiana.

No capitalismo, o componente social acaba recaindo, historicamente, muito mais sobre o homem, enquanto o componente doméstico acaba sendo quase exclusivamente suportado pela mulher. Essa “posição diferencial” (Vogel, 2013, p. 160) de homens e mulheres com relação aos componentes do trabalho necessário fundamenta um sistema de supremacia masculina, que se reproduz ao longo da estrutura social. Nesse sentido:

A demarcação altamente institucionalizada do trabalho doméstico em relação ao trabalho assalariado em um contexto de supremacia masculina forma uma série de estruturas ideológicas, que desenvolvem vida própria. O isolamento das unidades de trabalho doméstico aparenta ser uma separação natural entre mulheres e homens. O confinamento a um mundo que é separado por um muro da produção capitalista parece ser o ambiente natural historicamente consagrado das mulheres (Vogel, 2013, p. 160).

Para Paddy Quick, essa supremacia masculina no âmbito familiar, calcada na responsabilidade da mulher pela reposição geracional da classe trabalhadora, é fundamentada pelas relações de produção capitalista e, ao mesmo tempo, fundamenta as desigualdades de gênero no contexto social mais amplo, e favorece a classe exploradora, uma vez que permite manter essa divisão sexual da participação nos processos de reprodução social:

No âmbito da classe explorada, a família é a instituição na qual os homens, em geral, são responsáveis pela provisão de valores de uso necessários para a manutenção das mulheres durante o período gestacional. A forma específica pela qual essa manutenção ocorre é determinada pelo modo de produção da sociedade como um todo. Mas em geral, os homens da classe explorada controlam os meios de subsistência necessários para a reprodução da classe explorada. Em termos políticos, essa “dominância” econômica dos homens é acompanhada pela autoridade do homem sobre a mulher. A “supremacia masculina” se torna uma parte componente do domínio da classe exploradora. Qualquer tentativa pelas mulheres de se apropriar para elas mesmas de mais do que requerem para sua subsistência é uma demanda indireta por parte do excedente apropriado pela classe dominante (Quick, 1977, p. 47).

Com base nessas ideias, percebe-se que a base da opressão das mulheres na sociedade capitalista não se localiza nas desigualdades salariais, resultantes da sua posição na divisão social do trabalho, como muitas teóricas até então defendiam, mas sim no seu papel na reprodução (Quick, 1977, p. 51), da qual deriva a desigualdade salarial.

A partir desses argumentos, é possível pensar de que forma essa posição diferencial da mulher favorece a classe exploradora. Dessa análise, decorre o reconhecimento de uma contradição entre a necessidade de que o trabalho doméstico seja realizado de forma gratuita, assim reduzindo o valor da força de trabalho, e a tendência de que cada vez mais mulheres entrem para o mercado de trabalho, também com o intuito de reduzir os salários (diante da maior oferta de mão de obra), mas que ao mesmo tempo eleva os custos da subsistência dos trabalhadores, os quais são transferidos primordialmente para o Estado (Molyneux, 1979).

Há, aqui, uma contradição para a classe capitalista (Vogel, 2013, p. 153): a redução da capacidade laborativa da mulher durante o processo reprodutivo (especialmente a gravidez, o parto e o período de lactação) precisa ser compensada pela provisão, pelo homem, dos meios de subsistência da família. Esse seria, então, o fundamento para a divisão sexual do trabalho na sociedade capitalista e, conseqüentemente, a fonte de opressão das mulheres:

Nas sociedades de classe, a capacidade reprodutiva das mulheres cria contradições do ponto de vista da necessidade da classe dominante de apropriar mais-trabalho. A opressão das mulheres na classe explorada se desenvolve no processo de luta de classes sobre a resolução dessas contradições. [...]

A relativamente reduzida capacidade da mulher para trabalhar durante o período reprodutivo potencialmente cria uma contradição para a classe dominante. A partir da luta de classes sobre a resolução dessa contradição, uma ampla variedade de formas de reprodução da força de trabalho se desenvolveu no curso da história. Em virtualmente todos os casos, elas envolvem a maior responsabilidade dos homens para a provisão de meios materiais de subsistência, a maior responsabilidade das mulheres para as

tarefas de trabalho necessário e formas institucionalizadas de dominação masculina sobre as mulheres (Vogel, 2013, pp. 153-154).

Essas relações são, segundo as teóricas da reprodução social, típicas do desenvolvimento do capitalismo e não podem ser projetadas para outros momentos históricos. É no capitalismo que a demarcação rígida entre a esfera pública da produção e a esfera privada (doméstica) da reprodução se opera (Vogel, 2013, p. 152), e é nesse sistema que a capacidade reprodutiva da mulher se traduz em opressão. Ao contrário do que propõe a teoria do duplo sistema, segundo a abordagem da reprodução social, a “demarcação institucionalizada entre trabalho doméstico e trabalho assalariado em um contexto de supremacia masculina forma a base para uma série de estruturas ideológicas poderosas, que desenvolvem uma vida própria” (Vogel, 2013, p. 160).

2.2 Novas abordagens da reprodução social

Até aqui, analisamos as propostas teóricas que buscaram realizar aproximações entre marxismo e feminismo. Como vimos, a primeira a propor de fato uma teoria feminista sistematizada sobre reprodução social foi Lise Vogel, na década de 1980. O termo Teoria da Reprodução Social, por sua vez, se refere a um conjunto de trabalhos, publicados principalmente a partir do final da primeira década dos anos 2000, que propõe retomar os debates acerca da construção de uma teoria unitária em torno do conceito de reprodução social.

Essa retomada ocorre após um período em que as tentativas de aproximação entre feminismo e marxismo parecem ter permanecido adormecidas. Após experimentar uma efervescência política e científica nas décadas de 1950 e 1960, conforme mencionado no início deste capítulo, os movimentos de esquerda, especialmente aqueles ligados à teoria marxistas, passaram a ser profundamente questionados.

As crises econômicas da década de 1970 e o início da experiência neoliberal significaram, no campo político, uma retração dos movimentos sociais de esquerda, o que também teve efeitos no campo da teoria social. O período foi marcado por um questionamento das “grandes narrativas”, privilegiando o particular (Ferguson; McNally *in* Vogel, 2013, p. xxi).

No que diz respeito aos estudos sobre a questão de gênero, os anos 80 e 90 testemunharam um afastamento definitivo das abordagens marxistas, identificando-as como defasadas e reducionistas, inadequadas para construir uma teoria consistente sobre a opressão de gênero, aproximando-se de abordagens pós-estruturalistas e pós-modernas, centradas na questão da identidade (Ferguson; McNally *in* Vogel, 2013, p. xxii).

Apesar da permanência, ao longo da década de 1980, de algumas iniciativas acadêmicas que insistiam no diálogo entre a teoria marxista e teoria feminista, como é o exemplo da obra de Lise Vogel, esse debate passa a ser relegado ao segundo plano. Principalmente em razão da crescente hegemonia dos já mencionados estudos de perspectiva pós-moderna e pós-estruturalistas, as abordagens ancoradas na teoria marxista passaram a perder relevância, em razão da ideia cada vez mais difundida de que as categorias marxianas seriam insuficientes ou inadequadas para refletir sobre a realidade contemporânea. Esse cenário se estendeu por boa parte das décadas de 80 e 90, de modo que o trabalho de Vogel e outras teóricas do período permaneceram em uma “existência subterrânea” (Ferguson; McNally *in* Vogel, 2013; p. xvii), tendo pouca ressonância no *mainstream* acadêmico.

Porém, na primeira década dos anos 2000, os efeitos do capitalismo neoliberal sobre a qualidade de vida das pessoas, com aprofundamento das desigualdades sociais e um desdobramento sucessivo de crises econômicas, a teoria marxista passou a experimentar uma retomada.

Nessa toada, observamos também um retorno das discussões sobre reprodução social, desta vez com abordagens que procuram incorporar as mudanças trazidas pelo neoliberalismo, ao mesmo tempo em que levam ao centro do debate o imbricamento das opressões de classe, gênero e raça – a esse campo ainda em construção se deu o nome de teoria da reprodução social (TRS).

Os recentes trabalhos na temática da reprodução social constituem um campo teórico rico e plural. Trata-se de abordagens teóricas e empíricas preocupadas em integrar uma agenda de pesquisa renovada, que incorpore as críticas e dê conta dos desafios postos pelos debates inscritos no campo da interseccionalidade e do anti-racismo (McNally *in* Bhattacharya, 2017, p. 94), preenchendo lacunas e aprofundando conceitos.

2.2.1 Abordagem marxiana à teoria da reprodução social

Dentre as principais publicações que integram os esforços de construir e organizar a teoria da reprodução social, pode-se citar a obra *Social Reproduction Theory: Remapping Class, Recentering Oppression*, coletânea de artigos organizada por Tithi Bhattacharya (Bhattacharya, 2017), em que é possível encontrar importantes *insights* quanto à abordagem marxiana à teoria da reprodução social.

Em sua introdução à coletânea, Bhattacharya define a TRS como uma abordagem que busca explorar e analisar os processos sociais e as relações humanas que são essenciais para a manutenção e reprodução da força de trabalho. A Teoria da Reprodução Social, segundo a

autora, investiga a rede complexa de processos sociais e humanos que produzem as condições de existência da realidade aparente, tais como a educação, o transporte público, a alimentação e o descanso. Ela também questiona a separação histórica entre os espaços de produção e reprodução, enfatizando a importância de considerar ambos como parte integrante da totalidade do capitalismo. Trata-se de uma abordagem “que não se contenta em aceitar o que parece ser uma entidade visível e finalizada – neste caso, nossa trabalhadora nas portas de seu local de trabalho – mas interroga a complexa rede de processos sociais e relações humanas que produz as condições de existência para essa entidade” (Bhattacharya, 2017, p. 2). Define a autora, ainda, sobre a teoria:

Neste volume, fazemos duas propostas centrais sobre a TRS: primeiro, que ela é uma metodologia para explorar o trabalho e a força de trabalho sob o capitalismo e é mais adequada para oferecer um mapa rico e variado do capital como uma relação social; além disso, que essa é uma metodologia que privilegia o processo. (Bhattacharya, 2017, pp. 4, 5)

Em sua introdução, ainda, mostra como a TRS se baseia na análise marxista e estende a compreensão das relações sociais, destacando a importância do trabalho humano na criação e reprodução da sociedade e explorando como as categorias de opressão são entrelaçadas com a produção de mais-valia no contexto do capitalismo.

No texto, a autora destaca ainda a importância de a TRS considerar não apenas a esfera pública de produção econômica (de mercadorias), mas também a esfera privada de reprodução social (produção de pessoas) como partes integrantes do sistema capitalista. Busca, no entanto, unificá-las analiticamente. Lançando mão da noção marxiana de que “a realidade que percebemos é apenas uma verdade parcial e que ela aparece para nós em uma forma particular e historicamente específica” (Bhattacharya, 2017, p. 15), busca fundamentar a TRS enquanto uma teoria da totalidade social.

Para tal, enfatiza o fato de que a força de trabalho pode ser compreendida como a única mercadoria não produzida dentro da esfera de circulação de mercadorias, mas que, no entanto, desempenha um papel crucial no sistema capitalista. Marx já havia reconhecido a importância da força de trabalho como aquilo que impulsiona o processo de produção capitalista, mas a TRS, segundo a autora, pode expandir essa análise ao destacar como a reprodução da força de trabalho ocorre fora do circuito da produção de mercadorias, muitas vezes na esfera da família.

Um entendimento da reprodução social é que se trata de dois espaços separados e dois processos de produção separados: o econômico e o social – geralmente entendidos como o local de trabalho e o lar. Nesse entendimento, o trabalhador produz mais-valia no trabalho e, portanto, faz parte da produção

da riqueza total da sociedade. No final da jornada de trabalho, como o trabalhador é "livre" sob o capitalismo, o capital deve abrir mão do controle sobre o processo de regeneração do trabalhador e, portanto, da reprodução da força de trabalho. O conjunto de relações sociais que envolvem a regeneração – nascimento, morte, comunicação social e assim por diante - é mais comumente referido na literatura acadêmica e política como cuidado ou assistência social.

Se, como propomos, a separação espacial entre produção (pública) e reprodução (privada) é uma forma histórica aparente, então o trabalho que é dispensado em ambas as esferas também deve ser teorizado de forma integrada. (Bhattacharya, 2017, p. 9)

Assim, a autora mostra como a TRS não é apenas uma tentativa de explorar as conexões entre as relações sociais estabelecidas pelo mercado e as relações sociais “extramercado”. Em vez disso, representa um esforço para desenvolver a teoria do valor de Marx em uma direção específica. A TRS está principalmente preocupada em compreender como categorias de opressão, como gênero e raça, são coproduzidas simultaneamente com a produção de mais-valia. Ela observa que vários novos termos têm sido usados por teóricos sociais para descrever a esfera de relações extramercado, como “economia moral”, “economia sombria”, “fábrica social” e “setor de trabalho não remunerado”. No entanto, destaca que a TRS é única no sentido de que teoriza a relação entre o mercado e as relações extramercado, em vez de simplesmente apontar para a distinção entre elas. Trata-se, assim, de abordagem da TRS que se apresenta como eminentemente integradora.

Nesse sentido, a TRS busca se contrapor, também, além das abordagens dualistas que apresentei nos itens anteriores deste trabalho, às abordagens ligadas às já mencionadas teorias pós-modernas que vinham dominando o debate acadêmico até então, em especial a abordagem interseccional. Para Bhattacharya, as conclusões dos teóricos da interseccionalidade contradizem, na verdade, sua metodologia. Em vez de raça e gênero serem sistemas separados de opressão ou até mesmo opressões separadas com trajetórias apenas externamente relacionadas, as descobertas de estudiosas feministas negras nos mostrariam como raça e gênero são co-constitutivos. Em contraste, a TRS nos oferece uma maneira de “manter e reposicionar” as percepções da interseccionalidade, mas rejeitar sua premissa teórica de uma realidade agregativa. Isso significa que a teoria da reprodução social oferece uma abordagem alternativa que trata de forma mais eficaz a interseccionalidade das opressões. Em suas palavras:

Acredito que a teoria da reprodução social, como um termo, ainda carrega uma carga analítica importante à qual devemos estar atentos. Em primeiro lugar, não se trata apenas de uma tentativa de explorar a relação entre as relações sociais estabelecidas por meio do mercado e as relações sociais fora do mercado. Ela representa um esforço para desenvolver a teoria do valor do trabalho de Marx em uma direção específica. A TRS está preocupada

principalmente em entender como as categorias de opressão (como gênero, raça e deficiência) são coproduzidas simultaneamente à produção de mais-valia. Nesse aspecto, ela busca superar as representações reducionistas ou deterministas do marxismo e, ao mesmo tempo, expor de forma criativa a totalidade orgânica do capitalismo como um sistema. Portanto, é importante manter o termo teoria da reprodução social, pois ele declara que sua herança está dentro da tradição marxista. Segundo, vários novos termos têm circulado entre os teóricos sociais para descrever a esfera das relações extramercado. Economia moral, economia subterrânea, fábrica social e setor de trabalho não remunerado estão entre alguns dos termos empregados. A TRS é única no sentido de que teoriza a relação entre o mercado e as relações extramercado, em vez de simplesmente apontar para sua distinção.

(...)

A compreensão da totalidade como um todo orgânico, em vez de um agregado de partes, é importante precisamente porque tem implicações materiais reais sobre como devemos escolher agir em relação a esse mundo. As lutas contra o racismo e o sexismo estão relacionadas interna ou externamente? O trabalhador branco tem um interesse material, e não moral, em desafiar o racismo? (Bhattacharya, 2017, p. 14)

Por fim, a autora enfatiza o trabalho humano enquanto elemento essencial do capitalismo, em detrimento das mercadorias. Isso expõe as limitações do que comumente entendemos como processos “econômicos” e destaca o componente “confuso, sensível, de gênero, racial e rebelde do processo econômico: seres humanos vivos, capazes de seguir ordens e, ao mesmo tempo, desafiá-las” (Bhattacharya, 2017, p. 19). Isso é importante no contexto do neoliberalismo, que muitas vezes enfatiza o valor do mercado e a desregulamentação econômica, enquanto a TRS destaca a importância do trabalho humano e das relações sociais complexas na reprodução da sociedade. Portanto, a TRS oferece uma perspectiva alternativa e crítica à visão neoliberal da economia e da sociedade

A autora, na mesma coletânea que discutimos aqui, aprofunda alguns de seus argumentos artigo que compõe sua contribuição à coletânea – *How Not to Skip Class: Social Reproduction of Labor and the Global Working Class* (Bhattacharya, 2017, p. 68).

Retomando a distinção (histórica e aparente) entre as esferas de produção e reprodução, pergunta-se: “Quais são as implicações do fato de a força de trabalho ser produzida fora do circuito de produção de mercadorias, embora seja essencial para ele?” (Bhattacharya, 2017, p. 73). Aqui, lançando mão de uma definição da reprodução social que englobe sistemas públicos de educação e saúde, instalações de lazer, pensões e benefícios para idosos, assim como a escravidão e trabalho imigrante, começa a responder à pergunta ressaltando sua complexidade: “inúmeros capilares de relações sociais que se estendem entre o local de trabalho, o lar, as escolas, os hospitais – um todo social mais amplo, sustentado e coproduzido pelo trabalho humano de maneiras contraditórias, porém constitutivas” (Bhattacharya, 2017, p. 74).

A pergunta começa a ser respondida a partir da constatação de que a classe capitalista tenderá, por meio de diminuições no salário da classe trabalhadora, a se apropriar das eventuais diminuições dos custos de reprodução social. Insere, assim, a reprodução social na dinâmica da luta de classes, unificando a produção e a reprodução sob um único enfoque analítico. Formalmente, o circuito da reprodução pode ser representado pela fórmula $M - Ac - P - Lp - M$, em que

o dinheiro (M), nas mãos do trabalhador, é trocado por artigos de consumo (Ac) que são então consumidos em um processo de produção semelhante (P). Mas agora o que é produzido nesse “processo de produção” é uma mercadoria única – a força de trabalho do trabalhador (*labour power* – Lp). Uma vez produzida (ou reproduzida), ela é vendida ao capitalista em troca de salários (M) (Bhattacharya, 2017, p. 81).

A autora elabora o argumento:

Em suma, a reprodução é, portanto, um local de conflito de classes. Entretanto, esse conflito é marcado por certas tendências contraditórias. Por exemplo, como orquestradora do processo de produção, a classe capitalista se esforça para limitar as necessidades e o consumo da classe trabalhadora. Entretanto, para garantir a realização constante da mais-valia, o capital também precisa criar novas necessidades na classe trabalhadora como consumidores e, em seguida, “satisfazer” essas novas necessidades com novas mercadorias. O crescimento das necessidades dos trabalhadores sob o capitalismo é, portanto, uma condição inerente à produção capitalista e à sua expansão.” (Bhattacharya, 2017, p. 79).

Munida de argumentos históricos e maiores detalhes, a autora aprofunda o argumento, chegando à conclusão geral de que, em resumo, “ao pensar na classe trabalhadora, é essencial reconhecer que os trabalhadores têm uma existência além do local de trabalho. O desafio teórico, portanto, está em entender a relação entre essa existência e a de suas vidas produtivas sob o domínio direto do capitalista” (Bhattacharya, 2017, p. 69). Sua posição integradora com a teoria marxiana é clara:

Em abstrato, o capital é indiferente à raça, ao gênero ou às habilidades do produtor direto, desde que sua força de trabalho possa colocar em movimento o processo de acumulação. Mas as relações de produção, como vimos na seção anterior, são, na verdade, uma concatenação das relações sociais existentes, moldadas pela história passada, pelas instituições atuais e pelas formas estatais. As relações sociais fora do trabalho assalariado não são acidentais a ele, mas assumem uma forma histórica específica em resposta a ele. Por exemplo, a natureza de gênero da reprodução da força de trabalho tem impulsos condicionantes para a extração de mais-valia. Da mesma forma, uma forma heterossexista da unidade familiar é sustentada pelas necessidades do capital de substituição geracional da força de trabalho. (Bhattacharya, 2017, p. 87).

O significado prático dessas reflexões é trazido no contexto específico do neoliberalismo. Argumenta a autora que a importância teórica das lutas que ocorrem fora do ambiente de trabalho, como aquelas que buscam ar mais limpo, melhorias nas escolas, resistem à privatização da água, combatem as mudanças climáticas ou defendem políticas habitacionais mais justas refletem as necessidades sociais essenciais para a reprodução da classe trabalhadora, representando, em última instância, uma luta de classes dos trabalhadores para reivindicar sua “parcela da civilização”.

Nesse contexto, a destruição de bairros da classe trabalhadora pelo neoliberalismo no Norte Global, argumenta ela, resultou em edifícios abandonados, hipotecas e áreas desocupadas. No Sul Global, extensas favelas, violentas e carentes. A demanda dessas comunidades por uma expansão de seu “espaço de bem-estar” – pela expansão de suas condições de reprodução social, podemos parafrasear – é, portanto, uma demanda crucial para a classe trabalhadora (Bhattacharya, 2017, p. 92).

A proposta da autora de entender os espaços de maneira integrativa ganha novos contornos no ensaio de David McNally nessa mesma coletânea. Aqui, propõe-se o autor a realizar uma crítica dialética, imanente, da teoria da interseccionalidade. Isto é: utilizando-se da posição de “negação determinada” conforme elaborada por Hegel, propõe não simplesmente rejeitar a “teoria concorrente”, mas, sim, promover a “absorção dos pontos fortes de uma perspectiva teórica no decorrer da superação de suas fraquezas internas”. O autor, assim,

convencido de que as análises interseccionais apresentam falhas teóricas profundas, também reconhe[ce] os *insights* críticos que elas geraram. No entanto, como muitos teóricos interseccionais reconhecem, sua perspectiva esbarra em alguns problemas internos fundamentais. Portanto, ao abordar essa abordagem e suas contradições, procur[a] mostrar como elas podem ser dialeticamente superadas – e suas percepções críticas mantidas e reposicionadas – em uma teoria da reprodução social dialeticamente reconstruída (McNally *in* Bhattacharya, 2017, p. 94).

Começa sua crítica apontando para uma imagem que “assombrou” a teoria da interseccionalidade: a de “identidades ou localizações pré-constituídas e reificadas, que entram em alguma forma de contato externo uma com a outra”. Tratar-se-ia de um “atomismo ontológico inerente às formulações fundacionais da teoria da interseccionalidade”: a ideia de que existem “relações de opressão constituídas de forma independente que, em algumas circunstâncias, se entrecruzam” (McNally *in* Bhattacharya, 2017, p. 96).

O autor, rejeitando o mecanicismo e o quimismo clássicos das abordagens analíticas e positivistas, propensas ao atomismo que vê os conceitos da realidade enquanto separados entre si e externamente determinados, propõe a análise das opressões e do capitalismo enquanto

realidades interrelacionadas – cada qual uma totalidade *parcial*. Para Hegel, a superação do mecanicismo e do quimismo se dá pelo teleologismo. Essa abordagem alternativa envolve, em contraposição, a ideia de que a realidade, incluindo a história e a consciência humanas, têm um propósito ou um fim específico (*telos*). A teleologia reconhece que o desenvolvimento do pensamento e do mundo não é aleatório, mas está se movendo em direção a um propósito ou realização final. Ela representa uma compreensão mais avançada e dialética da realidade. Mais concretamente para sua tese, utilizando-se do exemplo do racismo (cujo argumento central poder-se-ia aplicar sem problemas às opressões de gênero), explica:

Essa é uma das razões pelas quais debates abstratos do tipo "o racismo é necessário ao capitalismo?" são tão decididamente falhos. Não é possível saber essas coisas com antecedência, com base em princípios abstraídos da vida histórica concreta. O que podemos dizer é que o processo histórico real pelo qual o capitalismo surgiu em nosso mundo envolveu integralmente relações sociais de raça e dominação racial. Do ponto de vista do "efeito" – capitalismo racializado – podemos dizer definitivamente que o racismo é uma característica necessária do capitalismo histórico em que vivemos. O efeito tornou-se, portanto, uma causa – e é sistematicamente reproduzido na e por meio da reprodução do modo de produção capitalista. No "sistema único e historicamente criado" (Hill Collins) em que vivemos, todas essas relações de poder social – da dominação de gênero, racial e sexual à exploração capitalista – formam um todo social complexo, no qual "cada um dos momentos individuais é essencialmente a totalidade do todo". Parece-me que é exatamente isso que Bannerji pretende quando insiste que "a 'raça' não pode ser desarticulada da 'classe' da mesma forma que o leite não pode ser separado do café depois de misturado, ou o corpo divorciado da consciência em uma pessoa viva". Essas relações não precisam ser trazidas para a interseção porque cada uma já está dentro da outra, co-constituindo-se mutuamente em sua essência. Em vez de estarmos nas interseções, estamos no rio da vida, onde vários riachos e córregos convergiram em um sistema complexo e pulsante. (McNally in Bhattacharya, 2017, p. 107)

Reflexões similares temos no livro *Dangerous Liaisons: The marriages and divorces of Marxism and Feminism*, de Cinzia Arruzza (Arruzza, 2013). O principal argumento de Arruzza gira em torno da relação complexa, interseções históricas e tensões entre as tradições marxistas e feministas. O livro busca traçar um histórico da relação entre as teorias, destacando as várias maneiras pelas quais o marxismo e o feminismo se envolveram e se influenciaram mutuamente, examinando suas metas e contradições compartilhadas.

Mesmo que utilize o termo “reprodução social” sem uma definição específica, utiliza-o amplamente como qualquer trabalho que envolva a reprodução da classe trabalhadora, situando-o especificamente, ainda, fora da esfera de circulação capitalista:

Afirmar que o trabalho doméstico produz mais-valia significa ignorar o que deve ser o ponto essencial para entender a natureza e a maneira como o

capitalismo transformou a família. O ponto fundamental, de fato, é que esse trabalho de reprodução ocorre fora do mercado capitalista, em um isolamento que torna impossível falar de trabalho socialmente necessário, porque esse trabalho não é formal ou informalmente contratado no capitalismo. Nesse sentido, é difícil falar sobre a produção de mais-valia precisamente porque, por um lado, o capitalismo retirou da família a função de unidade de produção e, por outro, garantiu que o trabalho de reprodução da força de trabalho ocorresse principalmente dentro da família, relegando-o a uma espécie de limbo separado do processo de produção e circulação de mercadorias. (Arruzza, 2013, p. 94)

No capítulo 4 do livro (Arruzza, 2013, p. 115), sumariza o debate em torno das teorias dualistas ou unitárias. Inicia delineando os argumentos centrais das teorias duais (i.e., como vimos, as que veem as opressões do patriarcado e do capitalismo como entidades analiticamente separadas, independentes). Menciona como uma das pedras fundamentais dessas abordagens o trabalho de Heidi Hartmann (1979), cujos pontos principais já delineamos nos itens acima. Em contraposição, como expoente da teoria de um sistema único, Arruzza explora dois artigos paradigmas de Iris Young (*Beyond the Unhappy Marriage: a Critique of the Dual Systems Theory* e *Unruly Categories: a Critique of Nancy Fraser's Dual System Theory*), que igualmente percorremos acima, além de outras teóricas, como Michèle Barret.

Sem necessariamente aprofundar os contornos teóricos de uma síntese entre as duas posições, a autora argumenta pela necessidade de um diálogo renovado e mais produtivo entre o marxismo e o feminismo. Ao explorar as conexões e separações históricas entre ambas as produções, Arruzza procura oferecer *insights* sobre como eles podem trabalhar juntos de forma eficaz para enfrentar os desafios do presente. Reconhecendo suas tensões e discordâncias passadas, mas também enfatizando seu potencial de sinergia na busca da igualdade de gênero e da transformação social, o livro busca engajar as duas posições de maneira mais matizada e construtiva do que ela entende ser a tradição até hoje. Sua posição pode ser resumida pelo seguinte excerto:

O desenvolvimento de uma perspectiva que possa dar sentido às interseções e decifrar a complexa relação entre os resquícios patriarcais que vagam como fantasmas sem teto no mundo capitalista globalizado e as estruturas patriarcais que, ao contrário, foram integradas, usadas e transformadas pelo capitalismo, exige uma renovação do marxismo. Essa renovação é necessária para ir além da contraposição de categorias culturais e econômicas, materiais e ideológicas. Um projeto político com o objetivo de reconstruir um novo movimento de trabalhadores exige uma reflexão séria sobre como o gênero e a raça influenciam tanto a composição da força de trabalho quanto os processos de desenvolvimento da subjetividade. Além disso, isso também significa o fim da disputa pela opressão primária. A questão não é se a classe vem antes do gênero ou se o gênero vem antes da classe; a questão é como o gênero e a classe se entrelaçam na produção capitalista e nas relações de poder

para dar origem a uma realidade complexa, e faz pouco sentido e não é muito útil tentar reduzi-los a uma fórmula simples. A questão é, portanto, como a classe e o gênero podem ser combinados em um projeto político capaz de agir evitando dois perigos específicos: a tentação de misturar as duas realidades, fazendo do gênero uma classe ou da classe um gênero, e a tentação de pulverizar as relações de poder e as relações de exploração para ver nada além de uma série de opressões individuais alinhadas umas ao lado das outras e relutantes em serem incluídas em um projeto de libertação abrangente. (Arruzza, 2013, p. 128)

Em sentido similar, o livro *Women and Work: Feminism, Labour, and Social Reproduction*, de Susan Ferguson (Ferguson, 2020), explora a interseção entre feminismo, trabalho e reprodução social, destacando o papel das mulheres na realização de vários trabalhos remunerados e não remunerados que sustentam tanto a força de trabalho quanto a sociedade como um todo. O livro busca, assim como a obra de Arruzza que exploramos acima, traçar um histórico da luta feminista no contexto de várias tradições políticas nos Estados Unidos, desde a democracia da década de 1790 até os movimentos feministas contemporâneos (sem, no entanto, dar ênfase às características próprias do neoliberalismo), a fim de construir um argumento sobre o futuro prático de um proposto movimento socialista pluralista.

Para tal, a autora propõe um “feminismo de reprodução social”, cuja “inovação central”, segundo ela, “é a teorização da luta feminista como uma luta anticapitalista, uma luta de classes. Enquanto o feminismo crítico da igualdade afirma que a opressão das mulheres só termina quando o capitalismo é derrubado, o feminismo da reprodução social se debate com a lógica por trás dessa afirmação” (Ferguson, 2020, p. 5). Importa-nos principalmente o delineamento dessa proposta.

Preocupada principalmente com os debates acerca da produção ou não de valor, em termos marxianos, pelo trabalho de reprodução social, monta sua definição de reprodução social em torno de tal questão. Trata-se de conceito que é, em primeiro lugar, desvinculado da “compreensão do trabalho social reprodutivo como um conceito a-histórico e universal de trabalho doméstico” e, em segundo lugar, enfatiza e desenvolve “a percepção sobre a relação entre o trabalho capitalisticamente ‘produtivo’ e o ‘improdutivo’” (Ferguson, 2020, p. 107). Trata-se, como se vê, de uma retomada da discussão em torno do estatuto teórico do trabalho de reprodução social, conforme explorei anteriormente.

A partir disso, conclui afinal que “ir além do capital significa, então, que os trabalhadores precisam se opor ao domínio do capital sobre a vida *dentro do próprio sistema* – para reivindicar mais recursos para a produção de vida e menos para o capital” (Ferguson, 2020, p. 138 – ênfase no original). Em certos momentos, assim, parece admitir uma diferença na produção de valor dos diferentes tipos de trabalho, a despeito de buscar “integrá-los” em uma

mesma luta. Aparentemente entendendo “valor” somente como aquilo produzido na esfera de circulação de mercadorias, ou ao menos condensando tal esfera à ideia de valor, defende que

todos os processos de reprodução social (não apenas aqueles em lares individuais) se deparam com a hostilidade do capital à vida – se não for por uma razão maior do que o fato de que a grande maioria dos recursos essenciais à reprodução da vida (os meios de subsistência) pertence e é controlada pelo capital e pelo Estado capitalista. E todo o trabalho necessário para produzir esta e a próxima geração de trabalhadores (dentro e fora dos lares organizados pelo patriarcado) está preso em relações sociais específicas de opressão que não estão diretamente sujeitas ao controle direto do capitalismo, mas que, no entanto, estão na mira dessa dinâmica contraditória (Ferguson, 2020, p. 135).

Buscando integrar as visões, não chega a uma unidade analítica, mas defende uma certa “unidade de objetivos” práticos:

Como o feminismo marxista autonomista entende que o valor é criado em todos os lugares, todos os lugares desempenham o mesmo papel na resistência ao capital. Em outras palavras, da perspectiva do capital, há pouco a diferenciar uma greve dos trabalhadores do Walmart de uma cozinha comunitária cooperativa e politizada. Ambas impedem a criação de valor; ambas recusam a ética capitalista e a organização do trabalho (Ferguson, 2020, p. 136).

Em suma, Ferguson argumenta que as análises marxistas tradicionais geralmente ignoram a importância da reprodução social e do trabalho não remunerado que as mulheres realizam predominantemente na manutenção dos lares, na criação dos filhos e no apoio à força de trabalho. O livro enfatiza que o reconhecimento da importância desse trabalho não remunerado é fundamental para abordar as disparidades de gênero nos salários, nas oportunidades de emprego e nas estruturas sociais e econômicas mais amplas.

Como se vê, talvez o ponto de maior tensão na literatura recente inserida no campo TRS, o debate sobre a definição do conceito de “reprodução social” parece estar ainda em aberto. Algumas abordagens propõem reelaborar o conceito, sem abandonar o conceito marxiano – de que reprodução social é um processo por meio do qual a sociedade se reproduz como um todo e, ao mesmo tempo, reproduz as condições de produção –, mas aprofundando-o e especificando-o.

Nesse sentido, o debate consegue extrapolar as discussões sobre trabalho doméstico e incluir uma série de outras relações sociais que ocorrem dentro e fora do âmbito doméstico, mas estão intrinsecamente conectados a ele. Trata-se, assim, de encarar o “trabalho social em seu sentido mais amplo de atividade humana prática” (McNally *in* Bhattacharya, 2017, p. 109),

o que também amplia a gama de possibilidades de investigação teórica e empírica. Nesse sentido, Cinzia Arruzza explica:

Neste contexto, reprodução social designa a forma na qual o trabalho físico, emocional e mental necessário para a produção da população é socialmente organizado: por exemplo, preparo da comida, educação dos jovens, cuidado dos idosos e doentes, assim como as questões domésticas e todo caminho até as questões de sexualidade... O conceito de reprodução social tem a vantagem de expandir nossa visão do que foi previamente chamado de trabalho doméstico, foco de grande parte do feminismo-marxista. De fato, o conceito de reprodução social inclui uma série de práticas sociais e tipos de trabalho que vão muito além do trabalho doméstico. Torna possível também estender a análise para fora das paredes do lar, desde que o trabalho de reprodução social não seja sempre encontrado das mesmas formas: qual parte vem do mercado, do Estado de bem-estar social, das relações familiares, permanece uma questão contingente que depende das dinâmicas históricas específicas e das lutas feministas. (ARRUZZA, 2015, p. 55)

A reprodução social é vista, então, como um conjunto de relações sociais, determinadas, produzidas e reproduzidas pelo trabalho dentro e fora do âmbito doméstico. E não só: são relações que se articulam com o âmbito da produção de forma contraditória e mutuamente dependente.

Essa perspectiva permite ampliar a percepção acerca dos espaços, atores e processos envolvidos na reprodução social. Trata-se de absorver as múltiplas formas por meio das quais os indivíduos cooperam para atender suas necessidades de reprodução da vida em sentido amplo, não só no mercado ou nos lares, mas também nos bairros, comunidades, espaços públicos, etc. Segundo Susan Ferguson, “essas atividades sociais juntas formam a base material da vida – a base material cujas relações são ao mesmo tempo complexas e contraditórias” (Ferguson, 1999, p. 7). Extrapolar a questão do trabalho doméstico torna-se, portanto, essencial para entender todas as atividades econômicas e não-econômicas, bem como as relações sociais que perpassam as experiências das mulheres em suas múltiplas realidades concretas.

A partir daí, toma-se um passo a mais em direção à compreensão não só das relações entre trabalhos de reprodução social e processos de acumulação de capital, mas principalmente do porquê esses trabalhos são majoritariamente realizados por mulheres, quais mulheres, em que circunstâncias e como tudo isso se conecta com as estruturas de subordinação das mulheres. Essa seria a tarefa de uma teoria verdadeiramente engajada com uma “economia política das mulheres”.

Possibilita-se, assim, uma multiplicidade de abordagens investigativas, ampliando as possibilidades de pesquisas teóricas, históricas e empíricas, dentro das discussões sobre

reprodução social. Não à toa, as recentes publicações coletivas do campo têm se mostrado ricas e diversas.

Percebe-se que a literatura tem dedicado esforços significativos para sistematizar e delimitar o domínio de estudo da própria teoria e seus conceitos-chave – afinal, trata-se de um campo teórico relativamente recente e multidisciplinar ainda em construção, com questões e disputas conceituais importantes, como, por exemplo, o debate envolvendo a natureza das atividades de reprodução social e o seu papel na criação de valor (Mezzadri, 2021; Bordon, 2021; Rodríguez-Rocha, 2021).

A despeito da ênfase teórica, uma parte importante da literatura tem se debruçado sobre análises mais concretas, mobilizando as categorias analíticas da TRS para pensar temas como migração, o papel e o comportamento das instituições estatais, o processo de financeirização e o endividamento das famílias, a informalização das relações de trabalho, produção e distribuição de alimentos, e o papel político estratégico do cuidado para o movimento feminista.

Nesse sentido, vale explorarmos perfunctoriamente o livro *Power, Production and Social Reproduction: Human In/security in the Global Political Economy*, organizado por Isabella Bakker e Stephen Gill (2003), também paradigmático dos esforços de construção da TRS de início dos anos 2000. O livro reúne uma coletânea de ensaios que examinam a relação entre a economia política global e a reprodução social. O principal argumento trazido é que a dinâmica da economia política global afeta profundamente a capacidade das sociedades de reproduzir suas estruturas sociais, incluindo o bem-estar e a segurança de seus membros.

O livro argumenta que a economia política global tem uma influência significativa sobre vários aspectos da reprodução social, incluindo mercados de trabalho, sistemas de bem-estar e relações de gênero. Ele enfatiza que as forças econômicas e políticas podem melhorar ou prejudicar a reprodução social, levando a diferentes resultados em termos de segurança humana. O livro também destaca a distribuição desigual de poder e recursos na economia política global, exacerbando as inseguranças relacionadas a emprego, acesso a serviços básicos e bem-estar geral. Segundo as organizadoras, o livro

busca oferecer uma nova abordagem baseada em um esforço para sintetizar os momentos de poder, produção e reprodução social nos padrões de globalização intensificada. Consideramos isso tanto teórico quanto prático, na medida em que nossa teorização do mundo está ligada à maneira como percebemos o potencial e os limites da ação e da transformação dentro desse mundo. (Bakker; Gill, 2003, p. 3)

A reprodução social, que para as autoras “refere-se tanto à reprodução biológica da espécie (e, de fato, à sua estrutura ecológica) quanto à reprodução contínua da mercadoria força

de trabalho”, “envolve instituições que proporcionam a socialização de riscos, assistência médica, educação e outros serviços – de fato, muitos dos principais elementos do que o primeiro Marx chamou de ‘ser espécie’, instituições sociais que distinguem a vida dos seres humanos da vida dos animais” (Bakker; Gill, 2003, pp. 17, 18). Sistematizando as definições de outras autoras, descrevem:

Escritoras feministas e de outras áreas definiram a reprodução social de maneiras variadas e contestadas. Entretanto, a maioria das definições está relacionada a três aspectos ou componentes da reprodução social:

1. *Reprodução biológica da espécie* e, especificamente, as condições e construções sociais da maternidade em diferentes sociedades (conforme observado, a causa mais comum de morte de mulheres em todo o mundo é o parto).
2. *Reprodução da força de trabalho*, que envolve não apenas a subsistência, mas também a educação e o treinamento.
- 3 *A reprodução das necessidades de provisão e cuidados* que podem ser totalmente privatizadas dentro das famílias, socializadas ou, de fato, fornecidas por meio de uma combinação dos dois. (Bakker; Gill, 2003, p. 32)

Buscando uma abordagem dialética entre reprodução e produção, afirmam que “não separamos o econômico do político ou do social, pois consideramos ambos como momentos no processo de construção da história. Portanto, a questão não é o que deve ser incluído na esfera do ‘econômico’, mas sim como as práticas sociais/materiais são constituídas” (Bakker; Gill, 2003, p. 23).

É com base nisso que as autoras traçam duas hipóteses para guiar o restante do trabalho. Em primeiro lugar, de que “há uma contradição emergente entre a acumulação global de capital e o fornecimento de condições estáveis para a reprodução social”. Em segundo, de que “essa situação está sendo bloqueada por novos mecanismos de governança constitucional neoliberal, com efeitos prejudiciais para a reprodução social da maioria da população mundial” (Bakker; Gill, 2003, p. 27).

A partir daí, trazem ricas contribuições aos temas da reprodução social no contexto da financeirização e do neoliberalismo. O que elas chamam de “novo constitucionalismo”, i.e., mecanismos de governança liberal consistindo em “novas redes de leis, regras, padrões, bem como acordos regionais e nacionais e constituições políticas novas e modificadas que, em geral, pretendem, (...) ‘assegurar’ [*lock-in*] os compromissos com as reformas liberais de governo e mercado” (Bakker; Gill, 2003, p 30), abrem caminho para o “neoliberalismo disciplinar”, termo utilizado para denotar o fato de que a disciplina social é cada vez mais exercida por meio de estruturas de mercado, assim como o é a própria atuação estatal.

As mudanças trazidas à governança da reprodução social pelo neoliberalismo podem ser analisadas sob três lentes, segundo as autoras: o micro (individual), o meso (institucional) e o macro (formas estatais e ordem mundial) (Bakker; Gill, 2003, p. 33).

No nível micro, a ascensão do neoliberalismo disciplinar provocou uma mudança na retórica política e nas práticas sociais, resultando na redefinição do *self* e do sujeito político e social. Surge aqui uma definição específica do sujeito político e social que é abstrata, genérica e sem contexto histórico, similar ao tratamento uniforme da força de trabalho como uma mercadoria. Esse sujeito, proprietário de si mesmo, não possui obrigações em relação à sociedade, e vice-versa. Isso pressupõe a autorregulação privada da produção e da sociedade civil, com intervenção estatal limitada. Simultaneamente, o Estado liberal resultante garante a proteção da propriedade privada, impedindo a expropriação pelo Estado por meio de mecanismos constitucionais e jurídicos (Bakker; Gill, 2003, p. 33).

No nível meso, o foco está na defesa de um governo limitado e da divisão legal entre o Estado e a sociedade civil. Segundo as autoras, observa-se um fortalecimento de uma transição para estruturas de mercado mais autorreguladas, principalmente na OCDE, e de forma ainda mais proeminente no antigo Bloco Oriental e nas nações em desenvolvimento. Essa transição levou à liberalização dos mercados de capital, trabalho e terras. As taxas de sindicalização diminuíram em todo o mundo, resultando em maior flexibilidade nos mercados de trabalho. Uma consequência dessas mudanças foi a criação de condições de emprego menos seguras para homens e mulheres, seja no setor formal ou informal. Essas transformações parecem estar dando origem a certos aspectos culturais e materiais contraditórios da globalização. No hemisfério norte, as mudanças nos níveis micro e meso estão associadas a um afastamento do conceito tradicional de família nuclear pós-Segunda Guerra Mundial. Em seu lugar, estão surgindo novos paradigmas de reprodução social, cada vez mais influenciados por discursos alternativos que enfatizam a autossuficiência, a sexualidade e o estilo de vida. No hemisfério sul, à medida que mais mulheres se tornam assalariadas, isso tem dois efeitos simultâneos: oferece maior autonomia às mulheres em termos de administração da renda familiar e das escolhas pessoais, mas também exerce um controle mais rígido sobre suas vidas e seu bem-estar devido ao aumento das responsabilidades de trabalho e dos múltiplos papéis (Bakker; Gill, 2003, pp. 33-34).

Por fim, no nível macro, observa-se uma mudança na dinâmica de gênero que é cada vez mais definida por acordos internacionais e políticas fiscais de austeridade. Os sistemas de seguridade social e outros mecanismos associados à regulamentação de questões sociais e familiares, que já desempenharam um papel fundamental na sustentação da demanda geral e na

formação da vida das pessoas, e que foram, no pós-guerra, capazes fornecer vínculos entre os modelo de produção e reprodução estão se desgastando gradualmente em favor de um sistema privatizado de gerenciamento de riscos e reprodução social. O foco intensificado no risco individual tende a obscurecer as linhas de desigualdade e a estrutura hierárquica de renda, riqueza, poder e representação no capitalismo global. No hemisfério sul, segundo as autoras, a crise da dívida global, pacotes de recuperação do FMI e o declínio do investimento direto em infraestrutura e na “economia real” levaram a um esgotamento das capacidades do Estado, revelando linhas estruturais de desigualdade. Os cortes orçamentários tiveram efeitos adversos sobre os gastos com educação e saúde em quase todos os países, com implicações significativas para a reprodução (Bakker; Gill, 2003, p. 34).

Outras mudanças estruturais são exploradas pelas autoras. Segundo elas, em vários países da OCDE e em partes do mundo em desenvolvimento, o sistema de salário familiar vem passando por uma transformação significativa no contexto neoliberal. Elas contrastam as estruturas de bem-estar keynesianas anteriores, caracterizadas pela socialização de riscos e pela redistribuição de renda, com a abordagem atual, mais autossuficiente e orientada para o mercado. Durante a era keynesiana, haveria um certo grau de apoio estatal ao salário familiar, resultando em uma conexão socializada entre a produção e as exigências da reprodução social. Já no cenário contemporâneo, haveria uma mudança em direção a um modelo salarial individualizado, enfatizando a autossuficiência da família (Bakker; Gill, 2003, p. 39).

Hipotetizam, assim, que um novo modelo de salário familiar poderia estar surgindo, no qual mais membros da família estão trabalhando mais horas para manter a mesma renda familiar. Esse modelo pode se basear em um endividamento crescente, principalmente devido ao aumento do uso do crédito, e pode se mostrar insustentável (Bakker; Gill, 2003, p. 37). Por outro lado, aqueles que não têm acesso ao crédito ou que vivem em países com provisões inadequadas de bem-estar social podem sofrer com a pobreza. Em longo prazo, isso pode levar, argumentam elas, a uma profunda crise na reprodução social, não apenas nos países que concentram a maior parte da pobreza, mas também nos países da OCDE.

O contexto internacional é importante aqui: uma abordagem para complementar o salário familiar é encontrada em escala transnacional, por meio da migração de trabalhadores, em geral mulheres de países pobres, para ajudar países da OCDE com sua reprodução social, como já exploramos anteriormente nesse trabalho. Fazem remessas para suas comunidades de origem, apoiando sua sobrevivência, em fenômeno chamado de “feminização da sobrevivência”. Esse cenário implica estruturas cada vez mais precárias e transnacionais dentro

das quais as comunidades dos países pobres podem ser compreendidas (Bakker; Gill, 2003, p. 37).

Bakker aprofunda os argumentos no capítulo 4 do livro. Ali, argumenta que essa “nova ordem do gênero” sendo desenvolvida contemporaneamente não apenas cria desigualdade em termos de segurança humana, mas também introduz um novo regime de regulamentação moral. Essa nova ordem moral dá importância ao privado em detrimento do público, ao indivíduo em detrimento do coletivo e restabelece a família como uma unidade autossuficiente e neutra em termos de gênero, de cuidado e responsabilidade mútua (Bakker; Gill, 2003, p. 80).

A preocupação premente é como o cuidado e a reprodução se encaixam nessa nova estrutura. Pergunta-se a autora: O risco social se tornará totalmente privatizado, levando a consequências prejudiciais para a segurança humana dos mais pobres e exacerbando a desigualdade de gênero? Por outro lado, existe a possibilidade de as forças sociais resistirem à mercantilização dos aspectos sociais, à medida que as tentativas de separar o controle das forças de mercado do Estado-nação são desafiadas e a economia global é submetida a um controle social renovado e amplo? Essas tendências contraditórias destacam, segundo ela, a natureza contraditória da globalização (Bakker; Gill, 2003, p. 81).

Conclui ela que, ao entrarmos no século XXI, surge uma ordem de gênero paradoxal, marcada tanto pela intensificação quanto pela erosão das distinções de gênero. As políticas econômicas e sociais neoliberais integraram um grande número de mulheres à força de trabalho, um fenômeno conhecido como “feminização do trabalho”. Entretanto, a extensão dessa integração varia significativamente em todo o mundo. As mulheres de elite dos países da OCDE podem estar se juntando às novas estruturas de mercado das economias baseadas em serviços ou conhecimento mais rapidamente do que os homens. O emprego de mulheres em indústrias de manufatura, especialmente em países recém-industrializados que recebem capital estrangeiro substancial, é outro resultado da globalização. À medida que as forças globais ressaltam a centralidade das relações de gênero, a crescente mercantilização e individualização dão origem a novas diferenças de classe, raça e etnia (Bakker; Gill, 2003, p. 81).

Para combater as ordens globais e de gênero cada vez mais desiguais moldadas pelo neoliberalismo, defende ela, é necessário desafiar os conceitos emergentes de cidadania que reduzem os espaços públicos e marginalizam os grupos que buscam a equidade como “interesses especiais”. Além disso, essa ordem de segurança humana sobrecarrega os trabalhadores domésticos, muitos dos quais são “não cidadãos”, pois atendem às necessidades de abastecimento de um número crescente de famílias de classe média e alta. Nesse contexto, o Estado desempenha um papel fundamental na definição dos limites da produção, reprodução

e cidadania, mas a política fiscal está transferindo os riscos do ajuste e da reestruturação neoliberal para os governos subnacionais e locais, comunidades e famílias, especialmente para as mulheres vulneráveis. Essas tendências levantam questões sobre a viabilidade de uma forma democrática e progressiva de segurança humana em uma ordem global cada vez mais privatizada e mercantilizada. Além disso, a estabilidade dessa ordem de gênero está em questão, potencialmente revelada pelas perturbações sociais e pelo número crescente de crises financeiras na última década (Bakker; Gill, 2003, p. 82).

Finalmente, vale mencionar as reflexões trazidas por Brigitte Young nesse mesmo livro, no artigo *Financial Crises and Social Reproduction: Asia, Argentina and Brazil* (Young in Bakker; Gill, 2003, p. 103).

A autora fala, inicialmente, do papel das crises financeiras no trabalho de reprodução social. Mencionando a presença cada vez maior de mulheres na economia “subterrânea”, envolvidas em atividades como prostituição, trabalho doméstico, turismo e entretenimento, destaca a necessidade econômica que as leva a realizar tais serviços de maneira insegura, assim como o ônus substancial que a dívida de muitas nações mais pobres desempenha.

Segundo ela, a reestruturação econômica e a crescente importância da mobilidade de capital transferiram a fonte de legitimidade do Estado de seus próprios cidadãos para os mercados financeiros internacionais. As preocupações com o bem-estar de seus cidadãos não são mais os principais motivadores das políticas estatais: a liberalização obriga os Estados a se envolverem em uma concorrência internacional, competindo com outros Estados para oferecer as condições mais flexíveis para atrair investimentos e empresas estrangeiras. Nessa reconfiguração, os Estados de bem-estar social tradicionais são substituídos por “Estados competitivos”, e os governos adotam o papel de participantes do mercado, avaliados apenas com base em critérios estreitos de eficiência.

Com esse pano de fundo, a autora menciona a crise econômica brasileira dos anos 1980, seguida por um giro ao neoliberalismo no primeiro governo de Fernando Henrique Cardoso. Mesmo implementando o Consenso de Washington – liberalização, privatização, redução do déficit, austeridade fiscal e desregulação, foi obrigado por conta de uma crise financeira, ao final de seu segundo mandato, a obter empréstimos do FMI no valor total de 40 bilhões de dólares. Quando recebeu o empréstimo, em 2002, tratou-se do maior empréstimo já recebido do FMI, até então, por um único país (Young in Bakker; Gill, 2003, p. 119).

A partir disso, preocupa-se a autora com os desafios e questões enfrentados pelo Brasil após a primeira eleição de Lula. Apesar de ter feito campanha para priorizar a luta contra a fome, o Presidente Lula nomeou Antonio Palocci, conhecido defensor das políticas de

austeridade, como Ministro da Fazenda. Essa escolha teve como objetivo aliviar as preocupações da comunidade financeira internacional sobre uma mudança significativa nas políticas macroeconômicas. Ela destaca a flexibilidade limitada que o Brasil percebe em sua capacidade de navegar no cenário da globalização neoliberal, com a conseqüente dificuldade de financiar a realização de seus objetivos. Segundo a autora, a busca por políticas fiscais e monetárias rigorosas, ao mesmo tempo em que se alega combater a fome, pode enfatizar ainda mais a contradição inerente entre a globalização intensificada e a sustentabilidade da reprodução social. (Young *in* Bakker; Gill, 2003, p. 119). Uma análise mais aprofundada sobre o Brasil será apresentada no capítulo 3. Porém, o exemplo brasileiro trazido por Young é útil neste momento para compreender seu argumento.

O desafio, para Young, vai além da consolidação orçamentária e da restrição fiscal. Para ela, a transformação política ligada ao neoliberalismo disciplinar é crucial, solidificada pelos novos mecanismos constitucionais a que fizemos alusão acima. Os governos são obrigados a estabilizar seus orçamentos, aumentar a proteção da propriedade privada para atrair investimentos estrangeiros e alinhar-se às reformas do FMI e do Banco Mundial. Essas reformas incluem a privatização de serviços sociais, independentemente dos riscos para o tecido social e para os mais vulneráveis. Uma vez privatizados, os bens públicos se tornam entidades voltadas para o lucro, em vez de atender às necessidades humanas.

As mulheres ocupam um papel precário nessa transição entre produção e reprodução social. Os cortes de empregos geralmente começam no setor de manufatura, afetando ambos os sexos. As mulheres que perdem empregos no setor de manufatura geralmente fazem a transição para empregos precários e de baixa remuneração no setor de serviços ou se tornam cuidadoras remuneradas. As jornadas de trabalho mais longas e os salários mais baixos coincidem com o aumento das responsabilidades de cuidar da família. Esse cuidado vai além de cozinhar e cuidar dos filhos, abrangendo o apoio emocional de acordo com as normas tradicionais de gênero. Os homens que perdem o emprego e fracassam como provedores da família sentem perda de orgulho e vergonha. Essa situação frequentemente leva ao aumento da violência doméstica, ao abandono da família e a lares chefiados por mulheres, desestruturando os papéis tradicionais de gênero. A transformação dos papéis de gênero não capacita as mulheres a exigir justiça igualitária, principalmente porque resulta em dificuldades econômicas para homens e mulheres, deixando ambos em situação pior. Com a perda das redes de segurança social e da proteção familiar tradicional, as mulheres e as crianças sofrem o impacto das conseqüências da globalização intensificada (Young *in* Bakker; Gill, 2003, pp. 122-123).

Como veremos no capítulo 3, é a partir desse debate sobre os efeitos das transformações neoliberais em relação à organização da reprodução social, a distribuição de responsabilidades e as consequências sobre a vida das mulheres que se desenvolve a ideia de crise de reprodução social, a qual será melhor explorada adiante. No entanto, pode-se perceber que, já nos trabalhos de início dos anos 2000 essa discussão vinha se delineando e se consolidará em trabalhos mais recentes.

2.2.2 Escola inglesa da teoria da reprodução social

Paralelamente aos trabalhos apresentados na seção anterior, algumas pesquisadoras vinculadas à *School of Oriental and African Studies* (SOAS), da Universidade de Londres, têm desenvolvido pesquisas em que mobilizam e discutem conceitos e noções da teoria da reprodução social, se debruçando mais recentemente sobre a ideia de crise da reprodução social, especialmente no contexto da pandemia de Covid-19. A esse grupo de trabalhos darei o nome de escola inglesa da teoria da reprodução social. Proponho reunir esses trabalhos dessa forma tendo em vista que contribuem com reflexões próprias aos debates da TRS, e porque são autoras que estão em constante diálogo umas com as outras, inclusive com publicações em conjunto – apesar de haver algumas diferenças em cada uma das respectivas produções acadêmicas.

Um dos principais traços distintivos desse conjunto de trabalhos é a tentativa de retomar a discussão acerca do *status* teórico do trabalho doméstico. Como já mencionado, a perspectiva do trabalho doméstico enquanto trabalho produtivo sofreu duras críticas na década de 1980 (Fonseca, 2019, p. 274). Segundo Lise Vogel (2013, p. 185), houve uma virada nesse período, direcionada a se afastar da abordagem do trabalho doméstico, que apresentava muitas imprecisões de categorias e conceitos, mas ainda se mantendo no interior do quadro teórico da economia política marxista.

São duas as principais críticas feitas. Em primeiro lugar, a abordagem do trabalho doméstico foi acusada de ser excessivamente abstrata e conceitualmente instável, o que dificultava uma aproximação com realidades concretas de mulheres diversas. A crítica apontava para o fato de que uma tal abordagem levava em consideração tão somente a realidade de mulheres brancas do Norte Global, o que impedia de considerar relações concretas, por exemplo, de mulheres negras e migrantes, que em geral realizam o trabalho doméstico de forma remunerada – e precarizada – no lar de mulheres brancas. Haveria, portanto, um problema relacionado aos níveis de abstração em que a teoria opera, por vezes confundindo-se a análise do modo de produção capitalista com as leis do movimento do capital, de um lado, e com análise

das formas sociais concretas, de outro, onde se localizaria o debate do trabalho doméstico (Molyneux, 1979, p. 20).

Em segundo lugar, a crítica se direcionava à própria relação do trabalho doméstico com o modo de produção capitalista, apontando-se uma inadequação conceitual em relação à própria teoria marxiana. Ao se concentrar na polêmica sobre se é ou não produtivo o trabalho doméstico, essa perspectiva se limitaria a uma visão economicista da questão das opressões contra as mulheres, levando em consideração apenas o fato de que o trabalho doméstico de alguma forma beneficia a produção de capital, mas não explicando por que na sociedade capitalista esse trabalho é realizado essencialmente por mulheres.

Em razão dessas críticas, a abordagem do trabalho doméstico parecia superada, ao menos durante as décadas de 1980 e 1990. No entanto, a publicação de novas edições e ampla popularização da obra de Silvia Federici parece ter trazido de volta o debate, com novas perspectivas e atualizações.

A própria Silvia Federici publicou, em recente artigo (Federici, 2019), uma defesa da perspectiva do trabalho doméstico que produz valor – um dos artigos recentes em que a autora inclusive mobiliza a categoria da reprodução social, algo inédito em sua obra. Para a autora, o debate deveria estar superado, sendo politicamente desfavorável insistir nessa discussão:

O que nós não precisamos são novos exercícios de Marxiologia, que buscam demonstrar que o trabalho reprodutivo não é “produtivo”. Eu não vou reiterar esses argumentos contra tais esforços e teorias resultantes; Alessandra Mezzadri já forneceu uma crítica exaustiva e excelente sobre eles, na sua análise sobre sua articulação em alguns dos artigos contidos na recente coleção *Social Reproduction Theory*. Eu vou apenas questionar por quê continua sendo importante que feministas neguem algo tão evidente quanto o fato de que aquelas que produzem os produtores de valor devem ser elas mesmas produtivas daquele valor. Eu também acrescentaria que a produção de valor não é um processo linear, mas um que ocorre por meio de constantes deslocamentos, já que o valor é muito frequentemente realizado não onde é produzido. Mas a questão é por quê deveria ser tão importante para as feministas negar uma proposição que reflete a posição de poder das mulheres na nossa negociação e confrontação com o capital e o Estado (Federici, 2019, p. 56).

No artigo citado por Federici, Alessandra Mezzadri (2019) – integrante da escola inglesa que proponho analisar nesta seção – busca abordar as críticas feitas à abordagem do trabalho doméstico. Resumidamente, a autora propõe o argumento de que essa abordagem, ao contrário do que dizem suas críticas, é a que efetivamente consegue ir além do escopo da teoria do valor-trabalho de Marx, apontando para o fato de que essa teoria de fato não serve para observar relações localizadas fora do circuito da produção, como a relação de reprodução social. Assim,

a abordagem do trabalho doméstico, na verdade, estaria propondo uma teoria complementar – e não buscando encaixar a análise do trabalho doméstico na teoria do valor-trabalho –, que vê o trabalho doméstico como produtor de valor a partir da observação de experiências concretas (Mezzadri, 2019, p. 38).

Além disso, Mezzadri entende que excluir teoricamente as relações de reprodução social do campo da produção de valor implica uma hierarquização de explorações, “construindo uma categoria de ‘trabalho’ em termos altamente desiguais, com premissas em torno da forma assalariada” (Mezzadri, 2019, p. 39). Trata-se, assim, em termos políticos, de alargar os limites do que é considerado “conflito do trabalho” para incluir também formas de trabalho diversas do assalariado.

Em outro artigo (Mezzadri, 2021), a autora argumenta, a partir da leitura dos artigos incluídos na já mencionada coletânea organizada por Tithi Bhattacharya (2017), que a TRS, ao estabelecer uma dicotomia rígida entre trabalhos pagos e não pagos, entre valor de troca e valor de uso, acaba “reproduzindo a invisibilidade de contribuições não pagas ao valor” (Mezzadri, 2021, p. 1192).

Para Mezzadri (2022, p. 1233), a pandemia de Covid-19 validou o argumento de Silvia Federici, revelando o caráter fictício da separação entre trabalho produtivo e reprodutivo conforme sua geração de valor: “ela reestruturou de forma abrupta as divisões entre trabalho produtivo/reprodutivo e reconfigurou o papel dos lares, aprofundando processos gendrificadas de esgotamento por meio da reprodução social”. Isso porque, durante a emergência epidemiológica, restou evidente que o “edifício da reprodução social” se manteve graças ao trabalho informal não remunerado ou mal pago de massas de trabalhadores excedentes, que “geram valor e são ao mesmo tempo sistematicamente desvalorizados e esgotados” (Mezzadri, 2022, p. 1246). Nesse sentido, reconhecer o valor do trabalho informal de reprodução social poderia reorganizar as prioridades da agenda governamental para valorizar e investir na chamada economia do cuidado.

Essa ideia surge em um contexto analítico voltado a compreender as mudanças organizacionais da esfera de reprodução social em decorrência das medidas neoliberais. Para Mezzadri, é importante reconhecer o neoliberalismo como um regime de acumulação caracterizado pela tendência à mercantilização da reprodução social, processo que se dá por meio da desregulamentação da economia, da promoção de políticas de austeridade que atacam e esvaziam o Estado de bem-estar e da financeirização da economia. Por meio desses três eixos de transformação, o neoliberalismo produziria sucessivas crises do cuidado:

O neoliberalismo já foi definido como o “regime hostil ao trabalho” (Lerche, 2007). Ele também deve ser definido como o “regime hostil à vida”, pois sistematicamente mercantilizou a reprodução social e, ao mesmo tempo, produziu uma “crise crônica de cuidados” (Bakker e Gill, 2019; Fraser, 2017) com efeitos variados em toda a economia mundial. (Mezzadri, 2022, p. 383)

A crise de reprodução social é, então, colocada como “crise da vida capitalista” (Mezzadri, 2022, p. 380). Assim, a ideia de crise passa a ser central para as autoras da escola inglesa, que inclusive intensificam sua produção acadêmica que mobiliza o conceito de reprodução social a partir da pandemia de Covid-19¹³. Como apontaremos no Capítulo 2, essa tendência – de desenvolver as reflexões teóricas em torno da ideia de crise da reprodução social – perpassa a literatura da TRS como um todo. No entanto, na escola inglesa, esse elemento analítico é muito mais central e orienta as linhas de reflexão das autoras.

É o exemplo do trabalho de Hannah Bargawi, também pesquisadora da SOAS, e que mobiliza a noção de crise da reprodução social – enquanto processo de mercantilização, privatização e individualização das atividades de reprodução (Bargawi *et al*, 2021, p. 1918) – para observar as tensões existentes entre produção e reprodução no contexto do Sul Global (especificamente em relação à Palestina), ao qual se tem dado pouca atenção na literatura da TRS. Para a autora, a crise da reprodução social nesses contextos se manifesta em um aprofundamento de fenômenos historicamente duradouros, notadamente a participação mínima do Estado e uma persistência de um modelo privatizado de provimento da reprodução social (Bargawi *et el*, 2021, p. 1939).

Para essas autoras, os trabalhos mais recentes da TRS, além de dar pouca atenção ao Sul Global, conforme já mencionado, conferem um foco maior ao que chamam de “reprodução societal” (Laslett; Brenner, 1989). A escola inglesa, por sua vez, propõe voltar a análise para o “os processos e relações de trabalho” (Mezzadri; Newman; Stevano, 2022, p. 1784). Dessa forma, a lente da reprodução social contribuiria para o campo da economia política ao transferir o foco de processos macroeconômicos para as relações de poder e para as pessoas e suas experiências cotidianas sob esses processos (Mezzadri; Newman; Stevano, 2022, p. 1787).

¹³ As autoras problematizam, por exemplo, a ideia de trabalho essencial, que surge no contexto da emergência epidemiológica e adquire variados significados, por vezes revelando o caráter fundamental dos trabalhos de reprodução social para o funcionamento do capitalismo (o que antes era invisibilizado), mas também frequentemente deixando de fora da classificação como essencial outras atividades de reprodução social – o que revelaria uma noção produtivista das autoridades políticas em geral (Stevano; Ali; Jamieson, 2020).

2.3 Abordagens “alternativas”

2.3.1 A abordagem da subsistência

Além das abordagens teóricas até aqui apresentadas, outro grupo de trabalhos que propõe uma aproximação entre marxismo e feminismo, mobilizando questões de trabalho doméstico, cuidado, etc., é a chamada abordagem da subsistência. Durante a década de 1970 e início da década de 1980, um grupo de sociólogas alemãs, preocupadas tanto com a questão das opressões de gênero, quanto com a questão do chamado “Terceiro Mundo”, mobilizou o arcabouço teórico marxista para se indagar sobre as relações e paralelos entre as realidades das mulheres “donas de casa” e dos trabalhadores do campo em países do Sul Global.

Maria Mies, Veronika Bennholdt-Thomsen e Claudia von Werlhof constituíram uma agenda de pesquisa comum, dedicada a observar os chamados “produtores de subsistência” e seus lugares na sociedade capitalista globalizada. Nesse contexto, conduziram estudos empíricos sobre trabalhadoras e trabalhadores camponeses em países como México (Bennholdt-Thomsen, 1977; 1980; 1996), Índia (Mies, 1980; 1981; 1982) e Venezuela (Von Werlhof, 1983; 1985), desenvolvendo, em conjunto, um quadro teórico que inclui o conceito de subsistência nas análises sobre o capitalismo contemporâneo.

Conforme afirmam as autoras (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 2), ao estudar a realidade de mulheres do Sul Global, tornou-se possível desenvolver uma análise crítica acerca da própria realidade (de mulheres brancas europeias) e perceber que as opressões de gênero não estão relacionadas com um suposto subdesenvolvimento desses países, mas constituem elementos institucionais e ideológicos fundamentais do modo de produção do capitalismo industrial.

A partir de alguns conceitos desenvolvidos por Rosa Luxemburgo (2003), as autoras propõem pensar as mulheres, a colônia e a natureza como objetos de uma “acumulação primitiva continuada” (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 6), baseada na violência direta, no roubo e na super-exploração de sua mão de obra, a qual seria pré-condição para a exploração do trabalho assalariado.

Acumulação primitiva é um conceito da economia política clássica, retomado por Marx no Capítulo 24 do Livro I de *O Capital* (Marx, 2017), por meio do qual o pensador busca explicar o processo histórico de desenvolvimento do modo de produção capitalista. A acumulação primitiva seria aquela que ocorre em momento¹⁴ prévio à acumulação capitalista e que

¹⁴ A maioria das interpretações sobre a acumulação primitiva partem de um conceito exclusivamente histórico, como um conjunto de acontecimentos que antecederam o desenvolvimento da acumulação capitalista. Outros autores, no entanto, como Rosa Luxemburgo e David Harvey, por exemplo, vêem o processo de acumulação

corresponde não a uma simples racionalização da divisão social do trabalho entre trabalhadores assalariados e capitalistas detentores dos meios de produção, mas a um processo violento de saque e expropriação dos meios de produção (especialmente a terra) da agricultura familiar, camponesa e corporativa.

Como resultado desse processo, a separação entre os trabalhadores e a propriedade sobre os instrumentos que dão condições para a realização da produção – elemento fundamental do modo de produção capitalista – se opera. Para Rosa Luxemburgo, este é um processo que não se encerra com o desenvolvimento do capitalismo, mas que se realiza de forma repetida, expandindo as fronteiras do capital, para incorporar áreas, locais, ambientes e organizações não capitalistas. Trata-se da descrição de uma acumulação primitiva continuada, tida como elemento lógico fundamental das relações capitalistas.

Segundo a abordagem da subsistência, as áreas de produção agrícola familiar do Sul Global, assim como o lar, seriam o *locus* de desenvolvimento desse processo de acumulação primitiva continuada, que permite formar a base material para a manutenção da acumulação nas zonas urbanas dos países ditos desenvolvidos. Nesse sentido, “esse processo continuado de acumulação primitiva caracteriza as relações entre o centro e a periferia do sistema mundial capitalista” (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 15).

Ao contrário de Rosa Luxemburgo, as autoras da abordagem da subsistência entendem que os produtores de subsistência (que se dedicam diretamente à produção de alimentos e outros bens necessários à sobrevivência, e não à aquisição de dinheiro) não vivem em um mundo pré-capitalista, a ser progressivamente integrado pelo capital. Para elas, “o seu trabalho é explorado pelo capital, não por meio dos salários, mas por meio dos seus produtos, que lhes são extraídos sem custo [no caso do trabalho doméstico] ou mediante pagamento muito reduzido [no caso do produto do trabalho no campo]” (Mies; Bennholdt-Thomsen, 1999, p. 11). Isso significa que as relações de exploração no capitalismo vão muito além das relações de trabalho assalariado, que não é a única fonte de acumulação capitalista. Dessa forma, é possível considerar as relações de produção de subsistência como relações capitalistas, ainda que ocorram fora da esfera das relações de trabalho assalariado.

Trabalho assalariado e produção de subsistência seriam, então, dois momentos, ou duas fases, de um mesmo macroprocesso de exploração e acumulação de capital, que se relacionam

primitiva como um pressuposto lógico do processo de acumulação capitalista, não necessariamente teórico. Sem entrar nesse debate, pois foge ao objeto deste artigo, cumpre esclarecer apenas que utilizamos a expressão “momento prévio” de forma que possa adquirir tanto um sentido histórico, quanto um sentido lógico.

dialeticamente, por serem ao mesmo tempo pressuposto lógico e elemento contraditório uma da outra, conforme explicam as autoras:

O trabalho típico das mulheres é encontrado na esfera da acumulação primitiva contínua, seja dentro ou fora da família. Essa parte da relação de produção capitalista é a base da acumulação de capital e, por um lado, o complemento lógico/contraditório da relação de trabalho assalariado, e de outro lado, a partir do ponto de vista dos indivíduos, a base para sua reprodução pessoal, não somente da sua força de trabalho, mas também da sua vida humana em geral (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 24)

Desenvolvendo mais um pouco essa relação, observamos que é essencial para o sistema capitalista a existência de uma massa de trabalhadores excedentes, que sequer conseguem ser absorvidos enquanto reserva de trabalho assalariado formal, e “cujos integrantes continuarão sendo estruturalmente trabalhadores não assalariados, e que precisam produzir sua própria sobrevivência em diversas formas de produção de subsistência. Esses produtores de subsistência constituem uma reserva de pessoas marginalizadas” (Mies, 1980, p. 3). Esse processo de marginalização e pauperização de uma massa cada vez maior de trabalhadores impossibilitados de ingressar na esfera de produção pelo trabalho assalariado é visto, portanto, como condição de funcionamento do sistema capitalista, e não uma “aberração do processo de acumulação capitalista”, que desapareceria com um “capitalismo ‘pleno’” (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 29).

Essa abordagem permite que as autoras observem os vários modos de produção como coexistindo em um único sistema e de forma articulada, em que o modo de produção pelo trabalho assalariado prevalece, mas que outras relações de produção continuam sendo essenciais para o funcionamento do sistema. A sociedade global como um todo é, assim, vista como em constante transição, sendo que processos de produção inicialmente vistos como não capitalistas são apropriados e absorvidos. O debate deixa de ser colocado em termos de uma dicotomia entre o “Terceiro Mundo” heterogêneo, em que diferentes modos de produção convivem, e o “Primeiro Mundo” homogêneo, em que há uma hegemonia do modo de produção baseado no trabalho assalariado. É possível, portanto, reconhecer a heterogeneidade presente também em sociedades do centro do capitalismo, especialmente quando são levadas em conta as micro relações de trabalho doméstico e do que Maria Mies chama de reprodução de subsistência (Mies, 1980, p. 2).

Esse termo é adotado pela autora para designar um *continuum* entre os processos de produção e reprodução da vida humana e da capacidade de exercício da força de trabalho. A reprodução de subsistência é especificada enquanto uma “variedade de atividades humanas que

vão desde a gravidez e dar à luz, até a produção processamento e preparação de alimentos, roupas, artigos domésticos, limpeza, assim como a satisfação de necessidades emocionais e sexuais” (Mies, 1980, p. 2). Assim é definido o trabalho de subsistência, que é, em sua maior parte, desenvolvido por mulheres e cuja forma generalizada em países do centro capitalista é o trabalho doméstico.

Tendo como fundamento esses delineamentos teóricos, Maria Mies elaborou pesquisa empírica que envolveu a observação de mulheres trabalhadoras em uma região rural da Índia (próxima à cidade de Narsapur, no estado de Andhra Pradesh, no sudeste do país), inseridas na produção artesanal de renda (Mies, 1982). Nesse estudo, a pensadora buscou analisar o impacto do desenvolvimento do capitalismo na Índia, em especial os seus efeitos sobre as populações feminina e rural. Os dados levantados apontam para uma realidade de multiplicação dos obstáculos de acesso das mulheres ao emprego formal, que as levam ao desenvolvimento de atividades informais e precárias, em geral no campo, em que o salário é menor e a oferta de emprego é sazonal. São destacadas as mulheres que desenvolvem o trabalho artesanal de produção da renda, na chamada *house-industry* (indústria doméstica), por ser um trabalho desenvolvido no âmbito doméstico, como complemento à renda do marido ou pai agricultor. Trata-se do grupo social com os menores níveis de renda e mais submetido à violência, cada vez mais crescente.

O exemplo da Índia contradiz a crença predominante no pensamento liberal de que o capitalismo, em algum momento, liberta todas as esferas não capitalistas de seu isolamento estrutural, e as leva ao mesmo processo de desenvolvimento por meio do qual países ditos “desenvolvidos” passaram. O que ocorre, ao contrário, é a cada vez mais profunda pauperização e marginalização, em razão de um processo contínuo e repetido de acumulação primitiva, por meio do qual essas esferas ditas não capitalistas se tornam objeto e espaço de exploração (Mies, 1980, p. 11). Esse processo produz efeitos mais intensos sobre as mulheres.

A condição da mulher nessa sociedade é constantemente contraditória, conforme ressaltam as autoras. A insegurança no trabalho (considerando que ocupam empregos precários e mal pagos) empurra as mulheres para o trabalho doméstico, uma vez que não conseguem arcar sozinhas com sua subsistência e de seus filhos sem o complemento do salário do homem, de modo que se vêm forçadas a ingressar em um contrato de casamento e se submeter a uma relação de dependência com o marido¹⁵. Ao mesmo tempo, a condição de “dona de casa”

¹⁵ Deve-se levar em consideração que essa análise toma como base a realidade da Índia na década de 1980, em que há uma baixa incidência de lares chefiados por mães solo, totalizando 4,5% dos domicílios em 2020 (UN Women, 2021). No Brasil, a proporção de lares chefiados por mães solo em 2022 foi de 14,9%, sendo que 90%

também reduz o poder das mulheres no mercado de trabalho, uma vez que seu tempo disponível é limitado, dividido entre o trabalho formal e as tarefas domésticas.

Segundo Veronika Bennholdt-Thomsen, duas abordagens propõem uma explicação para a condição da mulher na sociedade capitalista. Por um lado, a abordagem da “capacidade laboral das mulheres”, desenvolvida por Elisabeth Beck-Gernsheim e Ilona Ostner (1978), entende que as mulheres seriam dotadas de capacidades especiais, femininas, desenvolvidas em razão de sua socialização enquanto donas de casa, de forma que passam a exercer trabalhos tipicamente femininos, em geral relacionados ao cuidado (enfermeiras, professoras, secretárias, etc).

Essa socialização estaria relacionada a uma separação da sociedade em duas esferas principais: a do trabalho formal, dominada pelo homem, e a do trabalho doméstico, destinada às mulheres. No entanto, quando as mulheres entram na esfera do trabalho formal, o fazem apenas em razão de qualidades e capacidades específicas suas, relacionadas à sua sensibilidade e capacidade de cuidar. Isso porque, o trabalho de cuidado requer necessariamente uma relação pessoal próxima, que envolve sentimento, qualidades que a mulher é “ensinada” a desenvolver. Essas características são, porém, profundamente desvalorizadas, traduzidas em salários muito baixos, ou no exercício do trabalho doméstico não-pago.

Em contraponto a essa proposta teórica, Veronika Bennholdt-Thomsen desenvolve a chamada abordagem do “trabalho feminino como trabalho forçado” (1988, p. 114), segundo a qual as mulheres são coagidas, por uma força estrutural, a ingressar em relações de trabalho cujo elemento principal é a disponibilidade absoluta da mulher de atender às necessidades de terceiros¹⁶.

Essa característica é que alimenta a relação de mútuo condicionamento entre a posição da mulher no mercado de trabalho e sua posição enquanto dona de casa: sua condição de mão de obra precária e mal paga a torna absolutamente disponível no lar, enquanto sua posição como donas de casa e mães as submete a condições precárias de trabalho. Essa submissão ocorre por meio da violência, uma vez que “por trás dessa relação estruturalmente coerciva se espreitam relações de força direta, em particular aquelas criadas por meio de leis, ordenações religiosas,

das mães solo são negras (Feijó, 2023). Essa é uma tendência característica de países da América Latina, região que lidera as taxas mundiais, com 11% do total de lares compostos por mães solo (UN Women, 2021). Esses dados devem ser considerados quando se pensa a composição salarial média das famílias e seus efeitos sobre a pauperização das mulheres.

¹⁶ Para ilustrar essa ideia, destacamos o fato de que, no Brasil, as mulheres são maioria das pessoas ocupadas no setor de serviços, em especial os serviços domésticos (representando 91% do setor) e serviços de educação, saúde e serviços sociais (representando 75% dos ocupados no setor). Por outro lado, as mulheres representam somente 19% dos ocupados na agropecuária e 23% do setor de indústria e construção (IBGE, 2022).

apoio de sindicatos a homens trabalhadores e controle médico sobre o corpo feminino” (Bennholdt-Thomsen, 1988, p. 115).

Em oposição à abordagem da “capacidade laboral das mulheres”, aquelas qualidades ditas femininas não são socialmente adquiridas ou desenvolvida especificamente por mulheres. São características que poderiam ser atribuídas a qualquer ser humano, mas são alocadas às mulheres em razão de seu sexo, por meio de mecanismos estruturais de controle, que designam diferentes formas de relação de trabalho.

Em sociedades pré-capitalistas, a divisão sexual do trabalho é feita com base no critério do conteúdo dos diferentes trabalhos. No capitalismo, por outro lado, a divisão sexual do trabalho é feita conforme as diferentes formas de trabalho (ou relações de trabalho). A partir dessa constatação, a autora propõe uma análise que abstrai os conteúdos dos diferentes trabalhos e foca nas diferenças entre os contratos e condições de trabalho (Bennholdt-Thomsen, 1988, p. 120). Nesse contexto, é possível considerar que, assim como os trabalhadores assalariados se submetem a um contrato de emprego, as mulheres desenvolvem o trabalho doméstico sob os auspícios de um contrato de casamento.

O trabalho doméstico é, portanto, trabalho abstrato da mesma forma que o trabalho assalariado também o é – as qualidades atribuídas ao trabalho femininos (relacionadas à sua sexualidade, sensibilidade e cuidado) são “características abstratas que pertencem às ‘mulheres enquanto força de trabalho’”, sendo que há um processo de abstração dessas características femininas, que reduz “a mulher, seu corpo e sexualidade a alguns poucos objetos simbólicos” (Bennholdt-Thomsen, 1988, p. 121) e que é, em seguida, imposto às mulheres concretas por meio da força.

Como se pode notar, há uma clara convergência entre a abordagem da subsistência e a teoria unitária apresentada acima, ainda que partam de distintos fundamentos teóricos. Há um evidente paralelo entre o que se define como trabalho de subsistência, de um lado, e trabalho de reprodução social, de outro. Ambos os termos se referem às atividades envolvidas na reprodução da vida sob o capitalismo, sejam elas remuneradas/assalariadas ou não.

O que a abordagem da subsistência parece agregar à abordagem da reprodução social é, além de um olhar mais atento para a realidade dos países ditos em desenvolvimento, uma visão mais nuançada em relação ao status do trabalho de reprodução social (ou de subsistência). Ao considerar esses tipos de relação de produção que se diferem da relação formal de trabalho assalariado como integrantes do sistema de acumulação capitalista (e não uma esfera externa e separada dos círculos de produção), a abordagem da subsistência permite superar a discussão sobre o status do trabalho doméstico na teoria do valor.

2.3.2 Feminismo marxista brasileiro

A teoria crítica desenvolvida no Brasil também apresenta contribuições importantes para pensar as possibilidades de aproximação entre feminismo e marxismo. Ainda que essas contribuições não mobilizem necessariamente o conceito de reprodução social, é possível extrair desses trabalhos importantes *insights* para os temas desta tese, em especial para refletir sobre a condição das mulheres na sociedade capitalista brasileira.

Segundo Maria Lygia Quartim de Moraes (1996, pp. 8-9), o feminismo marxista brasileiro se desenvolve na década de 1970, a partir da experiência de exílio de muitas das integrantes do movimento, que se viram reunidas na mesma situação de foragidas e de “domesticidade compartilhada”, diante do tradicionalismo patriarcal de seus companheiros militantes da luta contra a ditadura militar.

Assim, o feminismo marxista brasileiro surge enquanto esforço de atualizar as bases teóricas marxistas para pensar a questão das mulheres brasileiras, “na busca de ‘legitimação’ teórica para a luta feminista” (Moraes, 1996, p. 9).

Inspiradas nos trabalhos de Alexandra Kollontai, Simone de Beauvoir e Juliet Mitchel (que esteve no Brasil em 1968) e muito ancoradas nos textos de Marx e Engels, as feministas marxistas brasileiras partem da percepção de que as relações estabelecidas entre homens e mulheres com vistas à produção e reprodução de suas condições de vida devem ser observadas enquanto originadas de processos materiais e históricos (Araújo, 2000, pp. 65-66).

Nesse sentido, a abordagem marxista permite reconhecer que “as vicissitudes da condição feminina decorrem da complexa dialética entre os papéis e lugares socialmente atribuídos às mulheres e que dizem respeito, especialmente, ao lugar na produção dos bens (a esfera da produção), à sexualidade e ao cuidar das crianças” (Moraes, 2000, p. 91). Assim, o feminismo marxista brasileiro se encontra em pleno diálogo com as abordagens da reprodução social.

Os desenvolvimentos teóricos do feminismo marxista se encontram, porém, talvez melhor representados na obra de sua principal e mais conhecida expoente. Em 1967, Heleieth Saffioti defendia sua tese de doutorado, sob orientação de Florestan Fernandes, em que apresentava sua interpretação sobre a dominação das mulheres na sociedade capitalista. Tratou-se de empreitada duplamente corajosa: por um lado, ao escrever, a partir de uma perspectiva marxista, sobre a mulher no Brasil em pleno regime militar; por outro lado, ao buscar travar um diálogo entre feminismo e marxismo em um momento em que se anunciava a falência do casamento entre esses dois campos teóricos (Hartmann, 1979).

Na obra *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti propõe “apreender os mecanismos típicos através dos quais o fator *sexo* opera nas sociedades de classes de modo a alijar da estrutura ocupacional grandes contingentes de elementos do sexo feminino” (Saffioti, 2013, p. 39, ênfase no original). Como uma teórica marxista, a autora estava preocupada com o estudo das relações de trabalho, propondo uma interpretação, naquele momento, pioneira sobre a exploração das mulheres na sociedade capitalista, especialmente no contexto de países periféricos.

Mas não só. Saffioti também se dedicou a refletir sobre a posição das mulheres no processo de formação social do Brasil. É, portanto, na segunda parte da obra que a teórica irá desenvolver sua perspectiva sobre a constituição da sociedade de classes no Brasil e como essa análise fundamenta sua compreensão sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres na sociedade capitalista brasileira.

Assim, em diálogo expresso e direto com os principais autores clássicos da formação brasileira, como Gilberto Freyre, Caio Prado Jr. e Florestan Fernandes, Heleieth Saffioti propõe uma leitura única sobre o Brasil, tomando como ponto de observação a experiência das mulheres brasileiras.

É, inclusive, por esse motivo que Daniele Motta afirma que Heleieth Saffioti “deveria compor o rol de pensadores sociais brasileiros” (Motta, 2020, p. 1), por estar justamente preocupada com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e seus efeitos sobre as condições sociais que permitiriam a formação da sociedade brasileira. Assim, a partir de um diálogo com os mencionados pensadores, Saffioti propõe colocar a mulher como sujeito central da análise sobre a formação da sociedade capitalista e das classes sociais no Brasil.

Segundo Céli Regina Jardim Pinto, a socióloga “esteve claramente influenciada pela literatura sociológica e historiográfica que era produzida pelo Brasil na época” (Pinto, 2014, p. 323). É claro que seu diálogo se dá de forma mais direta e intensa com Florestan Fernandes, seu orientador, o qual exerceu influência sobre o pensamento da socióloga, marcado por um caráter tanto eclético – pela referência a pensadores de diversas matrizes teóricas, como Marx e Weber¹⁷ – quanto crítico – pelo olhar voltado às desigualdades e realidades de grupos marginalizados –, o que garante uma interpretação característica sobre o capitalismo no Brasil. Nesse sentido destaca Motta:

¹⁷ Esse ecletismo de Saffioti nem sempre é observado sem críticas. Para Céli Regina Pinto, por exemplo, a sua adesão ao marxismo colocaria a autora por vezes diante de dificuldades teóricas: “É o que ocorre no exemplo acima, quando precisa recorrer à categoria weberiana de casta para atribuir ao capitalismo uma espécie de ‘culpa essencial’ em relação à condição da mulher no Brasil, na passagem do século XIX para o XX” (Pinto, 2014, p. 325).

Heleieth é herdeira de uma agenda de pesquisa que visou compreender a relação entre a diversidade do povo brasileiro olhando, sobretudo, as sujeitas que estão à margem do processo social, em relação aos aspectos da desigualdade. Se Florestan Fernandes escreveu a partir da análise da população negra, Heleieth Saffioti desvelava tal relação a partir do estudo sobre as mulheres, o que torna possível perceber algumas aproximações nas leituras de ambos sobre a interpretação do capitalismo brasileiro. (Motta, 2020, p. 3)

Ambos os autores se debruçam, portanto, sobre como mulheres e negros foram colocados em posições de marginalidade no processo de formação do mercado de trabalho brasileiro que decorre da transição do período colonial para a República.

Na análise de Saffioti sobre esse processo, percebemos ainda uma aproximação ao pensamento de Caio Prado Jr., quando a autora expõe seu argumento para recusar de forma veemente a tese de que, no processo de transição da sociedade colonial até a República, o Brasil teria abandonado um modelo econômico feudal para adentrar de vez no sistema capitalista. Nesse contexto, a opressão das mulheres seria representada como resquício dessa configuração social em moldes medievais.

Foi aquele autor um dos primeiros a contestar a interpretação do processo histórico de formação do Brasil enquanto repetição da linearidade das etapas de formação do capitalismo na Europa. Segundo Saffioti, essa interpretação reflete um pensamento “viciado pelo esquema teórico-abstrato que [...] supõe, ingenuamente, que todas as formações sociais singulares realizam, historicamente, o percurso evolutivo escravismo-feudalismo-capitalismo” (Saffioti, 2013, p. 202)¹⁸.

Fica evidente, portanto, a aproximação e pertencimento de Saffioti ao conjunto de teorias que compõem o chamado pensamento social brasileiro. A riqueza de sua contribuição a esse campo é inconteste: trata-se da primeira teórica que se propôs a observar a formação social do Brasil a partir da experiência das mulheres. A autora pôde, assim, construir um saber localizado, que leva em conta as condições sociais específicas de um país periférico, mas que ao mesmo tempo consegue dialogar com os centros de produção de conhecimento¹⁹.

¹⁸ Ao comentar artigo de Olga Werneck, Saffioti argumenta que essas “distorções interpretativas, decalcadas em esquemas abstratos e destituídos de valor heurístico, de que tem sido objeto a história brasileira podem induzir o estudioso da condição da mulher na sociedade nacional a assimilar essa condição com a da mulher da Europa Medieval e, portanto, explicá-la em função de uma suposta economia feudal. Até mesmo autores que não se propõem investigar senão a condição atual da mulher brasileira interpretam-na como se ela representasse um estágio variavelmente avançado da superação de uma economia estruturada em moldes feudais” (Saffioti, 2013, pp. 200-201).

¹⁹ A obra de Saffioti foi traduzida para o inglês (Saffioti, 1978), com introdução pela antropóloga marxista Eleanor Burke Leacock, ampliando seu acesso a círculos acadêmicos fora do Brasil (Guimarães; Hirata, 2021), tendo sido objeto de resenhas em importantes periódicos internacionais (Gimenez, 1982; Celarent, 2014).

Mas para além de sua contribuição ao pensamento social brasileiro, Saffioti contribui principalmente para os esforços de aproximação entre feminismo e marxismo, sendo a principal referência do campo no Brasil. É interessante notar que a autora desenvolve sua teoria paralelamente e de forma bastante semelhante às iniciativas que despontavam em outros círculos acadêmicos do mundo, apresentadas nos primeiros itens deste capítulo. Isso mesmo em um contexto, como já dito, de ditadura militar no Brasil e de dificuldades em ter acesso a obras produzidas no exterior. A importância de trazer a sua obra para a presente discussão está no fato de que, em um outro contexto social, mas com base em referenciais teóricos semelhantes (o arcabouço teórico marxista), o caminho analítico teórico apresenta aproximações e distanciamentos com as demais abordagens do feminismo marxista. É o que busco explorar no presente item.

De início, deve-se destacar que Saffioti tende a se alinhar a uma abordagem unitária – e não dualista –, na medida em que recusa um conceito de patriarcado no seu sentido trans-histórico, atribuindo ao modo de produção capitalista a mobilização de traços sociais tradicionais que adotam o fator sexo para estabelecer hierarquias sociais atualizadas:

O modo capitalista de produção não faz apenas explicitar a natureza dos fatores que promovem a divisão da sociedade em classes sociais; lança mão da tradição para justificar a marginalização efetiva ou potencial de certos setores da população do sistema produtivo de bens e serviços. Assim é que o sexo, fator de há muito selecionado como fonte de inferiorização social da mulher, passa a interferir de modo positivo para a atualização da sociedade competitiva, na constituição das classes sociais. A elaboração social do fator natural sexo, enquanto determinação comum que é, assume, na nova sociedade, uma feição inédita e determinada pelo sistema de produção social (Saffioti, 2013, p. 66).

O argumento central da teoria de Saffioti é que a forma pela qual o fator sexo é mobilizado na sociedade capitalista é específica e condiciona a integração da mulher nessa sociedade, a qual se dá por meio da “determinação renovada da força de trabalho do produtor imediato como mercadoria” (Saffioti, 2013, p. 61). É possível identificar nessa passagem uma versão de Saffioti sobre a noção da posição diferenciada da mulher no âmbito da reprodução social – enquanto reprodutora da força de trabalho considerada como mercadoria.

Fica clara, na proposta de Saffioti, uma rejeição à separação entre reprodução e produção. Para a autora, ainda que fatores ditos “naturais”, como sexo e raça, sejam utilizados como forma de marginalizar determinados grupos sociais do ciclo produtivo, “há que se buscar nas primeiras (relações de produção) a explicação da seleção de caracteres raciais e de sexo para operarem como marcas sociais que permitem hierarquizar, segundo uma escala de valores,

os membros de uma sociedade historicamente dada” (Saffioti, 2013, p. 60). Vê-se que a autora já inclui na equação a questão racial, enquanto elemento essencial para compreender as hierarquias sociais que se forma no desenvolvimento do capitalismo no Brasil.

Ainda que não seja tema central da análise de Saffioti, a maternidade e o trabalho doméstico aparecem na obra, muitas vezes enquanto mais um obstáculo para a plena integração das mulheres na sociedade capitalista. A autora reconhece a importância do trabalho de reprodução social – ainda que não utilize esse termo – para a reposição e socialização de novas gerações de trabalhadores, bem como da forma como as responsabilidades envolvidas nesse tipo de trabalho são desigualmente distribuídas (Saffioti, 2013, p. 86).

Saffioti chega a citar o trabalho de Juliet Mitchel (1966) para desenvolver a ideia de que as funções tradicionalmente atribuídas às mulheres em sua dimensão social enquanto reprodutoras e socializadoras dos filhos operam de forma a estabelecer uma discriminação que resulta na sua “exclusão” ou “integração periférica” (Saffioti, 2013, p. 90) ao mercado de trabalho.

Como se vê, a chave analítica de Saffioti opera numa dimensão muito mais focada nas condições que permitem ou não sua plena inserção na esfera de produção, sendo que a imposição do trabalho doméstico e de reprodução prejudicam essa integração, tendo como resultado uma discriminação em termos de condições de trabalho e de remuneração – as mulheres, desde sempre, ocupam postos de trabalho mais precarizados e com salários muito menores em comparação aos homens.

A saída para entender o motivo pelo qual, ao contrário das abordagens unitárias, o trabalho de reprodução social não seja tão central para a proposta analítica de Saffioti talvez possa ser localizada no estudo que a autora faz sobre a posição da mulher na formação da sociedade brasileira, ponto forte de sua obra, conforme já mencionado.

Logo no início da segunda parte da obra *A mulher na sociedade de classes*, Saffioti explicita a centralidade do estudo da opressão contra as mulheres, como condição para elaboração de uma teoria social completa sobre o processo de desenvolvimento da sociedade capitalista brasileira:

A plena compreensão dos papéis sociais da mulher brasileira e sua evolução, desde os inícios da formação da sociedade nacional até o presente, vincula-se, diretamente, ao modo pelo qual o analista social percebe e interpreta a formação econômico-social que aqui se vem constituindo há mais de quatro séculos (Saffioti, 2013, p. 200).

Trata-se, portanto, de elemento essencial para a compreensão da formação social do Brasil e que até então era colocado à margem dos debates centrais do pensamento social brasileiro. Assim como Florestan Fernandes e Caio Prado Jr., principalmente, Saffioti está preocupada em compreender como se deu a formação do mercado de trabalho interno brasileiro após a abolição da escravidão, no âmbito do processo de transição de uma “economia parcialmente capitalista” (Saffioti, 2013, p. 211) para “a constituição plena das relações de produção típicas do modo capitalista de produção” (Saffioti, 2013, p. 213). Para a autora, trata-se de um movimento de rearticulação das relações entre centro e periferia do capitalismo, que terá seu ponto mais alto²⁰ na constituição de um mercado interno enquanto “principal fator dinâmico do sistema econômico nacional” (Saffioti, 2013, p. 217).

Assim, seria a partir do processo desencadeado após a abolição da escravidão que a sociedade de classes brasileira se formaria, produzindo efeitos sobre a constituição dos papéis sociais atribuídos às mulheres. Saffioti elabora uma potente interpretação – reitera-se: em grande medida ancorada no arcabouço teórico de Florestan Fernandes – sobre os processos concomitantes de modernização e manutenção de aspectos tradicionais, em especial o modelo de família patriarcal.

Nesse sentido, Saffioti se insere definitivamente nos debates desenvolvidos pela sociologia brasileira nas décadas de 1950 e 1960, engajados na reflexão crítica sobre as ideias e conceitos de desenvolvimento, subdesenvolvimento e marginalidade (Bastos, 2011). Dessa forma, Saffioti irá compartilhar a ideia de que o período colonial-escravocrata foi marcado por uma configuração econômica e social construída para servir aos interesses da burguesia internacional – inicialmente, os interesses da metrópole no desenvolvimento de suas atividades comerciais e, posteriormente, os interesses ingleses na formação de uma sociedade industrial avançada. A compreensão desse processo é, para a socióloga, essencial para entender os papéis sociais desempenhados por homens e mulheres na sociedade brasileira:

A consciência da dependência em que, desde seus inícios, a formação econômico-social capitalista se vem constituindo no Brasil e dos limites que a estrutura internacional de poder impõe à sua realização nos níveis alcançados pelas sociedades de consumo de massas constitui o ponto inicial para a compreensão dos papéis sociais que homens e mulheres vêm

²⁰ Ao se referir ao momento posterior à crise de 1929, Saffioti caracteriza o sistema econômico então formado como “etapa superior da economia capitalista brasileira” (2013, p. 217), o que denota uma superação parcial daquela noção de linearidade evolutiva que a própria autora criticou, conforme exposto no item anterior. Esse ponto parece ficar mais claro ao longo do texto, quando a autora vai explicitando sua visão sobre as relações do tradicional com o moderno, representada na sua descrição sobre os papéis sociais que as mulheres vão assumindo nesse mesmo processo.

desempenhando na sociedade brasileira desde os seus primórdios (Saffioti, 2013, p. 230).

É durante o período colonial que se constrói a estrutura social brasileira fundamentada no modelo de organização patrimonial-patriarcal, ou seja, essencialmente atrelada à propriedade de terras e tendo como figura central o poder patriarcal, em torno do qual gravitam relações de poder de caráter eminentemente pessoal. Esse modelo perdurará no período pós-Independência e pós-abolição da escravidão, de forma que sua convivência com formas mais “modernas” de organização familiar e social ensejarão diversos conflitos.

Dentre as configurações sociais coloniais duradouras apresentadas por Saffioti, destacamos duas figuras principais: a da mulher negra escravizada, que desempenhava o papel de trabalhadora doméstica e fornecedora de serviços sexuais para o senhor; e da mulher branca casta e recatada, encarregada da reprodução e da criação dos filhos do senhor. Dessa forma, a instituição da família patriarcal colonial, enquanto estrutura fundamental de dominação social, estabelecerá e permitirá, por meio da imposição de violência, a “manutenção dos mitos sobre as mulheres, que as mantinha (e ainda mantêm) em posição de inferioridade” (Motta, 2020, p. 4). Sobre os papéis das mulheres negras e brancas, Saffioti afirma:

A própria organização familiar do branco supunha a não organização de uma família escrava. Dada a socialização da mulher branca para o desempenho dos papéis de dona de casa e mãe de família legalmente constituída, necessária se fazia a existência de uma classe de mulheres com as quais os jovens brancos pudessem praticar as artes do amor antes do casamento. Assim, a escravidão satisfazia não apenas às exigências do sistema produtivo, mas, ainda, àquelas impostas pela forma de colonização adotada e às de uma família branca na qual à mulher cabia, precipuamente, o papel de mãe da prole legítima (Saffioti, 2013, pp. 240-241)

O processo de transição para uma economia capitalista “superior”, com a gradual desintegração do modelo colonial-escravocrata, envolve uma série de transformações sociais que enfraquece, mas não é capaz de eliminar por completo o modelo patriarcal de organização social. As mudanças nas vidas das mulheres ficam praticamente circunscritas ao ambiente urbano – a família urbana trabalhadora permanece estruturada em torno da figura do chefe de família, cujo poder emana não da propriedade, mas da sua condição de ganha-pão do núcleo familiar.

A decorrente dinamização da economia e o início de um processo de industrialização significaram a inserção, ainda que incipiente, das mulheres no mercado de trabalho. Essa inserção, porém, se dá de forma parcial e em condições de precarização, com as mulheres

exercendo funções subsidiárias e recebendo salários consideravelmente inferiores (como até hoje se observa):

A concepção do trabalho feminino como um trabalho subsidiário favorece a oferta e aceitação de salários mais baixos que os masculinos. A menor qualificação da força de trabalho feminina, quer entendida meramente em termos de qualificação técnica, que compreendida como um conjunto de traços de personalidade voltada para a realização do êxito econômico, é grandemente responsável pelo fato de a mulher desempenhar as funções com pior remuneração. Estes fatores e a transitoriedade com que é encarado o trabalho feminino continuam operando na sociedade brasileira de tal modo que a relação entre os salários masculinos e femininos era, em 1960, bastante próxima da verificada em 1920. O elemento feminino rareava nas posições mais bem remuneradas em todos os gêneros de atividades econômicas [...] (Saffioti, 2013, p. 345).

Essa condição de subsidiariedade se articula com a exploração por meio da imposição do trabalho doméstico. Mulheres que passam a pertencer à classe trabalhadora exercem jornada dupla (por vezes tripla), desempenhando as tarefas de cuidado da casa e dos membros da família (marido, filhos, idosos etc.). Essas são tarefas essenciais para a reprodução da classe trabalhadora, sem as quais o capitalismo não se sustentaria²¹. Assim, a família trabalhadora urbana passa a se configurar a partir do salário do homem – cujo poder emana de sua condição de ganha-pão da casa –, o qual é complementado pelo salário da mulher (invariavelmente de valor muito inferior), que também exerce as atividades domésticas de forma não remunerada.

Percebe-se que a forma de exploração das mulheres se altera significativamente, sendo elementos essenciais dessa nova configuração a desvalorização de seu trabalho fora de casa e a naturalização do trabalho de cuidado exercido por elas no âmbito privado²². Ainda assim, a urbanização representa para a mulher trabalhadora uma ampliação de possibilidades de superação da família patriarcal, sendo, porém, acompanhada de processos de empobrecimento profundo – é nesse período que começam a se multiplicar as famílias monoparentais, em que a mulher passa a exercer o papel de ganha-pão.

Por outro lado, a família rural mantém intacto, em grande medida, o modelo colonial, o que é em parte explicado pela política de imigração, que trouxe para o Brasil em sua maioria imigrantes de regiões da Europa ainda muito marcadas pelo modelo patriarcal de família. Ao

²¹ Ainda que o trabalho doméstico não exerça papel central na obra de Saffioti, conforme já mencionado, a presença desse elemento na sua análise pode ser considerada pioneira, já que este só seria realmente integrado às abordagens feministas marxistas alguns anos depois, quando as autoras da abordagem unitária passariam a trabalhar com a ideia de reprodução social para refletir sobre a opressão das mulheres no capitalismo (e.g. Vogel, 2013).

²² É importante notar que Saffioti pouco se debruça, nessa obra, sobre o papel da terceirização do trabalho doméstico, em especial por famílias de classe alta, que envolve a exploração de mulheres negras e migrantes por meio do pagamento de salário muito baixos e condições precárias de trabalho.

contrário da mulher trabalhadora urbana, a mãe da família rural se mantém presa a uma relação insuperável de dependência em relação ao marido, dividindo-se entre o trabalho no campo, as tarefas domésticas e a reprodução:

Assim, brutalizada pela rudez e intensidade do trabalho agrícola e doméstico, alquebrada pelas sucessivas maternidades, mantida à margem do processo de intensificação dos contatos sociais, só nas normas tradicionais de submissão ao marido pôde a mulher encontrar um modo de existência apto a garantir-lhe a posição social e a segurança econômica de que não pode prescindir nas condições de isolamento relativo ainda hoje prevalentes no meio rural brasileiro.

[...] A família no meio rural brasileiro conserva, pois, nitidamente, traços da organização patriarcal da família da época colonial. Se essa persistência já não pode ser atestada frequentemente através da família-grande, que, cada vez mais, cede lugar à família conjugal, as relações de compadresco representam a preservação dos antigos padrões, substituindo, até certo ponto, as funções antes desempenhadas pela família extensa (Saffioti, 2013, pp. 263-264).

Como se vê, também na família rural há o elemento de exploração por meio da imposição do trabalho doméstico. No entanto, há também a imposição do trabalho no campo, que é exercido por toda a família de forma não remunerada, já que a renda desse trabalho é gerida pelo homem. Assim, a exploração das mulheres no meio rural é ainda mais intensa, estabelecendo-se uma profunda relação de dependência com o marido, sendo praticamente inexistentes as possibilidades de emancipação.

Trata-se, como se pode perceber, de crítica potente à teoria da modernização do Brasil, na medida em que a autora se esforça em demonstrar a persistência de “relações sociais vinculadas a ordens sociais do passado no processo de transformação capitalista no Brasil” (Motta, 2020, p. 5). Nesse sentido, Saffioti busca apresentar de que forma as transformações sociais no Brasil e a formação da sociedade de classes produziram e reproduziram relações sociais de dominação e de exclusão de mulheres e negros.

Essa formulação permite pensar de que forma a convivência de padrões e modelos sociais de outras ordens sociais com uma sociedade capitalista em certa medida desenvolvida vai produzindo espaços de exploração essenciais para a constante expansão do capital. Esse ponto, no entanto, parece não ser tão amplamente explorado na obra de Saffioti. Não fica claro, por exemplo, qual seria o papel do modelo de família patriarcal rural no grande esquema de acumulação de capital, em comparação ao papel da dupla exploração da mulher trabalhadora da cidade. Algumas pistas de como essa articulação se dá em países com passado colonial estão presentes na teoria da subsistência, apresentada no item anterior.

Como já mencionado anteriormente, Saffioti observa o processo de colonização brasileira como “o estabelecimento de uma economia colonial dependente, servindo aos interesses do florescente capitalismo mercantil europeu” (Saffioti, 2013, p. 203). Assim, a posição do Brasil perante o sistema econômico mundial seria a de *locus* de acumulação de capital, permitindo um contexto em que grupos sociais marginalizados sejam explorados não por meio de salários, mas pela expropriação direta dos produtos de seus trabalhos – algo que pode ser dito sobre o trabalho escravo e sobre o trabalho doméstico. O Brasil colonial não é, portanto, um país em estágio pré-capitalista, ainda que as relações de trabalho assalariado não prevaleçam, mas uma peça fundamental do amplo processo de acumulação do sistema capitalista mundial. Saffioti muito bem destaca essa questão:

A utilização da mão-de-obra escrava no Brasil tem-se constituído num dos fatores, se não o fator, de ilusão quanto a verdadeira natureza da economia brasileira. Assimilando o escravismo brasileiro ao antigo, diversos autores deixaram de perceber a natureza altamente racional do emprego da força de trabalho do escravo negro para a consecução do objetivo de acumular capital. [...] Na conjuntura do capitalismo comercial moderno, ao contrário, o escravo não apenas se constituía numa mercadoria capaz de mobilizar grandes capitais comerciais, como também se transformava num capital fixo, portanto, em meio de produção para as grandes explorações agrícolas empenhadas na acumulação de capital (Saffioti, 2013, pp. 205-206).

No entanto, a autora ainda coloca a escravidão e outras relações de trabalho não assalariado no plano de um estágio não avançado do capitalismo. O que a abordagem da subsistência nos permite refletir é que, ainda que o desenvolvimento do capitalismo avance nesses países em determinadas esferas (como no processo de urbanização, por exemplo), relações de trabalho não assalariado seguem sendo essenciais para o funcionamento não somente do sistema econômico nacional, mas especialmente para o grande esquema de acumulação de capital. Essa realidade é especialmente observada no contexto rural, em que prevalecem relações de trabalho que muito mais se aproximam de relações de escravidão e servidão, tendo mulheres e negros como sujeitos dessas relações.

Essas reflexões nos parecem essenciais para pensar a formação da sociedade capitalista brasileira, indo além de sua representação em virtude da permanência de relações patriarcais, mas observando também o papel para a economia global dessas relações de exploração que permanecem, de uma forma ou de outra, desde o período colonial.

Assim, pode-se argumentar que a marginalização de grupos sociais específicos é um aspecto inerente ao desenvolvimento capitalista no Brasil. Nesse contexto, a teoria da subsistência enfatiza a importância de se ter uma força de trabalho excedente para o sistema

capitalista. Esses trabalhadores excedentes não podem ser absorvidos pelo trabalho assalariado formal e permanecem estruturalmente trabalhadores não assalariados, dependendo de várias formas de produção de subsistência para sua sobrevivência, o que condiciona sua condição de marginalizados (Mies, 1980, p. 3).

A marginalização e o empobrecimento contínuos de um número crescente de trabalhadores que não conseguem entrar no domínio do trabalho assalariado são considerados essenciais para o funcionamento do sistema capitalista, em vez de serem vistos como anomalias que desapareceriam num estado de "capitalismo pleno" (Mies; Bennholdt-Thomsen; Von Werlhof, 1988, p. 29).

Esta perspectiva permite às autoras observar diversos modos de produção coexistindo dentro de um sistema unificado, onde predomina o trabalho assalariado, mas onde outras relações de produção continuam a ser cruciais para o funcionamento do sistema. A sociedade global é percebida como em contínua evolução, com processos de produção inicialmente considerados não-capitalistas sendo gradualmente incorporados e integrados.

Essa parece ser uma chave interessante para pensar o processo de formação social do Brasil, em que diversas formas de relação de trabalho convivem e convergem para favorecer a acumulação de capital, especialmente capital estrangeiro. As transformações sociais vão permitindo o surgimento de novas formas de relação de exploração e a mudança de algumas formas já existentes. Essas transformações são permeadas por tensões, em um processo não linear, sendo importante pensar para além da abordagem enquanto estágios de desenvolvimento do capitalismo, de passagem de um capitalismo parcialmente desenvolvido para um capitalismo plenamente desenvolvido (Saffioti, 2013, pp. 212-213).

Faz sentido retomar o argumento de Maria Mies desenvolvido a partir do estudo das mulheres rendeiras de Narsapur. Para a autora alemã, a condição da mulher na sociedade capitalista é contraditória. Por um lado, a falta de estabilidade no emprego – sobretudo quando as mulheres têm empregos precários e mal remunerados – impele-as a assumir isoladamente as responsabilidades domésticas. Como não conseguem sustentar-se a si próprias e aos filhos apenas com os seus rendimentos, vêm-se obrigadas a celebrar um acordo matrimonial que as coloca em posição de dependência em relação a seus maridos. Por outro lado, o papel de “dona de casa” prejudica as condições de integração das mulheres ao mercado de trabalho, porque o seu tempo é limitado, dividido entre o emprego formal e as responsabilidades domésticas.

Veja-se que essas são determinantes estruturais do papel exercido pelas mulheres em sociedades capitalistas, em especial aquelas com passado colonial. Trata-se de um fundamento material, e não meramente ideológico, da subordinação das mulheres. Esse aspecto parece não

ficar muito claro na análise de Saffioti. Por vezes, a permanência do modelo patriarcal de família do período colonial é atribuída pela autora como uma questão cultural, de costumes. Ainda que essa observação seja parcialmente verdadeira, ela não é suficiente para entender a persistência desses elementos até os dias atuais. Em contrapartida, a abordagem da subsistência nos permite pensar que a exploração das mulheres por meio do exercício de atividades não remuneradas compõe o conjunto de relações que constituem a base material do capitalismo.

É necessário reconhecer, porém, um ponto importante da análise proposta por Saffioti: essa condição de subordinação das mulheres é imposta por meio da violência. Nesse sentido, há plena concordância com a abordagem da subsistência, segundo a qual as mulheres são coagidas, por uma força estrutural, a ingressar em relações de trabalho cujo elemento principal é a disponibilidade absoluta da mulher de atender às necessidades de terceiros (Bennholdt-Thomsen, 1988, p. 114).

Essa característica é que alimenta a relação de mútuo condicionamento entre a posição da mulher no mercado de trabalho e sua posição enquanto dona de casa: sua condição de mão de obra precária e mal paga a torna absolutamente disponível no lar, enquanto sua posição como donas de casa e mães as submete a condições precárias de trabalho. Essa submissão ocorre por meio da violência, uma vez que “por trás dessa relação estruturalmente coerciva se espreitam relações de força direta, em particular aquelas criadas por meio de leis, ordenações religiosas, apoio de sindicatos a homens trabalhadores e controle médico sobre o corpo feminino” (Bennholdt-Thomsen, 1988, p. 115).

Assim, características destacadas de forma crítica por Saffioti – como a suposta sensualidade da mulher negra, que fundamentaria seu papel social enquanto provedora de serviços sexuais, ou a qualidade de acatada e dedicada da mulher branca, encarregada do trabalho de cuidado para com o marido e filhos – não seriam qualidades ditas femininas socialmente adquiridas ou desenvolvidas especificamente por mulheres. São, na verdade, características que poderiam ser atribuídas a qualquer ser humano, mas são alocadas às mulheres em razão de seu sexo, por meio de mecanismos estruturais e violentos de controle, que designam diferentes formas de relação de trabalho.

Em resumo, as aproximações entre a teoria de Saffioti e a abordagem da subsistência ocorrem tanto pelo foco na experiência de mulheres em países periféricos, quanto pela reflexão crítica sobre os conceitos de desenvolvimento e marginalidade. O que ambas as abordagens trazem de essencial para pensar a formação social do Brasil (e de outros países de passado colonial) é que o estudo sobre as condições das mulheres em países do Sul Global não pode

estar separado da experiência colonial, tendo em vista que a exploração de mulheres e negros na sociedade colonial é fundamental para o desenvolvimento do capitalismo nesses países.

2.4 Atualizações do debate feminismo-marxismo e recepção da TRS no Brasil

O período de intensa efervescência política que acompanhou os anos de ditadura militar e, posteriormente, de transição democrática teve, como visto, um componente teórico importante no desenvolvimento do feminismo marxista brasileiro. Os anos que seguem, porém, envolvem um processo similar àquele narrado em relação à marginalização dos debates marxistas dentro da teoria feminista durante as décadas de 1980 e 1990.

No Brasil, esse período significou, para o movimento feminista, uma “institucionalização do feminismo” (Cisne, 2015, local. 112-113), em decorrência da entrada das mulheres nos governos, ocupando cargos públicos comissionados ou eletivos, o que teria afetado sua autonomia, bem como do processo de transferência de determinadas agendas de políticas públicas para as Organizações não Governamentais (ONGs), o que significou uma profissionalização da pauta de gênero.

No campo teórico, por sua vez, esses processos são acompanhados de uma maior difusão dos estudos localizados no campo das teorias pós-modernas, assim como acontece em outras partes do mundo, conforme descrito anteriormente. Segundo Mirla Cisne, os chamados estudos de gênero, muito influenciados pela perspectiva de Joan Scott (1995), “conquistam uma grande penetração em diversas universidades e instituições públicas e privadas, inclusive no plano internacional, encontrando não apenas as portas abertas, mas, o estímulo e o patrocínio, de instituições como o Banco Mundial e a Fundação Ford” (Cisne, 2015, local. 113). Essa transformação opera um afastamento entre das questões de gênero em relação à dimensão de classe, desaquecendo o debate feminista-marxista e favorecendo as perspectivas que caminham pelos estudos das identidades.

Ao mesmo tempo, nesse período se desenvolvem no Brasil, em um registro teórico mais próximo do feminismo materialista francês, estudos sobre o cuidado, principalmente capitaneados por Helena Hirata e Nadya Araujo Guimarães (2012, 2020). Os estudos sobre cuidado no Brasil tinham, originalmente, uma preocupação muito maior com a questão da profissionalização do cuidado, tendo em vista a constatação de que, no país, grande parte desse tipo de trabalho é realizado por empregadas domésticas (ou seja, terceirizado). Posteriormente, as reflexões do campo passam a incorporar a questão do trabalho doméstico não remunerado e sua relação com o trabalho doméstico remunerado (Hirata, 2020, p. 116).

Nesse sentido, Helena Hirata considera cuidado como “uma relação social, entre prestador(a) e beneficiário(a), que é em princípio sexuada e que pode ser não remunerada (o cuidado doméstico) ou remunerada (a profissionalização e os ofícios do cuidado)” (Hirata, 2022, p. 29). Também na perspectiva da teoria do cuidado há uma preocupação com o caráter invisibilizado do trabalho de cuidado:

Ao mesmo tempo, as pesquisas sobre cuidado são importantes para a sociologia do gênero, porque o não reconhecimento do trabalho doméstico gratuito realizado pelas mulheres pode ser objeto de uma reivindicação pelo reconhecimento quando se torna trabalho de cuidado remunerado, mercantil, realizado também pelos homens. O assalariamento do cuidado e sua profissionalização também podem ajudar a interpelar o cuidado realizado em domicílio como qualidade “natural” e “invisível” (Hirata, 2022, p. 35).

Não haveria espaço, na presente pesquisa, para aprofundar a análise sobre essa literatura ou explorar as possíveis intersecções com a TRS, que são evidentes. Trouxemos essa breve menção aos estudos sobre o cuidado no Brasil apenas para ilustrar que, ainda que os esforços de aproximação entre marxismo e feminismo no país entre as décadas de 1980 e 1990 tenham se enfraquecido, o tema do cuidado continuou sendo explorado sob outras perspectivas teóricas.

Há, porém, em período mais recente, uma retomada do marxismo no Brasil para pensar sobre questões de gênero. Isso porque a teoria da reprodução social tem ganhado cada vez mais tração nos trabalhos e reflexões de pesquisadoras brasileiras, que vêm mobilizando essa literatura com cada vez mais frequência, especialmente a partir de 2017 em diante.

Uma hipótese explicativa para o aumento do número de artigos publicados é que, em 2017, é publicada a tradução da obra *O Calibã e a bruxa*, de Silvia Federici, no Brasil, livro que fez imenso sucesso entre os círculos acadêmicos do país, sendo que desde então a autora já esteve no Brasil por diversas vezes, o que contribuiu para a divulgação de sua obra. Outros livros da filósofa italiana foram traduzidos subsequentemente. Ainda que Federici não trabalhe diretamente com a categoria de reprodução social, suas reflexões sobre o trabalho doméstico estão intimamente relacionadas com os debates dentro da TRS, conforme busquei debater neste capítulo até aqui. Assim, a publicação das obras da autora no Brasil²³ pode ter aberto as portas para a entrada da TRS como um todo nos debates acadêmicos sobre teoria feminista.

Contribuiu, ainda, para essa inserção da literatura da TRS no país a publicação da obra *Feminismo para os 99%* (2019), de Cinzia Arruzza, Tithi Bhattacharya e Nancy Fraser, autoras

²³ Além de *Calibã e a bruxa*, também foram publicadas as obras *O Ponto Zero da Revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista* (2019a), *Mulher e caça às bruxas* (2019b) *O Patriarcado do Salário* (2021) e *Reencantando o mundo* (2022).

que vêm trabalhando intensamente com discussões em torno da reprodução social, conforme discutido no item 1.2.1. A tradução da obra possivelmente auxiliou na divulgação do trabalho das duas primeiras autoras principalmente – já que Fraser é antiga conhecida nos círculos acadêmicos brasileiros. Muito recentemente, a coletânea de artigos organizada por Bhattacharya foi também traduzida na obra *Teoria da reprodução social: Remapear a classe, recentralizar a opressão* (2023).

Temos, assim, uma emergente literatura nacional sobre reprodução social, que vem mobilizando a categoria para refletir, também, sobre a realidade local, seja por esforços de articulação teórica, como por estudos empíricos, em que a lente da TRS é utilizada para observar fenômenos sociais.

Inicialmente, o que se pode observar sobre essa literatura recente no Brasil é um esforço de sistematizar os trabalhos da TRS, como forma de melhor compreender e organizar a literatura (Grecco, 2018; Fonseca, 2019a, 2019b; Ruas, 2021). Assim, os primeiros trabalhos publicados na área focam em elaborar revisões de literatura a partir dos trabalhos desenvolvidos pelas autoras citadas ao longo deste Capítulo 1.

A organização do campo foi essencial para introduzir ao ambiente acadêmico brasileiro as principais reflexões da TRS, de modo a fundamentar outros trabalhos no campo. Decorrem, assim, desse esforço inicial propostas de debates teóricos com outras abordagens já mais difundidas no Brasil. Um exemplo disso são os trabalhos que buscam aproximar os debates da TRS com os pressupostos da teoria marxista da dependência (Saraiva, 2021; 2022; Fonseca, Alencar, 2021) e com o feminismo negro (Machado, 2018), ambas teorias já há muito desenvolvidas nos estudos brasileiros. Vemos, ainda, propostas para refletir sobre os próprios pressupostos teóricos da TRS, em especial o debate sobre a categoria de valor e sua relação com o trabalho de reprodução social (Melo, 2023) e os questionamentos sobre se reprodução social compõe uma teoria propriamente dita, ou se corresponde a uma categoria de análise (Pereira, 2022).

Como se vê, a maioria dos trabalhos são produzidos a partir de 2020, ano em que eclodiu a pandemia de Covid-19 e que, como já vimos, se trata de acontecimento que vem influenciando definitivamente a produção acadêmica sobre reprodução social, o que se reflete nos trabalhos publicados no Brasil. Assim, a literatura brasileira vem se debruçando sobre os efeitos da crise sanitária sobre a organização da reprodução social, em uma linha muito próxima da literatura estrangeira (Pontes, Carnut, 2023; Santos, 2022; Coelho, Azevedo, Ruas, 2020).

É importante destacar, ainda, que já começam a aparecer alguns trabalhos que consolidam resultados de pesquisas empíricas desenvolvidas a partir da lente da TRS. São

exemplos desses esforços pesquisas que analisam discursos em torno de políticas públicas voltadas para as mulheres e para as atividades de reprodução social (Hümmelgen, 2022; Medeiros, Onuma, 2022), que observam o trabalho de cuidado realizado por mulheres familiares de pessoas encarceradas (Jeremias, 2022) e que analisam movimentos sociais relacionados às atividades de reprodução social (Azevedo, 2022).

Como se pode ver, trata-se de uma recepção ainda incipiente da teoria e que parece estar ainda em um sentido de compreensão e organização da literatura, mesmo que já seja possível vislumbrar debates teóricos com outras abordagens mais difundidas no Brasil e esforços de análise de dados empíricos a partir da lente da reprodução social. Observa-se, porém, ainda uma limitação na apreensão crítica da teoria. Poucos são os trabalhos que desafiam ou questionam pressupostos e conclusões dos trabalhos da TRS, especialmente os eventuais limites da literatura disponível para analisar os processos sociais que se desenvolvem especificamente no contexto brasileiro. Essa é, portanto, uma das lacunas que pretendo começar a preencher na presente pesquisa.

3 Entre crise do cuidado e financeirização da reprodução social

As abordagens mais recentes da TRS, apresentadas no item 1.2, têm como traço principal uma tentativa de articular as discussões em torno do conceito de reprodução social e a literatura da economia política que explora os efeitos das políticas neoliberais e do processo de financeirização.

Nesse contexto, emerge um intenso debate sobre as políticas de austeridade mais recentes, levadas a cabo por diversos governos como resposta às sucessivas crises financeiras pelas quais a economia mundial passou nas décadas de 1980 e 1990 e no início dos anos 2000. A ideia é observar de que forma o imperativo de austeridade, principal traço característico das políticas neoliberais, influenciou o encolhimento do estado de bem-estar social, desenvolvido e consolidado principalmente nos Estados Unidos e na Europa durante o período do keynesianismo-fordismo. E os efeitos que esse processo produz sobre a organização das atividades de reprodução social.

Isso porque, durante o chamado regime do bem-estar social, o Estado participava ativamente do provimento de serviços relacionados às atividades de reprodução social: saúde, educação, cuidado de crianças e idosos, moradia etc. Porém, devido à necessidade de cortar gastos públicos, defendida pela ideologia neoliberal, os programas de bem-estar social vão sendo progressivamente esvaziados, desencadeando o que as autoras da TRS chamam de um processo de reprivatização das atividades de reprodução social.

Como resultado, as famílias, e especialmente as mulheres, passam a assumir a responsabilidade por essas atividades. Porém, com jornadas de trabalho cada vez mais extenuantes, observa-se uma crescente incapacidade das famílias de prover satisfatoriamente essas atividades, o que se mostra ainda mais acentuado nas famílias monoparentais em que a mulher é a única responsável pelo seu sustento. No Brasil, por exemplo, 54,92% das mulheres que têm filhos são mães solo (Menon, 2023). Essa crescente incapacidade é vista, pelas autoras da TRS, como evidência de uma crise de reprodução social.

Uma parte da literatura busca, ainda, aprofundar esse diagnóstico e dar ênfase maior ao processo de financeirização. A chamada crise da reprodução social teria aberto um espaço para que o capital financeiro adentrasse e pudesse explorar as atividades que antes eram providas pelo Estado ou assumidas pelas famílias. Em outras palavras, em razão da dificuldade cada vez maior de assumir essas atividades, as famílias buscam sua substituição no setor privado. Isso envolve a necessidade de mais recursos, impossíveis de serem supridos pelos salários e que são obtidos por meio do endividamento. Assim, uma característica fundamental da crise da reprodução social seria o crescente endividamento das famílias, fator também profundamente

relacionado com a intensificação da precarização das famílias mais pobres e dos riscos sociais aos quais estão submetidas. Esses processos teriam efeitos ainda mais intensos sobre as mulheres.

Mais recentemente, a pandemia do coronavírus amplificou e evidenciou a centralidade dessas atividades para o capitalismo. De modo que o argumento medular da TRS, isto é, a interdependência entre a reprodução da força de trabalho e a produção de valor, se fortaleceu, colaborando para os estudos na área:

A pandemia da Covid-19 cristalizou a porosidade das fronteiras entre vida e trabalho, tanto para aqueles que podem trabalhar e aprender em casa quanto para aqueles que não podem, cujo trabalho é agora, mais claramente do que nunca, um risco de vida. À medida que passamos por essas crises combinadas de reprodução social, neoliberalismo e devastação ambiental - agravadas pelo pano de fundo de uma pandemia global -, os estudos sobre as geografias da reprodução social estão preparados para antecipar possíveis conflitos e fornecer percepções críticas para maneiras criativas e transformadoras de envolver o espaço nas novas normalidades do trabalho da vida. (Rodríguez-Rocha, 2021, p. 11)

O desdobramento da pandemia da COVID-19 em 2020 mostrou de forma contundente a relevância da reprodução social como uma lente analítica fundamental por meio da qual podemos interrogar e analisar os processos capitalistas contemporâneos, suas características, resultados e crises (...). Ela está se tornando um prisma atraente nos estudos de Economia Política Internacional, proporcionando um caminho frutífero para a disciplina de gênero e, ao mesmo tempo, produzindo novos insights teóricos. (Mezzadri; Newman; Stevano, 2022, p.2).

A palavra crise aparece de uma maneira ou de outra na maioria dos trabalhos produzidos nos últimos anos. Porém, poucos apresentam uma definição sistemática, ou desenvolvem os vínculos, assimetrias e particularidades entre a crise do cuidado, da reprodução social e do neoliberalismo. Embora essas dimensões se entrelacem e se reforcem mutuamente de maneira ainda mais estridente durante a pandemia, a ausência de um conceito corrobora a percepção de uma crise contínua e indistinta, dificultando o discernimento de suas particularidades, conseqüentemente, da sua faceta atual, colocando em risco a própria pertinência da categoria.

A partir desses debates, é possível identificar algumas narrativas e diagnósticos que prevalecem e exercem maior ou menor influência nas demais produções do campo. Ainda que apresentem algumas diferenças, essas propostas teórico-explicativas têm em comum duas características que buscarei problematizar: (i) um foco nas experiências do Norte Global, o que deixa de lado realidades do Sul Global – as quais poderiam, inclusive, contribuir para informar acerca dos processos que ocorrem também no centro do capitalismo; e (ii) uma tendência da

literatura de estabelecer – as vezes inadvertidamente – dicotomias entre capitalismo produtivo e capitalismo improdutivo ou especulativo, entre esferas pública (da produção) e privada (da reprodução) e, finalmente, entre economia e sociedade.

3.1 O diagnóstico de Nancy Fraser sobre a chamada crise da reprodução social

Uma das principais referências para pensar crise da reprodução social no âmbito da literatura sobre a qual esta pesquisa se debruça está os trabalhos mais recentes de Nancy Fraser²⁴²⁵. Neles, os crescentes constrangimentos e adversidades para a reprodução da vida representam, ao fim e ao cabo, uma crise de reprodução social. Esta, por sua vez, é uma dimensão de uma crise mais ampla, decorrente das contradições do atual regime de acumulação capitalista, caracterizado por Fraser como capitalismo financeirizado. Aqui, a crise do cuidado, testemunhada na atualidade, não é incidental ou circunstancial, mas resulta da própria dinâmica do capitalismo. Nas palavras da autora (2017a, p. 24):

Em geral, as sociedades capitalistas separam a reprodução social da produção econômica, associando a primeira às mulheres e obscurecendo sua importância e seu valor. Paradoxalmente, porém, elas tornam suas economias oficiais dependentes dos mesmos processos de reprodução social cujo valor elas rejeitam. Essa relação peculiar de separação-dependência-rejeição é uma fonte interna de instabilidade em potencial. A produção econômica capitalista não é autossustentável, mas depende da reprodução social. No entanto, seu impulso para a acumulação ilimitada ameaça desestabilizar os próprios processos e capacidades de reprodução de que o capital – e o restante de nós – precisa.

Assim definida, a crise é metabólica e o curto período de estabilidade durante os anos 1950/1970 é tributário do provimento estatal de bens e serviços sociais que atenuaram a pressão sobre os encargos e custos da manutenção da vida do trabalhador, tradicionalmente transferidos pelo capital para a família. Todavia, o que Fraser chama de “nova configuração da ordem capitalista” (Fraser, 2017b, p. 154) a partir dos anos 1980 rompe com esse regime de reprodução

²⁴ Em levantamento bibliográfico realizado junto aos repositórios de periódicos acadêmicos estrangeiros em 2023, referente a artigos publicados a partir de 2020, identifiquei que, em 40 trabalhos analisados, Fraser foi citada ao menos 103 vezes, sempre em referência à crise da reprodução social, sendo a autora mais citada, ao menos nessa amostra específica.

²⁵ No Brasil, a recepção de Nancy Fraser se dá muito fortemente por meio de sua teoria da justiça e seus conceitos de redistribuição e reconhecimento, com a tradução de artigos importantes nesse sentido (Fraser, 2006; 2009). Mais recentemente, a obra de Fraser tem ganhado maior difusão nos estudos feministas, bem como nas abordagens que mobilizam a TRS, muito especialmente em razão da tradução de três obras relevantes: *Feminismo para os 99%: um manifesto* (2019), *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica* (2020) e *Justiça interrompida: reflexões críticas sobre a condição “pós-socialista”* (2022). Há, porém, uma tendência na academia brasileira de se apropriar da teoria de Fraser para aplicar, sem mediação, a estudos empíricos sobre o Brasil, sem explicitar “se houve uma reflexão sobre esse uso no nosso contexto, sem reconstituírem ou, ao menos, problematizarem as raízes do pensamento da autora, que olhou para transformações históricas frequentemente diferentes daquelas ocorridas aqui” (Tadini, 2019, p. 77).

social. O desinvestimento público no bem-estar e a intensificação da exploração, associada à feminização do mercado de trabalho, resultam em:

‘(...) uma nova e dualizada organização da reprodução social, mercantilizada para aqueles que podem pagar por isso e privatizada para aqueles que não podem, enquanto alguns da segunda categoria provêm trabalho de cuidado em troca de (baixos) salários para aqueles da primeira categoria’ (Fraser, 2017, p. 32)

A perspectiva de Fraser tem influenciado uma parte considerável da literatura sobre reprodução social, em especial as autoras da escola inglesa, mencionadas no item XX do capítulo 2. Segundo Sara Stevano, Alessandra Mezzadri, Lorena Lombardozi e Hannah Bargawi (2021, p. 277), o argumento de Fraser demonstra que “estamos vivendo uma crise crônica de cuidados produzida pelo capitalismo”, a qual foi agravada pela pandemia de Covid-19. Segundo as autoras, “as políticas de ‘ficar em casa’ colocaram as famílias no centro da resposta dos governos à pandemia, o que constitui uma aceleração do processo de longo prazo de privatização da reprodução social observado em todo o capitalismo neoliberal” (Stevano; Mezzadri; Lombardozi; Bargawi, 2021, p. 277).

Assim, a partir das reflexões de Fraser, essas autoras definem a crise do cuidado como parte de uma “crise combinada da vida capitalista” (Mezzadri, 2022, p. 1234), que significou a “reorganização da vida, do trabalho e da geração de populações excedentes” (Mezzadri, 2022, p. 1245).

Essa argumentação aparece no contexto de uma virada importante no pensamento de Nancy Fraser. Em publicações a partir de 2017, a autora (2017a, 2017b, 2018, 2022) tem proposto uma reaproximação à teoria crítica, como forma de melhor compreender o capitalismo como “ordem social institucionalizada” (O’Kane, 2021, p. 208) e elaborar uma crítica sistemática às suas crises multidimensionais (Fraser, 2017b, p. 53). Assim, à primeira vista, parece haver no pensamento da autora um afastamento da teoria habermasiana que fundamentou seus estudos de início dos anos 2000 e caracterizou seus debates com Axl Honneth (2004), bem como uma aproximação à teoria marxista.

Para Fraser, as abordagens teóricas atuais que propõem retomar o capitalismo como categoria de análise e alcançar o significado dessa crise multidimensional são carentes de uma dimensão propriamente crítica, lacuna que a autora propõe preencher. Para tanto, busca retomar Marx no que diz respeito ao que ela mesma chama de quatro características principais do

capitalismo²⁶, as quais seriam “econômicas” (Fraser, 2017b, p. 146), expandindo seu alcance teórico para incluir na análise (ou revelar) tudo aquilo que, segundo a autora, se encontra ocultado por trás do “terreno oculto da produção”.

Esse aparente deslocamento no pensamento de Nancy Fraser tem como ponto de partida principal a crise financeira de 2008 e outras três dimensões de crise a ela subjacentes, conforme identificado pela autora: a crise climática, a crise política e a crise do cuidado. Estas seriam decorrentes de contradições inerentes ao sistema capitalista que se manifestam nas fronteiras entre o primeiro plano (*foregorund*) desse sistema – a economia – e o seu plano de fundo (*backgorund*), composto justamente pela natureza, a política (manifestada no Estado) e a reprodução social – campos que a autora denomina *hidden abodes*²⁷, ou terrenos ocultos (Fraser, 2017b). Segundo Fraser, essa “relação é potencialmente contraditória e tendente à crise, porque o impulse incessante em direção à acumulação expansiva desestabiliza as condições de fundo das quais as dinâmicas de primeiro plano dependem” (Fraser; Jaeggi, 2018, local. 107).

A crise surge, assim, quando a economia ultrapassa seus limites e coloniza – ou canibaliza, no termo utilizado em uma de suas mais recentes publicações (Fraser, 2022, p. 7) – os terrenos ocultos da produção, gerando instabilidades. Uma instabilidade, no entanto, é definida a partir do ponto de vista das normas do sistema econômico – um campo instável é aquele que não mais consegue prover as condições para o funcionamento do mercado e precisa, dessa forma, ser reajustado. É nesse momento que o Estado passa a interferir, de forma a regular o alcance do mercado e os mecanismos de ajuste sobre esses campos (O’Kane, 2021, p. 227).

No caso específico da reprodução social, que mais interessa para esta pesquisa, a tendência de crise surge a partir das contradições fronteiriças entre a produção de mercadorias e a reprodução social, na medida em que o processo de acumulação coloca sob perigo de desestabilização os “processos socioculturais que configuram as relações de solidariedade, as disposições afetivas e os horizontes valorativos que sustentam a cooperação social, ao mesmo tempo em que fornecem os seres humanos apropriadamente socializados e qualificados para a força de trabalho” (Fraser, 2022, p. 24).

²⁶ As quatro características principais, segundo Fraser, são: (i) a propriedade privada sobre os meios de produção, que implica uma divisão de classe entre proprietários e produtores; (ii) a forma assalariada e “livre” de trabalho como forma geral; (iii) a tendência à acumulação de capital; (iv) a função do mercado enquanto espaço de alocação de *inputs* produtivos e de sua transformação em mercadorias (Fraser, 2017b, p. 144).

²⁷ A expressão poderia ser traduzida literalmente como “moradas ocultas”. Em uma tradução recente de um dos artigos de Fraser, utilizou-se a expressão “laboratório secreto” (Fraser, 2015). A expressão, no entanto, é uma referência direta ao termo usado por Marx no Volume 1 d’O Capital: “Assim como Marx olhou por trás da esfera da troca, no ‘laboratório secreto’ [*hidden abode*] da produção, de forma a descobrir os segredos do capitalismo, eu estou em busca das condições de possibilidade da produção que estão por trás dessa esfera, em reinos ainda mais ocultos” (Fraser, 2022, p. 3). Na edição brasileira d’O Capital, o termo é traduzido como “terreno oculto” (Marx, 2017, p. 250). Preferimos, assim, essa última opção.

A crise de reprodução social não é, portanto, acidental, mas indica que existe “algo apodrecido não somente na atual forma financeirizada do capitalismo, mas na sociedade capitalista em si” (Fraser, 2017a, p. 22)²⁸.

Para chegar a essa conclusão, Fraser parte de uma esquematização da história recente do capitalismo enquanto três diferentes momentos de contradição social entre regimes de produção e de reprodução social: o capitalismo competitivo liberal do século XIX, o capitalismo de Estado do século XX e o atual regime do capitalismo global financeirizado (ou capitalismo neoliberal).

Segundo a abordagem teórica proposta pela autora, cada um desses regimes daria lugar a outro subsequente em razão da tendência à crise inerente ao capitalismo, que a autora chama de “contradição social-reprodutiva” do capitalismo (Fraser, 2017a, p. 22). Ao mesmo tempo que a reprodução social se mostra como condição de possibilidade para a acumulação de capital, ela é constantemente desestabilizada pela tendência capitalista à acumulação ilimitada, atacando as próprias bases de sustento dessa acumulação. Esses processos acabam por desencadear sucessivas crises do sistema, as quais são o próprio gatilho para o surgimento de novos regimes de acumulação, exploração e expropriação.

Segundo Fraser, a aparente estabilidade da reprodução social durante o regime de capitalismo de Estado tem como sustentáculo uma forte ação estatal no provimento de serviços sociais, suavizando a pressão sobre as famílias para suprir as necessidades social-reprodutivas.

Segundo esse diagnóstico, porém, o regime de capitalismo de Estado passa por uma profunda crise de acumulação entre as décadas de 1970 e 1980, o que daria lugar para o desenvolvimento do regime do capitalismo neoliberal. Esse novo regime tem como característica principal o incentivo ao desinvestimento no bem-estar social e uma intensificação na exploração do trabalho, com uma nova onda de inserção das mulheres no mercado de trabalho. Com isso, há um duplo processo:

[...] externaliza-se o trabalho de cuidado para as famílias e comunidades, enquanto reduz-se sua capacidade de executá-lo. O resultado é uma nova e dualizada organização da reprodução social, mercantilizada para aqueles que podem pagar por isso e privatizada para aqueles que não podem, enquanto alguns da segunda categoria provêm trabalho de cuidado em troca de (baixos) salários para aqueles da primeira categoria. (Fraser, 2017a, p. 32)

²⁸ Veja-se, nesse ponto, uma transição entre dois níveis de abstração: quando Fraser fala em “sociedade capitalista em si” está se referindo à lógica geral do capital (em sua forma “pura”), e quando fala na “atual forma financeirizada”, está se referindo a um nível médio de análise, que tem mais a ver com um desenvolvimento histórico do capitalismo e suas fases, conforme indicamos na introdução.

O novo mercado de trabalho de cuidado surge como nova plataforma de exploração, demandando mão-de-obra precarizada, em geral de mulheres migrantes e de grupos raciais historicamente marginalizados.

Em resumo, na visão de Fraser, a desestabilização da reprodução social no capitalismo financeirizado decorre dos processos de privatização dos serviços sociais e informalização do trabalho. Tem-se como consequência mudanças profundas na organização do trabalho de reprodução social, que é cada vez mais mediado diretamente pelo mercado e privatizado, em resposta à retirada do Estado na participação das responsabilidades social-reprodutivas. Como consequência, o fardo da reprodução social recai sobre o trabalho informal e/ou não pago executado majoritariamente por mulheres negras e migrantes.

Em outras palavras, a desestabilização da reprodução social no capitalismo financeirizado decorre da retirada do Estado das responsabilidades social-reprodutivas, transferidas, então, majoritariamente para a mulher racializada localizada na esfera doméstica e/ou no mercado de trabalho precário/informal. Ora, como apropriadamente reconhecem algumas autoras, não há aqui nenhuma novidade para o Sul Global:

Embora essa estrutura seja muito útil no contexto dos países industrializados, muitos outros países do Sul Global não se encaixam perfeitamente na tipologia de Fraser. A fase intermediária do “capitalismo administrado pelo Estado”, na qual o Estado e as grandes corporações se envolveram (em diferentes graus em diferentes países) na provisão de bem-estar social, foi amplamente ignorada pelos países do Sul Global. (...) “Alguns argumentaram que a crise do cuidado e da reprodução social nos países industrializados pode ser causada pelo aumento do emprego das mulheres no trabalho remunerado e pelas mudanças demográficas que resultam no envelhecimento da população”. Em muitos países do Sul Global, especialmente os do Oriente Médio e do Norte da África, onde as normas sociais e as estruturas familiares permanecem tradicionais e conservadoras, e as taxas de participação feminina na força de trabalho são baixas, essa crise de cuidados pode parecer uma preocupação distante. (Bargawi *et al*, 2022, p.1925)

De fato, os países considerados do Sul Global não integraram e cooperaram para o regime de acumulação fordista a partir dos mesmos compromissos de classe configurados nos países centrais. A própria Fraser reconhece a excepcionalidade dos *Welfare-States*. Outras autoras entendem que houve uma passagem direta do capitalismo competitivo liberal do século XIX para o capitalismo neoliberal financeirizado, que passou a conviver com estruturas tradicionais de organização da produção e da reprodução social caracterizadas pela ausência do Estado (Bargawi *et al*, 2022, pp. 1918-1919). Esse tipo de afirmação tende a homogeneizar as experiências concretas do Sul Global, que são, na verdade, muito diversas. Em alguns casos, a ausência de um Estado de bem-estar social consolidado (ao menos nos moldes europeus ou

estadunidenses) não implica na desresponsabilização do Estado no que tange à reprodução da força de trabalho. Ao menos no cenário latino-americano, por exemplo, o Estado sempre desempenhou nesse domínio um papel central. Por isso, surge importante dificuldade com a afirmação abaixo, elaborada a partir do contexto específico da Palestina, mas que serve de argumento para uma análise mais generalizadora do Sul Global:

Enquanto os países do Norte Global estão enfrentando um capitalismo financeirizado com uma “organização dualizada da reprodução social, mercantilizada para aqueles que podem pagar por ela e privatizada para aqueles que não podem” e onde a família com dois salários se tornou a norma (Fraser, 2017: 34), esse não é o caso em todo o Sul Global e certamente não na Palestina. Dada a dependência histórica da gestão familiar para o trabalho doméstico e de cuidados não remunerados na Palestina, o papel do Estado na reprodução social tem sido historicamente mínimo, especialmente quando comparado com países do Norte Global. O já limitado envolvimento do Estado na provisão de bem-estar social, no entanto, foi ainda mais corroído pela adoção de políticas que reduziram o papel do Estado. (Bargawi *et al*, 2022, p.1926)

Comumente, as pesquisas produzidas nos Estados Unidos e na Europa tendem a uniformizar as formações de capitalismo tardio e periférico no termo Sul Global. No entanto, o conjunto de países que integram esse bloco se insere de maneira bastante diferente no ciclo mundial de acumulação. Para muitas autoras, a diferença se reduz ao grau. Assim, no Sul Global a reprodução da força de trabalho seria menos mecanizada, menos mercantilizada e menos subsidiada pelo Estado e pelo capital.

Esse tipo de abordagem, porém, acaba ignorando determinados aspectos presentes em diversos contextos sociais da periferia do capitalismo que podem, inclusive, muito informar sobre as próprias dinâmicas sociais que se desenvolvem no Norte Global. Assim, a análise sobre o desenvolvimento do capitalismo financeiro nesses contextos tem o potencial de desafiar e/ou complementar o diagnóstico aqui proposto, no mesmo sentido colocado por Mies, Bennholdt-Thomsen e Werlhof (1988, p. 2): “estudar as ‘outras mulheres’, isto é, mulheres do Terceiro Mundo, nos permitiu desenvolver uma orientação crítica em relação à nossa própria situação [de mulheres do ‘Primeiro Mundo’]”. É o que proponho elaborar no próximo item, a partir de estudos da economia política que observam o desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e os processos de financeirização da reprodução social.

3.2 A financeirização da reprodução social na periferia do capitalismo: o caso brasileiro

Se tomássemos como ponto de partida uma abordagem mais tradicional, uma das diferenças entre o percurso histórico do desenvolvimento do capitalismo neoliberal no Brasil,

em comparação com os casos dos Estados Unidos e da Europa, é que aqui nunca houve a construção de um Estado de bem-estar social propriamente dito.

Essa abordagem pode ser considerada eurocêntrica na medida em que toma o modelo europeu para avaliar o alcance ou a qualidade das políticas de bem-estar social no Brasil, sem considerar as especificidades de contexto e de formação social do país, em especial seu passado colonial e todas as consequências disso. Os estudos de Heleieth Saffioti apresentados no primeiro capítulo desta tese são ilustrativos da importância do contexto geográfico e temporal para entender diferentes trajetórias de desenvolvimento do capitalismo.

Nesse sentido, uma abordagem mais atenta identificará que, na realidade, houve a construção de um Estado social no Brasil a partir da redemocratização levada a cabo no final da década de 1980, o que coloca o exemplo brasileiro na contramão dos processos de neoliberalização das economias dos Estados Unidos e do Reino Unido no mesmo período, por exemplo. Vemos a construção de um sistema universal de saúde robusto, com um modelo de saúde pública fortalecido e, em certa medida, capilarizado; bem como de um sistema de previdência social relativamente amplo, em especial se comparado a outras economias da América Latina – e até mesmo de alguns países do Norte Global.

É verdade, porém, que esse sistema não tem passado ileso aos imperativos de austeridade e encolhimento do Estado no provimento de serviços sociais. Especialmente a partir de meados da década de 1990, o país passou por um processo de desconstrução do modelo estabelecido pela Constituição Federal de 1988, que foi sendo paulatinamente substituído por uma nova política econômica, muito mais próxima ao paradigma neoliberal propagado pelo Consenso de Washington.

Esse processo de deslocamento entre dois modelos macroeconômicos envolveu a promoção e implementação de reformas estruturais do edifício institucional brasileiro, no sentido da liberalização do comércio e de uma suposta desregulamentação financeira (Morais; Saad Filho, 2011, p. 508). Por outro lado, especialmente a partir de 2002, com o início do período de governo do Partido dos Trabalhadores, a esse modelo é acrescida uma política industrial de incentivo à produção primária e um conjunto de políticas sociais que se consubstanciam em uma “estratégia nacional de desenvolvimento voltada à superação do hiato econômico e social que separa o país dos estados do centro capitalista desenvolvido, o que não pode ser alcançado apenas por condições de mercado” (Morais; Saad Filho, 2011, p. 525).

Para Leda Paulani, essas mudanças no modelo macroeconômico desencadearam um processo de transformação do Brasil em “plataforma de valorização financeira internacional” (Paulani, 2008, p. 98). Isso se traduz na posição ocupada pelo país na divisão internacional do

trabalho enquanto indústria periférica exportadora de *commodities* e responsável pelas operações mais simples da linha de produção industrial global, mantendo o país dependente do conhecimento tecnológico externo. Ao mesmo tempo, são implementadas políticas que visam à intensificação do processo de financeirização, ampliando os espaços disponíveis para exploração pelo capital financeiro internacional (Paulani, 2008). Criam-se, assim, as condições para a mercantilização de novas atividades econômicas e não econômicas:

Tal mercantilização torna-se possível por dispositivos regulatórios que privatizam bens públicos e comuns, cortam gastos públicos e sociais, reduzem impostos sobre a renda, retiram as barreiras que limitam o livre fluxo do capital financeiro por meio de políticas de desregulamentação e restringem as garantias dos trabalhadores (Gonçalves, 2017, p. 1053).

Como se vê, há durante um período na experiência brasileira a convivência entre uma estratégia econômica neoliberal e a ampliação de determinadas políticas sociais destinadas a lidar com o problema da profunda desigualdade social que caracteriza a sociedade brasileira. Alguns autores chegam a caracterizar esse cenário como um neoliberalismo *sui generis*, ou um “pós-neoliberalismo”. Essa caracterização, no entanto, ignora a articulação fundamental dessas políticas sociais com as transformações macroeconômicas de caráter neoliberal e os processos de financeirização, de modo a constituir, no Brasil, uma sociedade de consumo de massa (Lavinias, 2015).

Trata-se daquilo que Lena Lavinias (2015, 2018) define como “estratégia social-desenvolvimentista”, que tem como característica principal a adoção de medidas de universalização do crédito e conseqüente acesso também universal a bens de consumo duráveis – e, posteriormente, a serviços ligados à reprodução social –, fazendo do consumo de massa o motor do crescimento econômico. As conseqüências dessa estratégia, porém, envolvem o endividamento massivo das famílias, o que produz efeitos importantes para a organização das atividades de reprodução social.

Observa-se, de modo geral, diferenças importantes no desenvolvimento do capitalismo neoliberal no Brasil e suas conseqüências para a reprodução social, em relação ao esquema teórico explicativo elaborado por Fraser sobre a crise da reprodução social. Ao invés da redução de recursos e serviços de reprodução social ofertados pelo Estado, há no caso brasileiro não apenas uma tendência de desinvestimento em algumas áreas (como no caso do SUS, por exemplo), decorrentes das políticas de austeridade, mas principalmente uma importante mudança qualitativa na forma como o Estado elabora suas políticas sociais. Essa mudança faz

parte de um projeto motor – não meramente reativo – da expansão do capital financeiro para novas áreas. Conforme argumenta Lena Lavinas *et al* (2022, p. 5):

Nessa nova fase do capitalismo, dominada pelas finanças, a política social passou por transformações significativas, sendo afetada e servindo como mecanismo para o desenvolvimento desse novo regime de acumulação. A esfera da reprodução social tornou-se uma das novas fronteiras da expansão capitalista sob o domínio dos mercados financeiros.

Esse fenômeno será melhor explorado ao longo deste capítulo. Porém, vale adiantar que aqui está o centro da questão da reprodução social no contexto do neoliberalismo: muito mais que uma crise resultante de políticas de austeridade, vemos a reprodução social como espaço para expansão do capital financeiro, processo este que produz consequências importantes para as condições de vida e de trabalho das mulheres especialmente. E isso ocorre sem necessariamente abolir direitos sociais previstos na Constituição Federal, mas por meio de uma transformação da política social que implica em desuniversalizar os benefícios sociais, empurrando as famílias (e principalmente as mulheres) para o setor financeiro por meio do endividamento.

Como já mencionado, ainda que não se possa dizer que houve a implementação, no Brasil, de um Estado de bem-estar social nos moldes do modelo fordista-keynesiano experimentado nos Estados Unidos e na Europa, os esforços em garantir direitos sociais e econômicos na Constituição Federal podem ser tomados como uma tentativa nesse sentido.

O texto constitucional é marcado pela consagração de direitos sociais baseados na universalidade, seguridade social e cidadania, impondo ao Estado a provisão de proteção social por meio de um sistema de previdência social, bem como do acesso à moradia, à educação e à saúde, ao lado da garantia a nível constitucional de direitos trabalhistas, sendo os respectivos programas financiados por um sistema tributário específico (Saad Filho, 2015, p. 1229).

O modelo de seguridade social adotado no Brasil a partir da Constituição Federal de 1988 vai, portanto, no sentido contrário das políticas neoliberais preconizadas pelo Consenso de Washington. Essa constituição é ancorada em três pilares: (i) um sistema de previdência social de caráter contributivo; (ii) um sistema de assistência social não contributivo; e (iii) um sistema universal e gratuito de saúde. Há também a previsão constitucional da oferta estatal gratuita de ensino fundamental e superior.

Contudo, no âmbito dos processos de transformação do modelo de industrialização pela substituição de importações para o modelo neoliberal²⁹, esses sistemas passam a ser vilipendiados, principalmente no final da década de 1990 e ao longo dos anos 2000 até a atualidade, passando por governos de esquerda e de direita. Assim, originalmente dotado de um orçamento próprio, garantido constitucionalmente, o sistema de seguridade social brasileiro que começou robusto, passa a sofrer sucessivos ataques na década de 1990 em diante, tendo como principal prejudicado o Sistema Único de Saúde (SUS).

A partir dos anos 2000, o foco da política social vai cada vez mais se deslocando do financiamento da infraestrutura e serviços de bem-estar em direção às políticas de transferência monetária direta, que passam a compor a maior parte do orçamento público com políticas sociais, em detrimento de gastos com a provisão direta de serviços públicos. Lena Lavinas destaca

[...] a marca registrada do gasto social no Brasil: 60% tomam a forma de transferências monetárias, ao passo que a provisão de serviços desmercantilizados segue minoritária e aquém do estabelecido em lei. Esse perfil não é acidental; encobre um modelo social que privilegia a solução das falhas de mercado, negligenciando mecanismos de equalização social e redução das desigualdades, o que, por si só, é um fator que inibe a redistribuição (Lavinas, 2015, p. 38-39).

Essa mudança qualitativa compõe um plano de reorganização da relação entre política social e política econômica, de forma que a primeira passa a servir de garantia para a expansão do movimento de financeirização do capitalismo no país (Lavinas, 2017).

Isso se dá principalmente em razão do modelo de crescimento via consumo inclusivo. É aqui que as políticas de transferência de renda – cujo representante por excelência é o Programa Bolsa Família (PBF)³⁰ – entram em cena, acompanhadas das políticas de ampliação do acesso ao crédito. Graças a esse modelo, o consumo das famílias se tornou responsável por aproximadamente 61% do PIB entre 2003 e 2014 (Lavinas, 2017, p. 20).

No entanto, a influência dessas políticas na diminuição dos níveis de pobreza é apenas modesta, representando aproximadamente 10% (Lavinas, 2015, p. 41), enquanto o aumento nos

²⁹ Esses processos envolveram, Segundo Saad Filho (2015, p. 1229), sucessivas reformas para liberalizar importações e fluxos de capital financeiro, privatizar a indústria e a infraestrutura, flexibilizar as relações de trabalho, impor medidas de contração fiscal e monetária e promover a internacionalização de empresas nacionais.

³⁰ O Bolsa Família é um exemplo programa de transferência monetária condicionada não contributiva, que oferece pagamentos de pequenas quantias em dinheiro para famílias pobres, desde que os filhos estejam matriculados e frequentem a escola (Saad Filho, 2015, p. 1231).

salários reais, resultado do crescimento econômico notado na primeira década dos anos 2000, é destacado como o fator primordial na redução da pobreza³¹.

Essas medidas foram acompanhadas de intensas políticas de desoneração fiscal das classes mais altas, em especial de empresas³², tornando o sistema tributário cada vez mais regressivo³³³⁴.

Tomadas em conjunto, todas essas medidas indicam transformações muito menos quantitativas e muito mais qualitativas nas políticas sociais, diferentemente do que ocorre no cenário descrito por Nancy Fraser. Não se pode falar, assim, em recuo, retirada ou redução do Estado no âmbito social, mas de um reposicionamento de sua atuação, no sentido de não apenas abrir espaço para a exploração das atividades de reprodução social pelo setor privado, mas de fomentar uma nova forma dessas atividades serem realizadas. Percebe-se uma nova configuração da relação das famílias – especialmente das mulheres – com o campo da reprodução social.

Tanto é que os gastos do Estado brasileiro com as agendas sociais não necessariamente foram reduzidos em termos absolutos. Nesse sentido, é interessante notar que, entre 2010 e 2018, houve uma variação positiva de 3,6% na parcela de despesas públicas destinadas a benefícios sociais, passando de 12,4% para 16% do PIB (Pires; Orair; Gobetti, 2021). Pode parecer uma expansão tímida, mas que reflete o argumento até aqui exposto, de que há uma tendência de ampliação dos programas de transferência de renda, que acaba compensando a retração em outras áreas sociais. É o exemplo do gasto com a pasta da saúde, que passou de 3,51% do PIB em 2008, para 3,96% em 2018 (IEPS, 2023, p. 10). Houve um pico de investimento em 2012, com R\$ 166,1 bilhões, mas desde então a média de gastos anuais tem

³¹ Acredita-se que os aumentos no salário mínimo durante os anos 2000 tenham sido responsáveis por cerca de 75% da mudança no índice de Gini, que avalia a desigualdade social, ao passo que o Bolsa Família e outros programas de assistência financeira teriam contribuído com aproximadamente 15% para a redução da desigualdade nesse período (Lavinias, 2015, p. 41).

³² Nesse sentido: “Entre 2009 e 2016, o montante total das desonerações alcançou R\$ 1,9 trilhão em valores de dezembro de 2016. Desse total, 52% ou quase R\$ 1 trilhão são renúncias de receitas do orçamento da seguridade social” (Lavinias; Gentil, 2018, p. 204).

³³ É importante ressaltar que o Bolsa Família é financiado por meio de tributação indireta incidente sobre o consumo, inclusive de alimentos e outros bens de primeira necessidade, que em outros países são desonerados, para incentivar o consumo por famílias pobres. “Isso evidencia o elevado grau de regressividade dos sistema tributário brasileiro, onde os pobres, à medida que elevam sua integração ao mercado de consumo, contribuem diretamente para financiar a assistência. Estudo do IPEA (2010) avalia que aproximadamente 50% dos benefícios recebidos pelas famílias do Bolsa Família retornam ao Estado na forma de impostos” (Lavinias, 2015, p. 43).

³⁴ Encontra-se hoje em discussão no Congresso Nacional (com aprovação na Câmara dos Deputados e aguardando análise pelo Senado Federal) a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) n. 45/2019 que busca promover uma reforma tributária destinada a simplificar o sistema fiscal reunindo em um único imposto diversos tributos que possuem o consumo como base de incidência. Em tese, o objetivo é reduzir custos de operação do sistema tributário, sem necessariamente reduzir arrecadação, ao mesmo tempo estimulando a produtividade das empresas. No entanto, o cenário ainda é bastante incerto sobre os impactos dessa reforma.

permanecido em R\$ 127,1 bilhões (8,5% a menos). Assim, “desconsiderando os gastos adicionais com a pandemia, não houve crescimento real no gasto com saúde da União desde 2012” (IEPS, 2023, p. 23). Além disso, a maior parcela dos gastos públicos federais com saúde se destina a despesas correntes, havendo uma tendência de queda no investimento desde 2015 (IEPS, 2023, p. 24). Faz sentido ressaltar, ainda, que desde a Constituição Federal de 1988, o sistema previdenciário brasileiro passou por sete reformas no total, alterando as regras para obtenção de benefícios, em especial de aposentadorias.

De qualquer forma, alguns estudos mostram que, na verdade, a parcela dos gastos sociais em relação ao orçamento do governo federal como um todo pouco variou no período analisado. Ou seja, ainda que tenha havido retração em algumas áreas – com destaque para a saúde –, observa-se expansão em outras, o que denota a já mencionada transformação qualitativa da atuação estatal. O trecho a seguir, retirado de relatório elaborado pelo Senado Federal, resume algumas mudanças nos gastos sociais no Brasil entre 2006 e 2016:

Embora a participação do gasto social no total do orçamento federal não tenha variado de forma significativa nos últimos dez anos, observa-se, em termos absolutos, um crescimento real de 64% nas despesas. Esse aumento foi impulsionado não apenas pelos gastos previdenciários, cuja evolução influencia todo o grupo, mas também por avanços em quase todos os demais gastos sociais.

Dentre os demais gastos sociais, chamam atenção, em particular, as despesas com Educação. Os recursos despendidos nessa área passaram de R\$ 39,5 bilhões, em 2007, para R\$ 112,1 bilhões, em 2016, um crescimento real de 184% no período (Gráfico 14). A importância relativa dos gastos com Educação, que saltou de 19% para 29% de todo o gasto social (descontada a Previdência), se contrapõe à evolução das despesas da Saúde. Neste caso, a despeito desses gastos terem crescido 42% em termos reais no período, sua participação no gasto social caiu de 38% para 29%. Em resumo, há uma mudança relevante na composição do gasto social nos últimos dez anos, devido em especial ao deslocamento da importância relativa da Saúde para a Educação (Gráfico 15).

Os gastos com Assistência Social e Trabalho também tiveram crescimento significativo nos últimos dez anos. No primeiro caso, houve um crescimento real de 89% no período. Os gastos assistenciais (pelo critério adotado) representam cerca de um quinto do gasto social (exceto Previdência). No caso de Trabalho – composto basicamente das despesas com seguro desemprego, abono salarial e financiamentos ao setor produtivo com recursos do Fundo de Amparo ao Trabalhador (FAT) –, os gastos cresceram 109%, também representando atualmente cerca de um quinto do gasto social. (Senado Federal, 2017, p. 2-3).

O crescimento nos gastos com a pasta da educação se deve, muito provavelmente, à ampliação da rede de ensino superior federal, importante política promovida pelos governos

PT³⁵, bem como à implementação de programas de financiamento estudantil (FIES³⁶ e PROUNI³⁷), os quais possuem forte relação com o processo de financeirização da reprodução social, conforme explorarei mais adiante. Por outro lado, os programas de transferência de renda passaram a representar 2% do PIB e 8,4% da despesa total do governo federal em 2022, em comparação com 1,3% e 5,5%, respectivamente, em 2018 (TCU, 2023). Ao mesmo tempo, houve redução significativa nos investimentos em serviços de saúde, como já mencionado anteriormente.

Essas transformações ocorrem a despeito de intensos esforços de redução dos gastos sociais, como bem ilustra a adoção do mecanismo denominado Desvinculação das Receitas da União (DRU)³⁸. Trata-se de instrumento que permite que o governo federal utilize 20% dos impostos federais que, por lei, estavam inicialmente destinados a fundos ou despesas específicas. A maior parte, ou seja, 90% dos recursos da DRU, provém das contribuições sociais que originalmente eram designadas para financiar programas nas áreas de educação, saúde e previdência social. Esses recursos são liberados de suas obrigações originais para serem aplicados em quaisquer despesas prioritárias, incluindo o pagamento dos juros da dívida pública. A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 87/2015 aumentou a parcela desvinculada sobre a receita das contribuições sociais e outros fundos vinculados para 30% e prorrogou a validade da medida até 2023.

Assim, percebe-se uma mudança qualitativa importante no gasto social, na medida em que os programas de transferência de renda, ao invés de compreenderem uma política

³⁵ O principal programa voltado à educação superior federal no período é o Reuni (Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), implantado a partir de 2003. Segundo dados do Ministério da Educação (MEC), entre 2003 e 2015, a rede de ensino superior federal cresceu cerca de 85%, com uma ampliação de 45 para 63 universidades federais e 148 para 274 *campi* e demais unidades universitárias, resultando em uma duplicação da quantidade de vagas. Esse processo é caracterizado, ainda, pela interiorização da rede de universidades federais, elevando o número de municípios com unidades de ensino superior federal de 114 para 272 (um crescimento de 138%).

³⁶ O FIES, instituído pela Lei nº 10.260/2001, tem como objetivo principal a oferta de financiamento público para o acesso a instituições de ensino superior (IES) privadas, com o custeio de matrícula e mensalidades durante toda a graduação, tendo a Caixa Econômica Federal como agente financeiro, que oferece financiamento de até 100% dos encargos educacionais a taxas de juros mais baixas. Entre 2010 e 2014, o programa viu uma ampliação de 963% do número de contratos de financiamento firmados.

³⁷ O PROUNI foi criado por meio da Lei nº 11.096/2005 e é destinado a conceder bolsas de estudos integrais e parciais a estudantes de cursos de graduação em IES privadas, tendo como contrapartida a isenção fiscal às instituições de ensino que aderem ao programa.

³⁸ Inicialmente denominado Fundo Social de Emergência, estabelecido pela Emenda de Revisão nº 1 de 1994, essa medida foi subsequentemente prorrogada ao longo do tempo por meio de novas emendas à Constituição, permanecendo em vigor até os dias atuais. Ela implicou em um aumento da carga tributária, uma redução nas transferências para os municípios e estados, ao mesmo tempo em que foram adotadas ações para redirecionar as receitas oriundas da Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras (CPMF), da Contribuição sobre o Lucro Líquido (CSLL) e da Contribuição sobre o Faturamento das Empresas (Cofins), que originalmente deveriam financiar o Sistema Único de Saúde (SUS) e outros programas de assistência social, para o pagamento da dívida pública.

emergencial de alívio social, passam a representar uma política de Estado permanente – ampliada ainda mais no contexto da pandemia de Covid-19 –, que toma o lugar de medidas de transferência universal e financiamento de uma infraestrutura de serviços públicos (Saad Filho, 2015, p. 1231). O que se observa, portanto, é uma tendência à desuniversalização da política social, que implica em transformá-la cada vez mais em benefício creditício, ou seja, uma política individualizante e monetarizada. Essa transformação é peça chave para entender a inserção cada vez mais profunda das famílias no sistema financeiro.

Isso porque tem-se como resultado geral um cenário de insuficiência de recursos adequados para os serviços públicos, especialmente a saúde, levando a uma exploração adicional desses serviços pela iniciativa privada. E não só. Com programas de financiamento de estudos em instituições de ensino privadas, por exemplo, o Estado atua tanto como transferidor de recursos para a rede privada (por meio das isenções fiscais), bem como incentivador e intermediador da inserção das famílias no sistema financeiro. Como resposta a essa situação, observamos um aumento significativo na disponibilidade de planos de saúde, escolas particulares e universidades privadas, entre outras entidades, que oferecem serviços a preços mais acessíveis, em substituição à ineficácia e à falta de acesso aos equivalentes serviços públicos diretamente providos.

Dessa forma, o governo desempenha um papel ativo na promoção do processo de financeirização, diminuindo a disponibilidade de serviços públicos de alta qualidade e incentivando a população a procurá-los no setor privado. Os serviços de saúde, educação e previdência passam a ser encarados como novas oportunidades de exploração pelo setor financeiro (Lavinias; Gentil, 2018, p. 195).

Não à toa se observa no Brasil uma proliferação e intensa valorização de conglomerados que mantêm hospitais, planos de saúde, laboratórios, fundos de previdência privada, instituições de ensino básico e superior particulares, entre outros. Lavinias e Gentil (2018, p. 204) exemplificam:

O interesse pelos segmentos se deve ao potencial de crescimento: apenas 15% dos jovens entre 18 e 24 anos estão no ensino superior, e a meta do governo é dobrar esse percentual até 2025, facilitando o ingresso na rede privada. Da mesma forma, a permanente deterioração da provisão pública de saúde pressiona a demanda por serviços empresariais de forma constante. Tendo em vista a contenção da oferta pública no atendimento à população, ao menos nos próximos vinte anos (EC no 95/2017, do teto do gasto), abre-se um espaço atraente para os fundos de investimento.

A adesão das famílias de baixa e média renda a esses serviços privados é possibilitada, em grande medida, pela ampliação do acesso ao crédito. Para tanto, outras mudanças

institucionais foram cruciais, em especial a criação de novos instrumentos financeiros, com a promoção do crédito consignado, primeiro para servidores públicos e trabalhadores com carteira registrada, posteriormente expandido para aposentados e pensionistas do INSS (Lavinias, 2017, p. 21). Nesse sentido, atuaram também a criação do microcrédito, largamente utilizado para o consumo, e não para atividades produtivas, e o Programa de Inclusão Bancária, facilitando o acesso de beneficiários do Programa Bolsa Família ao cartão de crédito.

Segundo Lavinias (2015, p. 47), trata-se de “uma estratégia bem orquestrada de ampliação dos instrumentos de acesso ao mercado creditício, açambarcando na cauda da distribuição, notadamente, as classes mais pobres, antes excluídas desse mercado”. Como resultado, observa-se um intenso aumento do endividamento dessas famílias, conforme dados apresentados pela autora:

[...] se em 2001 o crédito correspondia a 22% do PIB, em dezembro de 2014 ultrapassava 58%. Saliente-se que o crédito à pessoa física respondia por 47% de toda a oferta de crédito nessa mesma data, sendo que a rubrica crédito livre (para consumo em geral, aquisição de veículo, consignado ou não consignado) equivale a quase 2/3 de todo o crédito à pessoa física. Seu volume triplicou entre 2007 e 2014. A título de ilustração, vale indicar que, entre 2003 e 2010, a quantidade de pessoas físicas clientes do SCR (CPFs distintos) identificadas com responsabilidade de empréstimo de no mínimo R\$ 5 mil cresceu 347%, ao passo que a das que tomaram empréstimo em valor inferior a R\$ 5 mil aumentou 352%. Em outras palavras, tanto os pequenos tomadores de crédito quanto os de maior poder aquisitivo registraram forte expansão, muito acima do crescimento da população adulta. (Lavinias, 2015, p. 48)

Esse modelo de desenvolvimento, pautado no crescimento via consumo, se mostrou cada vez mais limitado. A partir de 2011, com um cenário internacional desfavorável e a baixa nos preços das *commodities*, o Brasil passou a experimentar quedas sucessivas no PIB. Para incentivar a retomada do crescimento e da produtividade interna, foram adotadas novas medidas de incentivo fiscal para empresas, sendo a mais importante a desoneração da folha de pagamento de diversos setores industriais, entre 2012 e 2015.

Essas medidas, aliadas à manutenção da Desvinculação de Receitas da União, implicaram tanto em reduções no orçamento da seguridade social, afetando particularmente o sistema de saúde, como no crescimento do endividamento familiar. Se, em 2005, 18% das famílias se encontravam endividadas, em 2014 a porcentagem era de 46% (Lavinias, 2017, p. 21), chegando a 78,5% em 2022 (CNC, 2023). Como os serviços públicos de saúde e educação são insuficientes para atender satisfatoriamente à população, a busca por esses serviços no setor privado cresceu com o incentivo do Estado. Isso significa que a renda disponível das famílias

reduziu drasticamente, colocando sob permanente risco a sua capacidade de atender às demandas de reprodução social.

Ou seja, a promoção da desuniversalização das políticas sociais, aliada ao incentivo à universalização do crédito significou, de um lado, a abertura de um novo e amplo mercado disponível à exploração pelo capital financeiro e, de outro lado, o profundo endividamento das famílias. A dívida com o FIES, por exemplo, chegou em 2014 ao valor de R\$ 35 bilhões – o que representa 1,5% do PIB daquele ano –, a uma taxa de inadimplência de 47% (Lavinias; Gentil, 2018, p. 208)³⁹.

Como consequência, a renda disponível das famílias no Brasil permanece em níveis muito baixos, devido a três fatores principais: em primeiro lugar, o salário médio *per capita* ainda é relativamente baixo, apesar de seu aumento em termos absolutos ao longo do tempo; em segundo lugar, uma parcela crescente dessa renda é direcionada para despesas com serviços privatizados, como saúde e educação; em terceiro lugar, uma parte significativa dessa renda é destinada ao pagamento de impostos em um sistema tributário que se torna progressivamente mais injusto.

Nesse contexto, ao invés de desempenhar um papel fundamental na mitigação da vulnerabilidade e na redução da pobreza, proporcionando condições mínimas para uma existência material digna através do acesso a serviços públicos, a política social no Brasil passa a ter um papel secundário, direcionando o acesso ao sistema financeiro e impulsionando o consumo, o qual estava contido devido aos salários relativamente baixos (Lavinias, 2015, p. 52).

Isso leva a um aumento nos gastos sociais, mas que, na verdade, realça “o papel central da política social no novo ciclo de acumulação financeira” (Lavinias; Gentil, 2018, p. 198), caracterizado pelo subfinanciamento dos serviços sociais. Como já mencionado, essa estratégia está ligada aos programas de transferência de renda e ao acesso ao crédito, permitindo que um grande número de famílias de baixa renda seja integrado de forma massiva no mercado de consumo.

Nesse contexto, Lavinias e Gentil (2018, p. 195) identificam uma ambiguidade e um paradoxo na estratégia adotada pelos governos no Brasil:

Entre as ambiguidades, observa-se um alargamento do campo de direitos— inclusive individuais—em meio a um processo de mercantilização e

³⁹ O governo federal, sob o terceiro mandato do Presidente Lula, lançou em 17 de julho de 2023 o programa Desenrola Brasil, que busca incentivar a renegociação de dívidas de pessoas com renda mensal de até R\$ 20 mil na primeira fase, e de até dois salários-mínimos (R\$ 2.640) na segunda fase. O objetivo é que pessoas endividadas possam “limpar” seus nomes e, assim, voltar a realizar compras a prazo e empréstimos. Trata-se de política destinada a, novamente, incentivar o endividamento como ferramenta para inclusão social via consumo.

financeirização, cujo resultado mais imediato foi a incorporação ao mercado de consumo de massa, de forma definitiva, de algumas dezenas de milhões de pessoas, muitas delas até então tendo sua reprodução assegurada em boa parte fora da lógica mercantil. Já o paradoxo reside na indiferença de um governo, em tese comprometido com uma agenda democrático-popular, para com as consequências catastróficas de suas estratégias de desenvolvimento e de suas coalizões políticas, que fomentaram a mercantilização e a despossessão e assim alimentaram a dominância da acumulação financeira. O argumento central é de que o período 2003–2016 ocultou o aprofundamento do processo de delegação, ao setor financeiro, de serviços tradicionalmente prestados pelo Estado no campo da proteção social. E mostra que a financeirização ganha escala e escopo ao alcançar a esfera da reprodução social.

Esse cenário é aprofundado durante o governo de Michel Temer – alçado a Presidente da República após um processo de impeachment da presidente Dilma Rousseff, cuja legalidade e legitimidade é amplamente questionada –, marcado por uma radicalização da política neoliberal. Suas principais marcas são: (i) a reforma trabalhista, que flexibilizou inúmeros direitos trabalhistas presentes na Constituição Federal e na Consolidação das Leis do Trabalho, avançando ainda mais o processo de precarização do trabalho e aprofundamento da insegurança nas relações de emprego; (ii) a Emenda Constitucional n. 95/2016, que instituiu um teto de gastos públicos por um período de 20 anos, limitando o crescimento real dos gastos primários e suspendendo as obrigações, impostas aos diversos órgãos de governo, de empregar percentuais mínimos do PIB em saúde e educação; (iii) o corte em programas sociais, como o Minha Casa, Minha Vida, o próprio Bolsa Família e o Farmácia Popular; e (iv) o Programa de Recuperação Fiscal, que possibilitou o perdão de dívidas tributárias de entes públicos e privados.

O governo de Jair Bolsonaro, por sua vez, foi eleito com a promessa de aprofundar as medidas neoliberais de corte de gastos, desoneração e flexibilização econômica. Com efeito, no primeiro ano de governo, o projeto de ajuste fiscal envolvia principalmente o congelamento do valor real do salário-mínimo nacional e dos salários de servidores federais, o que de fato foi implementado. Havia, ainda, a proposta de revisão orçamentária dos fundos públicos, destinados a investimentos em áreas específicas. Na área trabalhista, duas medidas provisórias propostas pelo governo que buscavam flexibilizar ainda mais as relações de emprego foram rejeitadas no Congresso Nacional, além da PEC que propunha a redução da jornada de trabalho dos servidores públicos em 25%, com redução equivalente nos vencimentos.

Vê-se que, inicialmente, havia um esforço de dar continuidade e aprofundar as medidas de cunho neoliberal propostas durante o governo de Michel Temer. No entanto, a relação dificultada com o Poder Legislativo no primeiro ano de governo impediu a adoção de muitas das medidas pretendidas pelo governo Bolsonaro. Essa situação se agravou muito com a

pandemia de Covid-19, que acabou obrigando o governo a adotar uma postura de neoliberalismo pragmático (Araújo, 2023, p. 6). Ainda assim, foram levadas a cabo medidas de privatização de empresas públicas e de desoneração fiscal (com a limitação da alíquota de ICMS sobre combustíveis, como medida para contenção da inflação, e isenção do PIS/Cofins para instituições financeiras).

De qualquer forma, a pandemia impôs uma transformação importante na tendência do governo Bolsonaro, já que exigiu aumento dos gastos públicos para lidar com os efeitos da crise sanitária. Nesse contexto, o governo federal ultrapassou o teto de gastos em R\$ 794,9 bilhões durante todo o mandato. Boa parte do orçamento federal nesse período foi ocupado pelo custeio do programa Auxílio Brasil – reformulação do PBF, que integrou as medidas emergenciais da pandemia. Ainda assim, o balanço geral do governo é de avanço das medidas de austeridade e redução do Estado:

De fato, a pandemia da Covid-19 provocou, no âmbito econômico, recessão mundial, e seus efeitos sobre a economia brasileira foram inequívocos. Neste quesito, a ação governamental foi marcada por um pragmatismo que se manifestou na expansão fiscal e na flexibilização das políticas monetária e financeira. Este pragmatismo, contudo, não significou mudanças mais profundas no modelo econômico. Ao contrário, a opção pela sua manutenção determinou que as ações de enfrentamento aos efeitos econômicos da pandemia fossem modestas. Na política fiscal, o aumento do gasto em 2020 foi rapidamente revertido e, na média, o governo Bolsonaro registrou uma das mais baixas taxas de expansão do gasto; a opção pela manutenção do teto de gasto, a despeito do “furo” de R\$ 800 bi, impediu que o aumento de arrecadação obtido entre 2021 e 2022 por efeito da recuperação econômica, inflação e aumento dos preços das commodities se convertesse em mais gastos que teriam efeitos expansivos; [...]. A busca pelo equilíbrio fiscal foi obtida ao custo de um desmonte do Estado brasileiro em sua capacidade de articular e executar políticas públicas, sem entregar o crescimento vigoroso do PIB. Passados os efeitos imediatos da pandemia, a agenda de redução do Estado voltou a ganhar protagonismo, mesmo nos marcos do outro pragmatismo, agora o eleitoreiro, durante a campanha de Bolsonaro pela reeleição. Mesmo este pragmatismo foi buscado sem comprometer os cânones de seu modelo econômico mais geral. (Araújo, 2023, p. 28)

A política social restritiva, mesmo considerando a ampliação dos gastos com programas de transferência de renda de forma emergencial durante a pandemia de Covid-19, trouxe efeitos importantes para a vida das mulheres nesse período. Alguns dados ajudam a entender esse cenário⁴⁰:

⁴⁰ Dados obtidos do relatório “Esgotadas”, da ONG Think Olga, publicado em 2023. Disponível em: <<https://lab.thinkolga.com/wp-content/uploads/2023/10/LAB-Esgotadas-4out-1.pdf>>

- Em maio de 2023, a taxa de desemprego de mulheres foi de 10,8%, enquanto entre homens foi de 7,2%. Essa diferença é maior entre pessoas pretas e pardas (20,4%) e pessoas brancas (6,8%);
- As mulheres têm salários que correspondem, em média, a 78% do que ganham homens, considerando o mesmo trabalho, função e cargo;
- Isso tem a ver com o processo de feminização da pobreza: as mulheres são as principais ou únicas provedoras em 38% dos lares; em 2021, 62,8% das pessoas que viviam em domicílios chefiados por mulheres sem cônjuges e com filhos menores de 14 anos estavam abaixo da linha da pobreza; a quantidade de mulheres que não teve dinheiro para alimentar a si ou a sua família aumentou de 33% em 2019 para 47% em 2021 (enquanto para os homens as taxas permaneceram estáveis – entre 27% e 26% no mesmo período);
- Em 2019, as mulheres dedicavam 21,4 horas semanalmente às tarefas domésticas, em contraposição a 11 horas dedicadas pelos homens;
- Como resultado dessa sobrecarga e da instabilidade financeira, 1 em cada 4 mulheres viviam com algum transtorno mental no Brasil, antes da pandemia. Durante a crise sanitária, porém, houve um aumento de 67% nos casos de transtornos depressivos e 68% nos casos de ansiedade entre mulheres⁴¹.

De um lado, o Estado passa a lidar com a responsabilidade pela reprodução social por meio da transferência de renda. As famílias, de outro lado, submetidas a regimes extenuantes e precarizados de trabalho, com sua renda disponível profundamente reduzida, não são capazes de assumir essa responsabilidade. Resta ao setor financeiro, por meio da mercantilização de serviços de reprodução social e pelo endividamento das famílias, o gerenciamento da reprodução social. Isso significa que as famílias reduzem significativamente o uso dos serviços públicos de saúde, educação, assistência social, previdência etc., e passam a buscar esses

⁴¹ Outros aspectos da realidade brasileira merecem ser considerados. Um deles é o fato de que, no Brasil, a herança colonial exerce papel essencial na organização do trabalho de cuidado, conforme Saffioti já apontava. Observa-se no país uma alta incidência de terceirização do trabalho doméstico desde muito antes das transformações trazidas pelo neoliberalismo. A tendência que se observa em período recente é, na verdade, de substituição do modelo de emprego doméstico (em que o profissional trabalha mais de dois dias por semana na mesma casa) pelo de diarista, o que implica em uma profunda informalização desse tipo de trabalho (já que à diarista não se exige registro em carteira de trabalho, sendo desnecessário o pagamento de diversas verbas trabalhistas). Segundo o IBGE, em 2013, havia 1,9 milhões de trabalhadoras domésticas com carteira assinada, índice que foi reduzido a 1,5 milhões em 2022 – o que representa 25% do total de 6 milhões de trabalhadoras domésticas no Brasil. O corte racial, nesse caso, é essencial – o que reforça a tese da influência do passado colonial: 67% das trabalhadoras domésticas são negras, sendo que 53,3% delas são chefes de família (Resende *et al*, 2023, p. 8). Vê-se, assim, uma tendência de desvalorização desse tipo de trabalho, mesmo quando realizado de forma remunerada, que se reflete também nas diferenças salariais já apontadas.

serviços no setor financeiro, aderindo a planos de saúde privados, escolas e universidades particulares, programas de previdência privada oferecidos por bancos e instituições financeiras, além do endividamento para consumo de bens duráveis e não duráveis, com cartão de crédito, crediário, empréstimo consignado etc. Tudo isso auxiliado e, as vezes, possibilitado pela transferência de benefícios monetários pelo Estado. Nesse sentido:

Na forma de benefícios em dinheiro, a política social agora serve como garantia para acessar o setor financeiro, especialmente empréstimos (Lavinias 2018). Como garantia, ela se torna um ativo que garante o pagamento do empréstimo e reduz o risco de inadimplência. Assim, um fluxo de renda regular garantido pelo Estado na forma de aposentadorias, pensões e todos os tipos de transferências de renda (condicionadas ou não) estabelece um novo vínculo com o setor financeiro por meio de dívidas e da aquisição de uma gama crescente de produtos financeiros. (Lavinias, 2022, p. 14)

Esse novo regime de bem-estar social nada mais é do que uma função adicional agora atribuída à política social – nesse caso, adaptada à lógica do capitalismo financeiro. Paulani (2015:27) explica que “a lógica financeira, externa e alheia às necessidades da produção, foi internalizada pelo setor produtivo”. Poderíamos dizer que ela também foi internalizada pela política social, na esfera da reprodução social, que é, portanto, recomodificada sob a égide do capitalismo dominado pelas finanças. Isso se manifesta na aquisição de assistência médica, empréstimos universitários e todos os outros tipos de seguro, mas não exclusivamente. A inovação financeira colocou os “empréstimos individuais vinculados à renda” como um dos principais eixos da dinâmica mais ampla da securitização. (Lavinias, 2017, p. 31)

A financeirização subsume progressivamente o domínio da reprodução social, explorando novos ativos que fornecem fluxo constante de renda, abrindo caminhos ainda pouco trilhados para a extração de recursos e lucro (Lavinias, 2022, p. 14). Esse aspecto essencial é pouco considerado no diagnóstico proposto por Nancy Fraser.

O sistema de bem-estar social originalmente proposto no contexto brasileiro passou por mudanças estruturais significativas. Essa transformação foi alimentada por um padrão de empréstimos repetidos, o que permitiu que as finanças assumissem o controle da política social. Ao usar dívidas para comprar bens, serviços e ativos que oferecem proteção contra riscos inesperados, indivíduos e organizações podem ter acesso à liquidez imediata. No entanto, essa abordagem também torna as famílias mais vulneráveis e aumenta os custos da reprodução social, onerando ainda mais sua renda, já significativamente prejudicada pelo endividamento crescente. Como resultado, a sociedade se torna mais dependente do mercado financeiro e o Estado desempenha um papel fundamental nesse processo de transformação da política social, estabelecendo regras e regulamentações que priorizam o capital que rende juros em detrimento do bem comum.

3.3 A financeirização como chave para compreender a reprodução social sob o capitalismo neoliberal

A breve apresentação do contexto brasileiro no item anterior serve de parâmetro para questionar a forma como o problema da reprodução social no capitalismo contemporâneo é colocado por Nancy Fraser e por boa parte da literatura da TRS que tem explorado a chamada crise da reprodução social.

Há, porém, uma outra parcela dessa literatura que se mostra muito mais atenta aos processos de financeirização também no centro do capitalismo, conforme também já explorado no primeiro capítulo. A abordagem sobre financeirização das políticas sociais no Brasil, apresentada acima, está em linha e complementa algumas das contribuições sobre reprodução social no neoliberalismo que têm sido debatidas nos últimos anos. Analisar a realidade brasileira, onde as desigualdades são mais visíveis e se escancaram mais as consequências dos processos de financeirização sobre a reprodução social, serve, também, para observar o que nem sempre é possível acessar nos estudos focados no Norte Global.

A proposta deste item é, portanto, estabelecer um diálogo entre o que foi explorado no item anterior sobre o Brasil e a literatura da reprodução social que está preocupada com os processos de financeirização na Europa e nos Estados Unidos. Como se verá, esse conjunto de trabalhos ainda apresenta, por vezes, aproximações à abordagem proposta por Nancy Fraser, mas traz algumas nuances importantes para a reflexão desenvolvida nesta tese.

Uma das autoras que propõe um diagnóstico para a chamada crise de reprodução social é Emma Dowling. A autora reconhece a existência, no capitalismo contemporâneo, de desestabilizações no campo da reprodução social, que Fraser atribui a uma contradição em relação ao campo da produção. Dowling, porém, coloca a questão em termos de uma contradição entre acumulação de capital e reprodução social, algo que ocorre em toda e qualquer economia capitalista (Dowling, 2021, pp. 36-37). A partir de uma análise de dados acerca das mudanças nas políticas sociais no Reino Unido, a autora propõe sua própria concepção acerca da crise do cuidado.

Na abordagem proposta por Dowling, parece haver uma maior ênfase no processo de financeirização propriamente dito, algo que é também importante para a abordagem de Fraser, mas que parece exercer mais um papel de contextualização, e não de elemento essencial da crise do cuidado. Para Fraser, a financeirização é o plano de fundo geral sobre o qual se desenvolvem os processos de retração do Estado de bem-estar social e de reprivatização das atividades de reprodução social.

Em outra toada, para Dowling, a financeirização parece se o motor central desses processos indicados por Fraser. Para a autora, o que ocorre em todo esse processo é uma penetração cada vez mais profunda da lógica financeira de extração de riqueza sobre a “fábrica social” e “no interior dos reinos do cuidado e da reprodução social” (Dowling, 2021, pp. 70-71). Assim, as reformas promovidas sob os auspícios da austeridade teriam a função de “convidar” o capital financeiro para dentro do campo do bem-estar social, enquanto o vazio aberto pela retirada do Estado é preenchido pelas finanças privadas (Dowling, 2021, p. 71).

Há, porém, um traço comum importante entre as duas abordagens, que é a ênfase nas instabilidades geradas pelo processo de reprivatização (Fraser) ou de financeirização (Dowling) da reprodução social. Está também presente no diagnóstico de Dowling a ideia de que a crise do cuidado está relacionada a mudanças na organização das atividades de reprodução social e redistribuição das correspondentes responsabilidades, o que promove um esgotamento dos recursos disponíveis para realizar tais atividades:

A austeridade foi apresentada como uma questão urgente de sobrevivência coletiva, ao mesmo tempo em que se continuou confiando que aqueles que cuidam continuariam a fazê-lo, colocando a população a serviço da consolidação do capitalismo financeirizado e reorganizando as relações entre Estado, mercado e sociedade. Entretanto, o tipo de acumulação financeirizada que é promovida dessa forma não pode criar a desejada estabilidade, porque ela simplesmente exaure os próprios recursos sobre os quais ela busca lucrar. (Dowling, 2021, p. 71)

A abordagem de Dowling acrescenta um aspecto importante em relação à proposta de Fraser, que é entender como esse processo de penetração das finanças sobre o âmbito da reprodução social provoca uma mudança de paradigma do bem-estar social promovido pelo Estado para um “bem-estar” garantido pelo mercado sob a lógica do risco. Nesse ponto, fica evidente a importância do fenômeno do endividamento para o diagnóstico de Dowling. A autora capta uma nuance ausente na proposta de Fraser, no sentido de que a reprivatização da reprodução social envolve a imposição de uma lógica que incentiva as famílias a conquistarem sua estabilidade social e financeira por meio da aquisição de ativos – o que se dá, evidentemente, através do endividamento.

A autora busca demonstrar seu ponto apresentando dados sobre a expansão do sistema de financiamento imobiliário no Reino Unido a partir dos anos 2000, que acompanhou a retração dos programas de moradia social promovidos pelo Estado britânico. Para Dowling, é central nesse processo a ideia de que é necessário “adquirir ativos para assegurar a subsistência” (2021, p. 82), ao invés de depender da ajuda do Estado. Nesse contexto, “a vida se torna muito mais

diretamente conectada à indústria dos serviços financeiros e exposta às vicissitudes dos mercados financeiros globais e aos riscos de crises econômicas” (Dowling, 2021, p. 82).

Outras autoras contribuem para entender o processo de financeirização da reprodução social. Susan Himmelweit (2017a), por exemplo, descreve a passagem para o regime do capitalismo financeiro como um abandono do compromisso de classes que permitiu o desenvolvimento do Estado de bem-estar europeu. Para a autora, esse compromisso apenas foi possível tendo em vista que a classe capitalista reconheceu a existência de um entendimento comum com a classe trabalhadora de que há benefícios em prover as atividades de reprodução social de forma coletiva (Himmelweit, 2017a, pp. 10-11). Assim, fazia sentido para os capitalistas atender a determinadas demandas da classe trabalhadora, fornecendo serviços sociais e garantindo direitos trabalhistas, como forma de promover uma classe trabalhadora saudável e capaz de “gerar demanda suficiente” (Himmelweit, 2017a, p. 10) para os produtos da crescente indústria.

No entanto, esse compromisso de classe apenas foi possível em um momento em que a classe capitalista dependia da existência de uma classe trabalhadora nacional – isso mudou drasticamente com a chamada globalização do mundo, à medida em que foram se consolidando as condições de possibilidade para mobilidade internacional de mão de obra cada vez mais intensa e para processos de terceirização e externalização da produção. Como consequência, não havendo mais essa dependência em relação a uma classe trabalhadora nacional consumidora, o apoio à solução coletiva para a reprodução social naturalmente foi neutralizado (Himmelweit, 2017a, p. 11).

Para Himmelweit, esse processo tem a ver com o crescente domínio da lógica financeira sobre outros setores da economia:

[Esse processo] tem envolvido não apenas o crescimento do setor financeiro, mas a crescente dominação das atividades de setores não-financeiros da economia por motivos e transações financeiras em busca de “valor de investimento” (Lapavitsas, 2014). Em termos marxistas, isso significou que os interesses do capital financeiro se tornaram a expressão dos interesses de todo o capital, tanto em termos de ideologia e de política, com o conceito “neoliberalismo” atribuído a ambos (Duménil & Levy, 2004). (Himmelweit, 2017a, p. 12).

A descrição da autora tem como pressuposto uma diferenciação entre capital industrial e capital financeiro, sendo que o segundo (em contraposição ao primeiro) não teria qualquer interesse nas condições de reprodução social: “Em sua tentativa de extrair o máximo de lucro, os custos coletivos da reprodução social são uma despesa desnecessária” (Himmelweit, 2017a, p. 12). O interesse do capital financeiro, na verdade, está justamente na precarização das

condições de provimento das atividades de reprodução social, pois isso gera demanda por serviços financeiros, como o financiamento de moradia por meio de hipoteca, a contratação de seguros e planos de saúde privados, entre outros.

O domínio do capital financeiro gera, assim, uma dependência das famílias em relação ao mercado, no lugar do Estado. Nesse ponto, Himmelweit destaca também, assim como Dowling, a importância de compreender o endividamento das famílias como elemento essencial da financeirização da reprodução social:

Tais produtos financeiros também fizeram com que os lares se endividassem, de forma que a securitização de dívidas completou o que Adrienne Roberts (2016) chama de “financeirização da reprodução social”. As capacidades reprodutivas das famílias são, portanto, cada vez mais dependentes na sua aquisição tanto de produtos financeiros como de cuidado. E como as empresas provedoras de cuidado se tornaram ainda maiores e concentradas, elas também fornecem oportunidades lucrativas para o capital financeiro por meio de uma engrenagem financeira complexa (Burns et al, 2016). Em outras palavras, o cuidado se tornou ainda mais dependente do engajamento direto ou indireto dos lares com o sistema financeiro global. Emprestar para empresas não constituiu o negócio principal de bancos e outros intermediários financeiros durante a era neoliberal; emprestar para os lares se tornou uma fonte muito mais importante de lucro, com o financiamento imobiliário, e sua relação evidente com a reprodução social, liderando o processo. Isso tem sido apontado por muitos como uma mudança no modo de apropriação excedente do capital financeiro (Bryan et al., 2009). (Himmelweit, 2017a, pp. 13-14)

A financeirização da reprodução social possui, portanto, dois lados: a promoção de políticas de austeridade, que minam a estrutura do Estado de bem-estar social, transferindo a carga de responsabilidade pela reprodução social para as famílias; e o deslocamento do risco social decorrente das necessidades de subsistência da família do Estado para o mercado financeiro, gerando novas oportunidades de lucro para este setor da economia. Esse processo se encontra em curso desde muito antes da crise financeira de 2008 (Himmelweit, 2017a, p. 14), momento que constituiu apenas uma oportunidade única para aprofundar a agenda neoliberal de ampliação da financeirização (Himmelweit, 2017b, p. 195).

Adrienne Roberts (2013) descreve esse processo como o deslocamento da dependência econômica e social da mulher em relação ao homem para uma dependência em relação ao mercado – a cidadania baseada no acesso ao Estado de bem-estar social daria lugar a uma cidadania de mercado, em que os riscos sociais são mediados por produtos financeiros.

Assim como Himmelweit, Roberts entende que uma consequência chave do processo de financeirização é a dependência das famílias em relação ao crédito “como forma de obter as mercadorias necessárias para sua reprodução (alimentos, moradia, roupas, etc.)” (Roberts, 2016, p. 142). Isso tem como efeito o comprometimento de parcelas cada vez mais amplas dos

salários para pagamento dos juros das dívidas, o que resulta, por sua vez, na intensificação da expropriação financeira das famílias. Nesse sentido, compreende-se que a reprodução social passa a representar “uma fonte de mais valor, na forma de pagamento dos juros” (Roberts, 2016, p. 142).

A crise da reprodução social é representada por Roberts como um efeito da “tensão entre acumulação de capital e formas sustentáveis de reprodução social” (Roberts, 2016, p. 145). Há, assim, no diagnóstico de Roberts, uma proximidade com a abordagem de Nancy Fraser, no sentido de entender o processo de financeirização da reprodução social e a consequente crise do cuidado como fruto de contradições entre produção e reprodução, ou entre acumulação de capital e o que seria uma forma virtuosa de provimento das atividades de reprodução social.

Há na abordagem de Adrienne Roberts a mesma ideia de que a transferência da carga de responsabilidade pela reprodução social do Estado para as famílias – ou a reprivatização da reprodução social – e sua mediação via produtos financeiros e endividamento, “reproduzem formas de desigualdade e diferença baseadas no gênero” (Roberts, 2016, p. 153). As mulheres, além de aumentarem sua carga de trabalho não pago (de reprodução social), de ampliarem suas cargas horárias de trabalho pago, são, ainda, mais suscetíveis aos riscos relacionados à insegurança alimentar e de moradia, bem como possuem maior tendência ao superendividamento, especialmente em razão das desigualdades de renda e acesso à riqueza (Roberts, 2016, p. 157).

Como se vê, o traço comum desses diagnósticos sobre a crise da reprodução social parece ser a ideia de que o processo de financeirização – ao qual se dá mais ou menos ênfase conforme a abordagem – expõe de forma ainda mais acentuada a contradição entre as esferas de produção e reprodução social, como já era apontado pelas primeiras abordagens da TRS desde a década de 1980. Este seria um aspecto da sociedade capitalista contemporânea ignorado pelas abordagens críticas da economia política a respeito do neoliberalismo, lacuna esta que a TRS busca preencher.

Essa contradição entre acumulação de capital e reprodução social, exacerbada ou instabilizada sob o domínio da lógica financeira, implicaria uma supressão ou um estrangulamento das capacidades da sociedade de se reproduzir de forma sustentável – o que se traduz na ideia de crise, e que abre espaço para a penetração cada vez mais intensa do capital financeiro. Este, por sua vez, multiplicaria sua capacidade de extrair lucro a partir da precarização das condições de vida das famílias.

Fica evidente, assim, o paralelo com o caso brasileiro e como os diagnósticos acabam se convergindo quando se coloca como central o processo de financeirização. Este envolve, tanto

em um caso como no outro, uma precarização das condições de provimento das atividades de reprodução social tanto pelo Estado como pelas famílias, abrindo caminhos para a exploração por parte do capital financeiro – tanto por meio do fornecimento desses serviços pelo setor privado, como por meio do endividamento.

No entanto, há um detalhe importante na análise sobre o Brasil que pode complementar os diagnósticos propostos pela TRS. O que o exemplo brasileiro mostra é que o processo de financeirização não depende necessariamente da redução do tamanho do Estado ou de sua retirada da área social. O domínio das finanças pode conviver plenamente com tendências de ampliação dos gastos sociais⁴². O que importa, na realidade, é o tipo de política social que se propõe e como, nos termos propostos por Lena Lavinas, ela se articula com os processos de financeirização.

Assim, parece insuficiente ou parcial uma abordagem, como é o exemplo de Fraser e até mesmo, em alguma medida, de Himmelweit, que associa de forma estanque a existência de um Estado presente nas atividades de reprodução social ao modelo de capitalismo industrial que permitiu uma forma específica de organização dessas atividades. O caso brasileiro demonstra que é possível o convívio entre exemplos concretos de Estado social com processos de financeirização – diagnóstico que pode ser estendido a outros casos em que não há uma política tão clara de ataque a esses serviços, como outros países na Europa continental, na Ásia e em outras partes do mundo, com trajetórias diversas daquelas observadas no Reino Unido e nos Estados Unidos, por exemplo.

Por isso a chave trazida por Lena Lavinas, que coloca ênfase na financeirização das políticas sociais – e não somente das atividades de reprodução social – é crucial para compreender esses processos. Ela contribui sobremaneira para superar a dicotomia entre capitalismo industrial – caracterizado pela promoção de políticas sociais capazes de em alguma medida subsidiar os recursos necessários para a reprodução social – e capitalismo financeiro – em que a ausência/redução de políticas sociais significaria o oposto: a escassez de recursos para a reprodução social. Essa visão impede de compreender as diversas formas como políticas sociais podem se articular com o capital (financeiro ou industrial), e como essa articulação influencia a organização da reprodução social.

⁴² Tal constatação não vale somente para o Brasil, conforme demonstra, por exemplo, estudo de Moos (2021). Segundo a autora, entre o fim do século XX e o início do XXI, o custo da reprodução da força de trabalho começou a exceder em muito os custos de sua contratação nos Estados Unidos, devido inclusive à estagnação do salário real. Ao mesmo tempo, apesar do ataque à universalidade dos direitos sociais e do discurso de austeridade, os gastos do Estado com benefícios sociais aumentaram em diversos momentos desse período.

Essa problematização que aqui proponho passa por considerar que os diagnósticos propostos pela TRS para explicar a organização da reprodução social do capitalismo contemporâneo pressupõem uma forma específica de ver o capitalismo financeirizado, sempre colocado em contraposição a um capitalismo produtivo, o que acaba esbarrando em dicotomias entre produção e reprodução e economia e sociedade.

No item a seguir, proponho rever essa dicotomia entre capitalismo produtivo e capitalismo especulativo, com vistas a tentar compreender um pouco mais a fundo o sentido da financeirização no que diz respeito à reprodução social, buscando me abster das já mencionadas dicotomias.

3.4 Um retorno a abordagens dualistas?

Conforme já mencionado, um traço em comum entre as abordagens sobre crise da reprodução social aqui descritas é que tomam como pressuposto uma diferenciação estanque entre capitalismo industrial e capitalismo financeiro, ou especulativo. As diferentes abordagens o fazem a partir de fundamentos teóricos diversos. Começemos pela proposta teórica de Nancy Fraser.

Como descrito no item dedicado à sua análise, em seus trabalhos mais recentes, Fraser parece se distanciar do paradigma habermasiano que norteou seus estudos até então, buscando aproximar-se de uma crítica marxista do capitalismo contemporâneo. Porém, conforme apontado por Chris O’Kane (2021), a autora nunca chega a abandonar a noção de Habermas sobre contradições e crises do sistema capitalista.

Para Habermas, as contradições do capitalismo e sua tendência à crise correspondem a problemas sistêmicos que ameaçam a própria manutenção do sistema e a coesão social (O’Kane, 2021, p. 212). Essa constatação pressupõe uma separação entre duas esferas da sociedade: o mundo da vida e o sistema, cuja definição foi resumida por Gonçalves (2017, p. 1034) da seguinte forma:

De um lado, o mundo da vida, horizonte do agir comunicativo livre de coação e pressão, que se estrutura por meio da socialização das personalidades individuais (processos de aprendizagem que constituem a identidade pessoal necessária à interação), da reprodução cultural (repositório de experiências utilizado pelos atores para a interpretação de seus diversos contextos) e da integração social (conjunto de normas legítimas que viabilizam a solidariedade), onde estão ancoradas a esfera privada, a sociedade civil e a esfera pública (Habermas 1988: 208 ss). De outro, se encontra o sistema, espaço de reprodução de ações instrumentais e estratégicas orientadas por uma racionalidade com respeito aos fins, em que operam os meios dinheiro e poder (Habermas 1998: 428).

A questão central da sociologia habermasiana estaria, então, no entendimento da sociedade contemporânea como caracterizada pela colonização do mundo da vida pelo sistema, o que se traduz na ideia de uma patologia social que desestabiliza a integração social. Essa concepção dual da sociedade evoca, em certa medida, a conceituação de Fraser sobre crise, a qual decorre da tendência desestabilizadora que o processo de colonização dos terrenos ocultos (*hidden abodes*) pela economia produz. Nesse sentido explica O’Kane:

Fraser retoma e desenvolve os “dois níveis da sociedade” de Habermas em termos de uma oposição dualista historicamente específica entre a economia e suas condições de base (mundo da vida). As lacunas na crítica de Fraser ao capitalismo como uma ordem social institucionalizada pode ser explicada se sua teoria é vista como reunindo a concepção inicial de Habermas sobre o capitalismo, contradição e crise com a noção tardia de Habermas sobre patologia social e funcionalismo normativo, e como baseada na concepção habermasiana de teoria crítica. (O’Kane, 2021, p. 226)

Ainda em proximidade com Habermas, para Fraser, as desestabilizações provocadas quando a economia ultrapassa sua fronteira e impõe sua lógica aos terrenos ocultos podem ser superadas mediante o fortalecimento de movimentos sociais que reforçam as normas não-econômicas que caracterizam esses terrenos ocultos e que apelam ao Estado e ao direito para regular o alcance da economia sobre eles. Isso seria possível por meio de um Estado democrático que regula cada um desses sistemas ocultos segundo sua própria lógica normativa (O’Kane, 2021, p. 213).

Essa linha de pensamento pressupõe uma clara separação entre produção e reprodução social, que, por sua vez, traduz uma dicotomia entre economia e sociedade. Trata-se de um tipo de dualidade muito presente nas abordagens que partem de uma noção de acumulação típica do capitalismo industrial, que coloca em polos opostos a esfera da economia real, onde se desenvolve o trabalho produtivo e industrial, e a esfera da reprodução, relativa ao espaço doméstico, onde são desenvolvidas atividades não econômicas, relacionadas à manutenção da vida – e que acaba sendo colonizada pela primeira no contexto do capitalismo financeiro.

O problema desse tipo de abordagem é que ele deixa de captar satisfatoriamente a forma como produção e reprodução social se articulam. Fraser explica como a esfera da economia depende, para sua manutenção, dos terrenos ocultos (a natureza, a reprodução social e a política), mas não esclarece, por outro lado, como esses sistemas são influenciados, determinados ou condicionados pela economia.

Além disso, os terrenos ocultos e suas lógicas normativa internas (não-econômicas) são colocados em termos de condições trans históricas de realização de atividades que “constituem

e sustentam a vida necessária para que o trabalho possa criar riqueza” (O’Kane; Munro, 2022, p. 82). Nesse sentido, Fraser reproduz uma ideia muito presente em parte significativa dos trabalhos da TRS de que o processo de “criação de vida” através do trabalho reprodutivo, em conjunto com o trabalho produtivo, serve de base para uma crítica “positiva” que a TSR faz do capitalismo enquanto sistema de distribuição (O’Kane; Munro, 2022, p. 83). Nessa perspectiva, o trabalho reprodutivo, apesar de não ser pago ou ser muito mal remunerado, desempenha um papel crucial na geração e manutenção da força de trabalho, contribuindo para a determinação dos níveis salariais e, conseqüentemente, para um sistema de exploração e de distribuição desigual de recursos e riquezas.

Novamente, trata-se de noção que entende a esfera doméstica como não-econômica, em contraposição ao espaço da produção, que em determinados contextos – como o do capitalismo financeiro – coloniza as demais esferas da sociedade. O problema é que essa forma dual de observar o fenômeno social impede de enxergar a reprodução social como espaço em que também se desenvolvem atividades econômicas, diretamente conectadas ao processo de acumulação do capital, que acaba restrito à esfera de produção, reforçando a noção de que se trata de um trabalho invisibilizado:

Os lares criam uma nova geração de trabalhadores a serem explorados, sustentam aqueles estão subempregados ou entre empregos e sustentam aqueles que não podem trabalhar, mantendo os salários baixos. Ao responder ao processo de acumulação movido por crises por meio dessas atividades de reprodução, os lares são uma parte disso – contribuindo para a reprodução da força de trabalho e, portanto, para a sociedade capitalista como uma forma de trabalho historicamente específica. (O’Kane; Munro, 2022, p. 90)

O problema com a abordagem de Nancy Fraser havia sido posto, inicialmente, como relacionado a uma falta de ênfase no processo de financeirização, o que colocaria sua análise como fundamentada em uma concepção típica do capitalismo industrial que contrapõe capital produtivo e capital financeiro. A problematização proposta neste item, porém, revela uma outra camada de crítica possível, mais relacionada a uma questão teórica fundamental, que impede que a autora supere as dualidades herdadas do seu background habermasiano.

No entanto, como veremos, as abordagens que concedem maior ênfase e centralidade à financeirização (apresentadas no item 2.3), também não são capazes de superar totalmente essa tendência à dicotomização, ainda que avancem um pouco mais nesse sentido. Isso porque, para conceitualizar a financeirização, Emma Dowling, Susan Himmelweit e Adrienne Roberts (além de outras pesquisadoras do campo) se ancoram muito fortemente em contribuições teóricas que

muito se aproximam a uma concepção keynesiana do processo de ascensão das finanças na sociedade capitalista.

O argumento encontrado nessas abordagens é de que o domínio do capital financeiro leva a uma dissociação entre o nível da economia real (em que ocorre a produção de valor em termos materiais) e do mundo do valor (em que a renda futura é expressa em termos de preço) – isso gera instabilidade e subemprego dos recursos materiais, ou prejudica o pleno desenvolvimento das capacidades produtivas de uma sociedade. Conforme colocam Sotiropoulos, Milios e Lapatsioras (2013, p. 136)⁴³, trata-se do “domínio do proprietário ausente (Veblen) ou do rentista (Keynes) parasita que sabota a criação ‘real’ de valores de uso”.

Esse tipo de colocação não está muito distante da ideia de Fraser acerca da colonização dos terrenos ocultos pela economia. Por trás dessa linha de raciocínio há uma tendência de personalizar a questão na figura de uma classe de capitalistas improdutivos que parasitam/colonizam as capacidades produtivas – e reprodutivas – da sociedade. Colocado em outros termos:

[...] esses atores e suas redes de poder são vistos como elementos fundantes de uma classe parasitária que movimenta um novo tipo de capitalismo, não só extremamente injusto em termos de distribuição de renda, mas também instável, antidesenvolvimentista e responsável pela contração dos salários dos trabalhadores e pela proliferação da especulação. (Barreira, 2023, p. 66).

É possível perceber uma proximidade desse raciocínio com o argumento de Susan Himmelweit de que o desenvolvimento do capitalismo neoliberal corresponderia a um rompimento com o acordo de classes vigente durante o capitalismo industrial, resultando no domínio de uma classe a quem pouco importa as condições pelas quais a vida é reproduzida. É dessa forma que se caracteriza, segundo essas autoras, a passagem de um capitalismo produtivo para um capitalismo especulativo.

Pressupõe-se, assim, a contraposição entre um “capitalismo ideal dos anos 50 e 60” que era “baseado no controle das finanças” e um capitalismo das finanças desenfreadas a partir dos anos 70, que “danificam a economia ‘real’ e a sociedade em benefício do setor financeiro, que é totalmente independente da produção” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 136). Assim, a ascensão das finanças estaria relacionada ao crescimento de diversos fatores –

⁴³ A abordagem proposta por esses autores para elaborar um diagnóstico sobre a financeirização busca, justamente, problematizar e avançar em relação a esse tipo de linha teórica dualista. A solução por eles proposta, de pensar a financeirização como tecnologia de poder – que será discutida no próximo item – me pareceu bastante útil para elaborar a crítica que aqui proponho, bem como para propor possíveis caminhos teóricos alternativos. Por esse motivo, a obra desses economistas gregos irá ancorar fortemente as reflexões desenvolvidas nesta tese a partir daqui.

especulação, endividamento, capital improdutivo etc. – e sua capacidade de adentrar de maneira profunda outras esferas econômicas e não-econômicas, distorcendo-as.

Trata-se de argumentação encontrada também nos trabalhos de Lapavitsas (2014) e Duménil & Lévy (2004), amplamente citados pelas autoras mencionadas no item 2.3. Lapavitsas é muito claro em colocar uma oposição entre as finanças e a “acumulação real”. Para ele, o processo de financeirização está relacionado com “um complexo conjunto de estruturas, que geralmente refletem fatores históricos, institucionais, políticos, consuetudinários e mesmo culturais, e que faz a mediação entre finanças e a acumulação real” (Lapavitsas, 2011, p. 617).

Extraí-se desse conjunto de abordagens duas principais linhas de explicação para a financeirização, segundo Sotiropoulos, Milios e Lapatsioras (2013, p. 137): (i) para a primeira, a ascensão das finanças seria resultado de um conflito entre duas esferas da sociedade – a produtiva e a especulativa, sendo esta última vencedora e traduzida na consolidação da hegemonia do capitalista rentista (segundo a proposição de Keynes). Nesse sentido, a vitória do capitalismo rentista passa a determinar o padrão de desenvolvimento do capitalismo a partir daí, que ocorre segundo os interesses dessa classe de atores rentistas. Para os autores, não se trata de “uma simples vitória”, mas de uma “predominância hegemônica em conjunto com a ascensão de um bloco histórico (para usar o termo famoso de Gramsci), que equivale a uma configuração particular da sociedade” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 137). (ii) A segunda explicação se debruça sobre abordagens que partem da tese malthusiana dos ciclos de superprodução: a crise financeira decorre de uma disparidade entre os níveis dos salários dos trabalhadores e dos lucros dos capitalistas – a redução no primeiro implica em redução na demanda e no consumo, o que força também uma redução da oferta e do output produtivo. Isso significa, ainda que temporariamente, que o lucro excedente se transforma em capital acumulado, que precisa de outras frentes de investimento – a financeirização aparece como um remédio para esse problema. Esta segunda explicação pode ser também colocada nos seguintes termos:

Nestes casos, as abordagens marxistas giram em torno da queda da lucratividade observada na década de 1970, uma temática presente nas discussões sobre a sobreacumulação do capital e sua conexão com a “acumulação por espoliação”. Esta seria a responsável por liberar um conjunto de ativos a custo muito baixo que, por sua vez, seriam apossados pelo capital sobreacumulado. É a partir dessa construção analítica que o neoliberalismo é apresentado como a resposta dos capitalistas diante dos impasses das últimas décadas do século XX. A reestruturação neoliberal teria como objetivo “recolocar o poder e a riqueza tão plenamente quanto possível *nas mãos* da fração superior das classes capitalistas e das instituições onde se concentra sua capacidade de ação. (Barreira, 2023, p. 71).

Aqui novamente se observa uma discussão atinente a problemas de distribuição de recursos e riquezas sociais, afastando-se das discussões que problematizam o próprio modo de produção capitalista. Assim, a derrocada do capitalismo industrial e do modelo keynesiano de Estado de bem-estar social seria o resultado da “insaciabilidade” de um grupo de atores interessados no lucro por meio da especulação e da “má regulação” (Barreira, 2023, p. 75) do Estado, que permite a penetração das finanças em outras esferas da economia e da sociedade.

3.5 A financeirização como tecnologia de poder e de controle sobre o futuro

Um dos problemas dessas abordagens é que elas partem de uma visão quantitativa de capital e finanças. Estes são tidos como “quantidades que podem se estender ao longo do espaço e do tempo” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 139), ao invés de serem vistos como processos sociais que são, e que se sobrepõem de diversas formas. Por esse motivo, essas explicações não captam o caráter relacional do domínio das finanças e a natureza social do mercado financeiro – aqui, novamente, se mostra essencial superar a separação economia-sociedade.

As finanças modernas, na sua forma mais avançada, têm a ver com muito mais do que simplesmente o aumento das dívidas e de passivos acumulados. Envolve investimentos substanciais em pesquisa e inovação financeira, bem como está enraizada em transformações institucionais significativas, estratégias econômicas e regulamentações estatais nas sociedades capitalistas, cada uma das quais com a sua própria trajetória histórica e temporalidades distintas (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 139). É o que demonstra a análise apresentada anteriormente sobre o caso brasileiro. Por conseguinte, é importante reconhecer que a história das finanças não pode ser simplificada como um mero reflexo das tendências históricas das taxas de lucro: “aqueles que vêem a finança como tão adaptável que pode preencher imediatamente e sem problemas os vazios resultantes do subconsumo, quando estes ocorrem, na verdade não compreendem a verdadeira essência da finança no capitalismo” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 139).

O mesmo pode ser dito sobre o processo de financeirização da reprodução social conforme descrito pelas autoras da TRS, que enxergam o capital financeiro como capaz de preencher o vazio deixado pela escassez de recursos e capacidades para o provimento das atividades de reprodução social. A abordagem que proponho mobilizar para explicar a financeirização, a partir da contribuição dos já citados autores gregos, vê a financeirização de outra forma, não como um instrumento nas mãos de determinadas pessoas que é utilizado para

“distorcer o espírito ideal do capitalismo em benefício das elites financeiras”, mas como uma tecnologia de poder, “que facilita e organiza a reprodução das relações de poder capitalistas” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 179).

Segundo essa abordagem, o mercado financeiro é composto por um conjunto de transações que se traduzem da mercantilização de determinadas relações sociais de poder que ocorrem na sociedade capitalista. Assim, as relações governamentais, a previdência social, as universidades, os lares, entre outras relações sociais, são todas passíveis de se subsumirem à relação credor-devedor. Essa relação universaliza essa “população heterogênea de agências”, por meio da lógica do risco enquanto forma de representação das relações de poder aí contidas (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 226). Através desse processo, as finanças reduzem as complexidades inerentes a esse conjunto de relações sociais, “tornando-se uma tecnologia de poder que assegura de forma eficiente a reprodução das relações de poder capitalistas”.

Essa concepção se fundamenta na noção marxiana de capital fictício enquanto representação orgânica de relações capitalistas: “são percepções objetificadas, que obscurecem a natureza classista das sociedades capitalistas e promovem os modos apropriados de comportamento necessários para a efetiva reprodução das relações de poder capitalistas” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 151), processo no qual os mercados financeiros exercem papel ativo.

O que as autoras da TRS aqui citadas chamam de disfunções, desestabilizações do sistema capitalista são vistas, segundo essa abordagem, como momentos inevitáveis da financeirização enquanto tecnologia de poder que organiza a exploração capitalista. Assim, a precarização das condições de reprodução social não seria um distúrbio, localizado na fronteira entre a economia e o terreno oculto da reprodução, mas um processo inerente à organização e reprodução das relações de poder na sociedade capitalista, incluídas aquelas envolvidas nas atividades de reprodução social – o que passa necessariamente por questões de gênero, raça e classe –, que, no contexto do capitalismo contemporâneo, se traduz na forma da relação credor-devedor. Nesse sentido, a financeirização tem a ver com um processo de valorização dessa relação com base na lógica do risco, de modo a reforçar a exploração capitalista. O resultado dos conflitos de poder na sociedade capitalista é, assim, representado em um título de crédito quantificável, o que permite a redução dessas diferentes relações a uma só variável: o risco. Nesse sentido:

A reificação das relações sociais (e a sua transformação em produtos financeiros) faz com que apareçam como objetos de experiência que são sempre imediatamente quantificáveis no contexto de uma representação ideológica deturpada, que é combinada ao mesmo tempo com a norma de comportamento que ela suscita. Esta é a mensagem-chave do argumento de

Marx sobre fetichismo e finanças. (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 225-226)

Aprofundando a explicação proposta, observa-se que o processo de financeirização envolve a contínua transformação de reivindicações sobre rendas futuras em mercadorias, o que se dá por meio da conversão de eventos sociais em dimensões quantificáveis – representadas no preço dessas mercadorias. O risco aparece como forma de representar uniformemente esses diferentes eventos sociais – o valor de um título financeiro depende da expectativa dos credores de que esse evento irá ocorrer no futuro (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 156). Assim, a valoração desses títulos não é posterior, mas precede o processo de produção, sendo o motor da exploração.

Exemplificando para o nosso contexto da reprodução social: quando uma mulher, mãe solo, provedora do lar, contrai uma dívida para arcar com determinados gastos com sua subsistência e de sua família (seja para adquirir moradia, para pagar as mensalidades de um curso de ensino superior em instituição privada de seus filhos ou para si própria, para arcar com os custos de um plano de saúde ou de um tratamento médico, ou outros eventos sociais), ela entra numa relação de poder, em que o credor possui um direito de reivindicar sua renda futura, na forma de juros da dívida. Isso se traduz necessariamente na sua hiper exploração futura no mercado de trabalho.

Inverte-se, assim, a ideia proposta por Adrienne Roberts de que a reprodução social seria fonte de mais-valor na forma de pagamento de juros. Como proposto pelos autores gregos, a valoração desse evento social precede o processo de produção, promovendo a exploração e a reprodução das relações capitalistas.

Nesse ponto se insere a noção do risco enquanto uma percepção, uma expectativa ideologicamente determinada acerca de tendências futuras. A lógica do risco estabelece a intermediação necessária para o processo de financeirização das relações sociais como um todo. O processo de financeirização “pressupõe um modo de representar, identificar, dispor e ordenar determinados eventos sociais da realidade percebida, que são primeiro ‘diferenciados’ e depois objetificados como risco” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 161).

Como se vê, portanto, a financeirização permite o acesso ao futuro: “o futuro de um indivíduo se torna significativo por meio da dívida e regulado pelo crédito” (Lotz, 2014, p. 3). De acordo com uma abordagem marxiana, isso ocorre por meio do dinheiro enquanto equivalente universal. Isso significa dizer que o dinheiro, enquanto abstração que coloca todas as mercadorias em relação de equivalência uma com as outras, tem a capacidade de “ser usado em todo lugar e por qualquer pessoa” e, assim, torna possível uma “comunicação

verdadeiramente universal”, por ser a “linguagem universal necessária para dar sentido a tudo” (Lotz, 2014, p. 77). E por isso, o dinheiro constitui o que Christian Lotz denomina de “horizontes temporais” (Lotz, 2014, p. 73), na medida em que as relações sociais são enquadradas enquanto passado, presente e futuro. No caso do capital financeiro, a relação crédito-débito permite estabelecer expectativas concretas de futuro que “constituem futuras gerações em uma forma específica, nomeadamente, a forma monetária” (Lotz, 2014, p. 73).

O dinheiro, segundo Lotz (2014, p. 83), traduz desejos individuais em realidades materiais, sendo esta relação que permite que as pessoas existam enquanto indivíduos sociais, ou seja, é por meio do dinheiro que as pessoas “existem” socialmente – de forma que alguém desprovido de dinheiro poderia ser considerado excluído da sociedade, ou que não existe socialmente:

Se consideramos a forte teoria de Marx sobre o reconhecimento social, podemos dizer que uma tal pessoa [despossuída de dinheiro] não existe e não é capaz de ser ou existir como um sujeito (social). Novamente, isso não significa que ela não existe no sentido físico; a alegação é, na verdade, que tal pessoa não “conta” socialmente, já que ela não consegue participar no todo. O que está “dentro” (como vontades e desejos) nesse caso nunca aparece “fora” (no mundo social real). Colocado de outra forma, a pessoa nunca se torna estabelecida como algo efetivo na realidade social e, portanto, permanece desconectada de qualquer relação social objetiva, e, dessa forma, tal pessoa continua fora da sociedade. De forma simples, sem dinheiro, somos marginais sociais: não contamos, não podemos existir e, do ponto de vista da sociedade, nossos desejos, vontades e necessidades não existem. (Lotz, 2014, p. 83)

E como se sabe, e amplamente discutido nesta tese, quem tem ou não dinheiro na sociedade capitalista é também determinado por relações sociais marcadas por gênero e raça, principalmente, dentre outros fatores. São estabelecidas, assim, níveis diversos de possibilidades de vontades, desejos e necessidades conforme a posição social do indivíduo. Mulheres negras trabalhadoras possuem diante de si um horizonte dessas possibilidades muito diversos – e substancialmente mais limitados – de homens brancos, por exemplo.

Para os autores extensivamente citados neste item, esses processos têm a ver com o funcionamento do próprio capitalismo, e não com uma fase específica. São relações que já ocorriam desde muito antes da década de 1980, geralmente associada à consolidação do capitalismo neoliberal. Com efeito, “as relações sociais capitalistas não podem existir sem o papel fundamental do crédito, da dívida, dos juros, do capital fictício etc.” (Lotz, 2014, p. 80). O que acontece, na verdade, para que o domínio das finanças de fato se concretize é a ampliação do mercado de derivativos. Estes são responsáveis por formular a dimensão abstrata do risco

(no sentido da representação comum abstraída de riscos concretos), “impondo comensurabilidade sobre diferentes riscos concretos e estabelecendo uma medida objetiva para eles” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 175). Trata-se de equalizar os diferentes riscos concretos em uma forma de representação quantificável e “estabelecer uma forma universal de interpretar e compreender a realidade a partir do ponto de vista do risco” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 177). Assim, esses indivíduos diversos são integrados ao mercado financeiro como elementos equivalentes, equalizados por meio das medidas de risco. Esse processo, no entanto, obscurece as relações de exploração por trás da relação crédito-débito.

Isso ocorre, também, por meio de processos de atribuição de diferentes perfis de risco a diferentes atores do sistema capitalista, sejam eles empresas, trabalhadores ou o próprio Estado. Dessa forma, o cálculo do risco e a resultante valoração dos títulos financeiros implica um poder sobre o futuro – na forma de expectativa de reivindicação de uma renda futura – mas pressupõe, principalmente, um controle sobre o presente, na forma de exploração: “o cálculo de riscos envolve avaliação sistemática, em relação a todo participante do mercado, da eficiência com a qual objetivos específicos (normas), como definidas por relações de poder, são alcançados” (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 169). É por meio desse sistema de avaliação, e do incentivo a determinados comportamentos sociais, que a exploração capitalista atinge sua forma mais avançada.

Por isso faz sentido falar na financeirização como uma tecnologia de poder, que normaliza indivíduos com base no risco, aprisionando-os em relações financeiras e assegurando os padrões de exploração e de reprodução do capitalismo (Sotiropoulos; Milios; Lapatsioras, 2013, p. 226). O controle exercido pelo capital financeiro tem, portanto, um caráter disciplinar, definindo necessidade e desejos dos indivíduos sob a lógica monetária (Lotz, 2014, p. 79). Isso significa dizer que o que necessitamos e o que desejamos depende de quanto dinheiro possuímos:

[...] em razão de sua natureza de equivalente universal, o dinheiro representa a possibilidade de satisfazer necessidades na medida em que elas abstratamente pertencem a indivíduos enquanto membros da sociedade capitalista. Nossas principais necessidades são definidas pelo que fomos capazes de comprar (passado), o que vamos comprar (futuro e, portanto, o que podemos comprar (presente)). Necessidade, sob o capitalismo, se torna algo que não pode mas ser compreendido sem sua forma monetária. Assim, nossas necessidades se tornam relações monetárias junto com todas as consequências que pertencem a essa mudança. Nosso poder de determinar o futuro depende de quanto dinheiro temos em nossos bolsos e, dessa forma, nossas necessidades são constituídas pelo trabalho abstrato, até que o que nós

precisamos é o próprio dinheiro. [...] Colocado de forma simples, o dinheiro é aquilo que todo mundo necessita. Por isso, antes de qualquer indivíduo, a sociedade, nesse caso, a totalidade capitalista, determina o que é “necessitado”. (Lotz, 2014, p. 79)

Atribuir perfis de risco significa avaliar – no sentido de conceder valor – a diferentes indivíduos, de forma a permitir que sejam equalizados (por intermédio do dinheiro na forma da relação crédito-débito). O crédito é, portanto, uma relação social e possui caráter negativo, de desconfiança e julgamento. Subverte-se, assim, uma relação ética de reconhecimento social, em que indivíduos se reconhecem e aceitam uns aos outros como iguais. Na relação creditícia, o devedor se encontra em posição de inferioridade, devendo “provar que é digno de receber crédito” (Lotz, 2014, p. 88). Vale ressaltar o raciocínio do autor:

O que podemos, então, observar é uma mudança social, isto é, uma conversão de uma relação ética em uma relação monetária, dentro da qual o que não é contabilizável, calculável ou instrumental, se torna uma relação que é determinada pela contabilidade, pelo cálculo e pela instrumentalidade – e “checagem”. O crédito, em outras palavras, introduz uma nova forma de relação social que, por meio da recém adquirida forma monetária, também muda todas as propriedades confiáveis dos indivíduos. Fica claro que essa mudança também contém uma transformação no horizonte futuro, na medida em que esse horizonte agora se torna esquematizado por meio de um quadro calculativo e instrumental. Uma dessas mudanças é aquela entre “ser uma boa pessoa” para “ser uma pessoa que pode pagar”. (Lotz, 2014, p. 88)

Transforma-se, dessa forma, a régua pela qual as pessoas são consideradas “boas”, que passa a ser monetária, já que associada à qualidade da pessoa que é boa pagadora. Consequentemente, “a riqueza aparece de cabeça para baixo: só porque uma pessoa é rica, ela aparece como uma ‘boa pessoa’, enquanto uma pessoa pobre, desempregada, excluída, inexistente, aparece como ‘má’, ‘imoral’, ou em geral como alguém que faz algo de ‘errado’” (Lotz, 2014, p. 89).

No entanto, ser uma pessoa que pode pagar não significa algo positivo. Significa apenas a possibilidade de integração em um sistema, operado pela lógica financeira, que estimula cada vez mais exploração, como forma de garantir ao credor uma renda localizada no futuro. No caso da financeirização da reprodução social e do endividamento das famílias isso fica bastante claro. Os bancos e demais instituições financeiras têm focado cada vez mais na concessão de créditos a mulheres. Segundo dados da CNC, quase 80% das mulheres brasileiras estavam endividadas em fevereiro de 2023, sendo que a maior parte dessas dívidas são de cartão de crédito. Ainda assim, as mulheres demoram menos para quitar seus débitos: 62 dias em média,

em contraposição a 63,5 dias para os homens⁴⁴. No sistema de avaliação de riscos, as mulheres podem, portanto, ser consideradas boas pagadoras, aptas a integrar o mercado financeiro.

Como se observa, as mulheres vêm se tornando cada vez mais alvo dos processos de financeirização. Sua inclusão crescente no setor financeiro se dá por meio do endividamento destinado ao consumo. É contraindo dívidas que mulheres chefes de família conseguem arcar com os custos da reprodução social. Isso significa mais exploração dessas mulheres e maior intensificação do seu trabalho para que possam garantir a renda futura do credor. Este tem a expectativa dessa renda, baseada na certeza da exploração do trabalho – remunerado e não remunerado – dessas mulheres. Seus horizontes temporais – o que inclui a forma como desenvolvem as atividades de reprodução social – são determinados e explorados pelo sistema financeiro.

A relação crédito-débito é, para Lotz (2014, p. 81), o dinheiro em um sentido temporal, que transforma os horizontes temporais dos indivíduos em objetos de investimento financeiro, impondo a lógica financeira a todos os aspectos – e tempos – da vida e definindo um quadro esquemático para “o que pode ser desejado, o que deve ser feito e o que precisa ser feito para que o pagamento seja efetivado” (Lotz, 2014, p. 84). Dessa forma, o capital financeiro controla o comportamento das pessoas, com vistas a garantir estabilidade para os investidores. Isso significa dizer que, ao determinar desejos, vontade e necessidades futuras, ao mesmo tempo em que define as ações necessárias para realizá-los, o capital financeiro condiciona o comportamento individual, tornando indivíduos em bons pagadores. Esse processo permite que os credores tenham a expectativa segura de que receberão uma renda futura. Para isso, os credores presumem, de forma mais ou menos segura, uma quantidade determinada de exploração e de produtividade do trabalho de quem lhe deve. Nesse ponto, o Estado exerce papel fundamental de controle:

Crédito e débito, em outras palavras, apenas são possíveis pois as classes que lucram presumem que a situação de trabalho e o desenvolvimento econômico permanecerão o mesmo e, assim, que toda crise levará a duas reações: [1] a tentativa de suprimir ou suavizar o conflito de classes pela classe superior, bem como [2] a expansão do poder do Estado, já que o Estado deve agir, em última instância, a favor do interesse do capital e da acumulação de capital. (Lotz, 2014, p. 86)

⁴⁴ Também em 2023, foi lançado no Brasil o Programa Crédito da Mulher, a partir do qual 25% do total de recursos do Programa Nacional de Apoio à Microempresas e Empresas de Pequeno Porte (Pronampe) sejam concedidos a MEIs, microempresas e EPPs controladas e dirigidas por mulheres. Acrescenta-se o fato de que muitos programas de transferência de renda e inclusão via consumo tem como foco principal as mulheres (como é o caso do PBF, em que as mulheres da família são as titulares do benefício).

Lotz cita uma passagem de Marx⁴⁵, em que o teórico discorre sobre o fato de que a desconfiança que caracteriza a relação de crédito – e que fundamenta o cálculo que o credor faz para emprestar ou não dinheiro para alguém (e que se relaciona com a atribuição de perfis de risco mencionada pelos autores gregos aqui citados) – permite uma incursão do capital sobre a vida privada dos indivíduos, de forma a supervisionar seu comportamento, por meio de mecanismos de vigilância estabelecidos e promovidos pelo Estado. Lotz comenta o caráter quase premonitório da afirmativa de Marx:

À luz dos desenvolvimentos neoliberais, os comentários de Marx na citação apresentada anteriormente sobre o efeito do crédito na espionagem são verdadeiramente proféticos. Podemos nos perguntar: é por acaso que podemos observar a extensão global do sistema de crédito, a expansão astronômica do sistema financeiro e bancário em conexão com a tomada universal dos Estados por corporações e o estabelecimento de um sistema universal de espionagem e controle por esses Estados? (Lotz, 2014, p. 91).

São, assim, caracteres essenciais do capitalismo – e, especialmente, do capitalismo financeiro – “a violência, o controle e a disciplina” sobre os indivíduos trabalhadores, de forma a submetê-los cada vez mais fundo ao sistema de crédito e, assim, a tendências cada vez mais intensas de exploração: “mais integração requer mais controle. Podemos dizer que quanto mais extenso o sistema de crédito se torna, mais acumulação precisa ocorrer, e mais disciplina é necessária para executar o programa” (Lotz, 2014, p. 105).

Isso está profundamente relacionado com a análise de Kirstin Munro de que as atividades de reprodução social, tanto dentro quanto fora do lar (“professoras, enfermeiras e assistente sociais”), correspondem à “produção não apenas de qualquer ‘vida’, mas aquela de um trabalhador dócil e explorável”, e que “essa reprodução da força de trabalho por empregados do Estado não pode se divorciar da repressão estatal” (Munro, 2021, p. 624). Assim, o controle sobre o presente envolve, também, condicionar comportamentos femininos – enquanto cuidadoras e reprodutoras – que permitem a reprodução de trabalhadores preparados para adentrar relações de exploração na esfera da produção.

Assim, não seria possível falar em uma queda na exploração associada à redução das atividades produtivas da sociedade capitalista em decorrência do desenvolvimento e

⁴⁵ Trata-se de passagem contida no texto *Comments on James Mill, Éléments d'économie politique*: “Aqui também é evidente que a desconfiança é a base da confiança econômica; o cálculo desconfiado sobre se o crédito deve ser concedido ou não; a espionagem dos segredos da vida privada, etc., de quem procura crédito; a revelação de dificuldades temporárias para derrubar um rival através de uma súbita quebra do seu crédito, etc. Todo o sistema de falências, empresas espúrias, etc. No que diz respeito aos empréstimos do Estado, o Estado ocupa exatamente o mesmo lugar que o homem ocupa no exemplo anterior.... No jogo dos títulos públicos, vê-se como o Estado se tornou o joguete dos homens de negócios, etc.” (MECW, 1975, p. 216).

consolidação dos mercados de derivativos, como propõem as abordagens keynesianas. Há, na verdade, como exaustivamente argumentado, uma profunda intensificação da exploração. E essa exploração se dá não apenas no terreno da produção, mas também no terreno da reprodução. É possível questionar, portanto, a ideia de que a financeirização é incompatível com formas sustentáveis de reprodução social (conforme algumas autoras da TRS argumentam) – quais seriam essas formas sustentáveis, afinal? Elas são possíveis no capitalismo, seja ele financeiro ou industrial? A análise aqui proposta sugere que não. O que o processo de financeirização promove é mais uma intensificação da exploração do trabalho de reprodução social, mesmo quando ele é realizado de forma não paga. Isso porque as responsabilidades de cuidado e reprodução vão se acumulando, à medida que o comprometimento das rendas futuras das famílias (sob o regime de endividamento) se aprofunda mais. Há, nessa lógica, mais produção, e não menos. Assim, não faria sentido falar que a acumulação desenfreada típica do neoliberalismo financeirizado ataca as condições da reprodução social. Ao contrário, ele intensifica a exploração desse trabalho. É o capital, na forma de crédito – e não um grupo de atores – que “parasita” as condições de reprodução social, intensificando sua exploração, e não meramente prejudicando a possibilidade de que seja realizada de forma sustentável:

Assim como o capital subsume o trabalho vivo e, como um vampiro, suga o sangue do trabalhador, o crédito faz o mesmo em um nível de segunda-ordem. Capital, na forma de crédito, no entanto, agora suga o sangue futuro do indivíduo trabalhador, que contém a mentalidade, as expectativas e os desejos do trabalhador. (Lotz, 2014, p. 90)

A expansão do sistema de crédito significa uma expansão sem precedentes da expropriação dos trabalhos individuais e da renda dos trabalhadores. Estabelece-se, assim, um horizonte futuro em que todos os indivíduos se encontram aprisionados (Lotz, 2014, p. 94), dependentes absolutos do mercado, tanto no quesito do comprometimento de sua renda presente e futura, como no que diz respeito a seus desejos, vontades e necessidades. Isso se manifesta, no entanto, de forma mais intensa conforme se percorre o espectro social e se consideram fatores de gênero e raça, principalmente. Para essas pessoas, o horizonte futuro do crédito impede que se possa imaginar outras possibilidades de desejar e querer. Isso fica muito claro na pesquisa mencionada anteriormente, acerca da sobrecarga e saúde mental de mulheres no Brasil nos últimos anos. A pesquisa mostrou que as mulheres brasileiras estão, em geral, insatisfeitas com a situação financeira restrita/apertada (48%), com a baixa remuneração (32%), com o aumento das dívidas (36%) e com a sobrecarga de trabalho doméstico (22%). Esse é um retrato do aprisionamento dessas mulheres em relações de trabalho e de débito e a consequente

limitação de qualquer horizonte de possibilidades. A limitação das suas vontades, desejos e necessidades acaba gerando efeitos importantes sobre sua saúde mental.

Em suma, percebe-se uma profunda limitação das possibilidades de ação e de escolha, limitando-se, também, os comportamentos, que se tornam padronizados em formas de consumir:

Não é apenas uma questão de que todos pertencemos a uma mesma sociedade; na verdade, essa uniformidade e nosso pertencimento a ela se projetam no futuro. O efeito é claro: nossos desejos, vontades e esperanças se tornam presas a esse horizonte unificado ao qual todos nós pertencemos, e quanto mais crédito é dado ao consumo, mais nossas vontades e desejos se tornam vontades e desejos consumíveis. Adquirir crédito é, assim, idêntico a gastar dinheiro, o que, por sua vez, é forma pela qual todas as nossas vontades se manifestam. No entanto, um futuro totalmente dependente do capital sob a forma de crédito transforma-se num futuro que só pode ser concebido como algo que se realiza através do dinheiro. Todos os desejos, todas as esperanças e todas as ações que tentem estabelecer o futuro como algo fora deste horizonte serão cada vez mais excluídos, tornados inexistentes ou parecerão sem sentido. Enquanto a aposentadoria se torna uma compra para alguns, a sobrevivência torna-se uma questão de dinheiro para outros. (Lotz, 2014, p. 95).

Há, nesse ponto, uma questão fundamental sobre o próprio conceito de reprodução social, que tende a ser associado, na literatura mais recente, a uma visão positiva sobre esse tipo de atividade, observada como sendo responsável pela manutenção da vida. Segundo Kirsten Munro (2021), a TRS teria operado um deslocamento na conceituação de reprodução social, que passa a ser definida, então, como “atividades de criação da vida” [*life-making activities*] – e não mais como reprodução da força de trabalho. Essa mudança, para a autora, representaria um enfraquecimento do potencial explicativo que o conceito de reprodução social fornece para realmente compreender a relação entre essas atividades e o imperativo de acumulação capitalista.

Ao se referir às “atividades de criação da vida”, a literatura incute um sentido positivo, como atividades necessárias para a manutenção da vida humana e da sociedade e que são vistas, pela classe capitalista, como desprovidas do valor que verdadeiramente possuem. Essa visão esconde, porém, o fato de que a vida que é reproduzida é uma vida marcada pela exploração e condicionada pelo já mencionado imperativo da acumulação. Nesse sentido:

Embora os teóricos da TRS possam falar sobre "criação de vida" para pintar essas "atividades de criação de vida" (e as pessoas que as realizam) sob uma luz virtuosa (Jaffe 2020), a vida que é criada no capitalismo é a de um trabalhador que precisa competir com outros trabalhadores pela oportunidade de vender sua força de trabalho, passando grande parte de sua vida maximizando a mais-valia. Visto dessa forma, a tarefa dos trabalhadores

reprodutivos é a reprodução não de qualquer vida, mas a dessa raça de proprietários de mercadorias peculiares, os vendedores de força de trabalho. Assim, a reprodução da força de trabalho na sociedade capitalista não é uma "criação de vida" virtuosa, mas sim um aspecto de um processo mais amplo que perpetua a organização capitalista da sociedade. No uso marxista convencional, "reprodução social" refere-se corretamente à reprodução da sociedade capitalista como um todo, um processo moldado pelo imperativo da acumulação infinita. A acumulação e a reprodução do capital não podem ser divorciadas da produção de força de trabalho, e a reprodução da força de trabalho não pode ser divorciada da produção da sociedade capitalista, nem do antagonismo de classe e da miséria social inerentes a ela. Na verdade, a sociedade capitalista como um "todo... se mantém apenas por meio do antagonismo" (Adorno [1966] 1973: 311). (Munro, 2021, p. 625)

Isso evidencia o fato já mencionado de que não é possível pensar em reprodução e produção de forma separada: “A acumulação e a reprodução do capital não podem ser divorciadas da produção de força de trabalho, e a reprodução da força de trabalho não pode ser divorciada da produção da sociedade capitalista” (Munro, 2021, p. 625).

Isso implica em questionar as perspectivas que colocam o problema da reprodução social como uma questão de redistribuição de recursos e responsabilidades, como é o caso de Fraser, de Susan Ferguson, e também da escola inglesa, segundo a qual “reivindicar os setores reprodutivos na forma de provisões públicas pelo Estado e fazer campanha sistemática em favor dos trabalhadores informais” (Stevano *et al*, 2021, p. 280) seria a melhor estratégia para enfrentar a crise da reprodução social.

De acordo com a maioria das contribuições do campo da TRS, é importante trazer para a vanguarda da análise as chamadas condições não econômicas que são necessárias para que a reprodução capitalista aconteça. Nesse sentido, as atividades de reprodução social são entendidas como uma dessas condições não econômicas que ocorrem fora das esferas de produção e circulação. Elas são realizadas dentro do capitalismo, mas são vistas como não econômicas. Conforme colocado por David McNally (2017), adotar uma abordagem dialética para entender esses processos sociais é observar a produção e a reprodução social como partes interdependentes e contraditórias da totalidade social capitalista, que são articuladas e, como tal, constituem hierarquias sociais. Colocado de outra forma, a reprodução social seria um “conjunto de práticas estruturadas que se revelam em relação dialética com a produção, com a qual é mutuamente constitutiva e em tensão” (Mezzadri, 2020, p. 7).

Entretanto, o que carece de maiores explicações é exatamente como essas partes de um todo são articuladas, como se constituem mutuamente e como se dá a tensão entre elas. Dizer que essas partes estão relacionadas é uma abstração que carece de substância. Por outro lado, se nos lembrarmos do que Marx diz sobre o processo de reprodução simples, entenderemos que

a produção e a reprodução não são apenas partes interdependentes de uma totalidade social, mas constituem o mesmo processo, estão contidas uma na outra e ocorrem simultaneamente (não de forma temporal, mas de forma lógica). Isso nos permite desafiar a noção, por exemplo, de que o lar é exclusivamente o reino da reprodução, enquanto o espaço público é o reino da produção.

Como consequência, torna-se difícil superar os dualismos aos quais a TRS vem tentando se opor, pelo menos desde a publicação da já citada obra de Lise Vogel. Em vez de se envolver com as categorias binárias do capitalismo e do patriarcado, as abordagens da TRS às vezes acabam caindo em binarismos como produção vs. reprodução, casa vs. espaço público, trabalho remunerado vs. trabalho não remunerado ou trabalho produtivo vs. trabalho improdutivo. Essas são categorias que geralmente são vistas como dualistas ou partes de um todo que são interdependentes, mas a articulação entre elas não é clara.

A análise sobre financeirização que aqui propus tem o potencial de implodir essa separação. O lar, enquanto espaço de produção de mercadorias de consumo para sustento da força de trabalho e espaço de expansão do capital financeiro, é também local em que se estabelecem relações econômicas. Essas relações são condicionadas pelos padrões de comportamento impostos pela lógica do risco e pelo imperativo de exploração que expropria o futuro dos membros da família. Nessa tecnologia de poder, o gênero e a raça exercem papel fundamental para limitar ainda mais os horizontes temporais de mulheres e pessoas negras, as quais são objeto de ainda mais intensa exploração. Não há, assim, no horizonte de possibilidades futuras dos membros da classe trabalhadora qualquer espaço para vislumbrar formas de organização sustentável das atividades de reprodução social.

4 Relações jurídicas, violência e reprodução social

As reflexões trazidas até aqui, de uma forma ou de outra, acabam tratando da temática do papel do Estado e do direito na organização das atividades de reprodução social. Esse tema aparece, por vezes, de forma indireta, mas também pode ocupar foco central das análises observadas nesta pesquisa.

Conforme se pode extrair dos trabalhos analisados nesta pesquisa, há uma ideia geral de que a reprodução social do trabalho tem sido historicamente financiada e moldada por Estados e empresas. De fato, a produção e reprodução da vida individual está sob o encargo da unidade familiar, mas o indivíduo não nasce trabalhador, e o papel do Estado na produção, reprodução e controle dessa figura é um aspecto que não pode ser subestimado, tanto menos sob o neoliberalismo. Essa intervenção não ocorre somente através do provimento de serviços públicos, mas também por meio de mecanismos de redistribuição de renda (como a regulação salarial, pensional e tributária), legislação trabalhista e familiar.

Uma tal perspectiva permite apreender a ideia de que as atividades de reprodução social constituem uma ponte que conecta a esfera privada doméstica à esfera social (pública), revelando a intimidade mantida entre os trabalhos gratuito e assalariado. A mediação entre essas duas esferas, porém, conta com o papel essencial do Estado na reformulação, normatização e gestão da reprodução social. Por meio desses mecanismos, que contribuem inclusive para o controle e disciplina dos membros da classe trabalhadora – especialmente as mulheres – para a realização das atividades de reprodução social de determinada maneira (que favoreça a acumulação de capital), o Estado atua, inclusive juridicamente, no ocultamento desse vínculo umbilical entre trabalho doméstico e trabalho assalariado.

Na concepção de parte da TRS acerca dos desenvolvimentos econômicos, sociais e institucionais vinculados ao capitalismo neoliberal, o Estado teria o papel de redesenhar a fronteira entre público e privado, redefinindo também as políticas reprodutivas e os papéis de gênero.

Vê-se, portanto, que ao Estado são atribuídos papéis de mediação entre essas esferas (pública e privada) e de solucionador dos conflitos decorrentes das contradições/tensões/instabilidades entre produção e reprodução social. Há, aqui, novamente a já mencionada tendência à dicotomização entre esferas, o que também contribui para, em certa medida, enfraquecer o diagnóstico proposto por algumas das autoras da TRS em relação ao tema do Estado e do direito.

Como já argumentamos, por exemplo, a perspectiva que pensa na crise da reprodução social enquanto consequência de uma redução quantitativa do tamanho do Estado deixa de

captar uma outra dimensão possível da experiência neoliberal, que é a de que é perfeitamente possível a convivência de um Estado social, provedor de serviços de reprodução social, com um processo intenso de financeirização. É o que a análise proposta no capítulo 3 nos mostrou. Fica difícil, se abandonarmos essa perspectiva binária, pensar no Estado como mediador entre duas esferas em conflito, ou até mesmo no direito como instrumento nas mãos de uma classe dominante.

O debate trazido no capítulo 3 permite pensar para além da ideia do Estado enquanto instrumento de mediação. O Estado é parte integrante, ator essencial da financeirização enquanto tecnologia de poder. Ficou claro que a violência estatal é pressuposto fundamental do controle exercido sobre o comportamento de indivíduos enquanto trabalhadores e enquanto devedores. Essa violência passa, também, por questões de gênero, produzindo subjetividades femininas definidas pela lógica do risco: mãe solo trabalhadora que luta para criar seus filhos, empreendedora, consumidora, devedora. Essa é a ilustração da mulher sob o império do capital financeiro.

Se, por um lado, o papel do Estado enquanto ator central da violência e do controle sobre as mulheres que realizam as atividades de reprodução social ficou evidente, resta ainda entender de que forma o direito entra nessa esquematização. Diante desses questionamentos, qual seria, então, o sentido de uma crítica marxista do direito no contexto da reprodução social? Nos próximos parágrafos, proponho algumas reflexões sobre o que essa crítica pode implicar. Trata-se de refletir sobre uma possível agenda de pesquisa sobre o direito a partir de uma análise da reprodução social que leve em consideração o processo de financeirização enquanto tecnologia de poder e controle do futuro.

Evidentemente, se estamos falando de uma perspectiva marxista sobre a sociedade, o Estado e o direito, não podemos deixar de trazer para o debate algumas noções propostas por Evgeni Pachukanis sobre o direito no capitalismo. Trata-se, afinal, do teórico que praticamente inaugura os debates teóricos sobre filosofia do direito e teoria marxista, propondo uma abordagem materialista sobre o direito e o Estado. Sua influência nos estudos sobre o direito, inclusive no Brasil, é inegável e serve de ponto de partida para as reflexões que proponho neste capítulo, ainda que elas não se limitem à abordagem pachukaniana.

Um dos grandes méritos de Pachukanis é o de ter desenvolvido, de forma original, uma crítica ao direito que tem como fundamento e espelha a metodologia proposta por Marx para desenvolver sua crítica à economia política. Nesse sentido, assim como Marx parte da análise da forma da mercadoria enquanto elemento mais simples da sua teoria sobre o capitalismo, para a partir daí desdobrar dialeticamente as demais categorias que compõem sua análise sobre o

capitalismo, Pachukanis propõe desenvolver seu estudo sobre o direito burguês a partir da forma do sujeito, “de cujos movimentos e articulações vai depender a possibilidade de uma compreensão materialista, isto é, científica, do elemento jurídico” (Naves *in* Pachukanis, 2017, p. 15). Isso envolve observar o direito em sua materialidade e historicidade, ou seja, enquanto categoria abstrata deduzida da realidade material, e não tomada a priori e enquanto categoria transcendental.

Para o jurista russo, a forma-sujeito é pressuposto fundamental da relação de equivalência que se estabelece entre mercadorias. Isso porque, para que as mercadorias adentrem a esfera de circulação e sejam trocadas, deve haver um sujeito por trás, um portador de mercadorias, que as leva ao mercado para serem trocadas por outras mercadorias equivalentes. E não só: a forma-sujeito é pressuposto, ainda, da possibilidade de existência de uma mercadoria específica: a força de trabalho. A relação de trabalho assalariado, elemento fundamental da sociedade capitalista, é possível pois o trabalhador é transformado em sujeito livre para dispor de sua própria força de trabalho e vendê-la no mercado como mercadoria. Nesse sentido é que se atribui à ideia de sujeito de direitos os elementos de liberdade e igualdade tão característicos do direito moderno. Esse sujeito é tanto livre para dispor de sua força de trabalho como igual a todos os outros homens, de forma a poder se inserir em uma relação de troca de mercadorias equivalentes. Nesse sentido:

O homem, agora, precisa ser livre, isto é, dotado de uma autonomia de vontade que o habilite para os atos da vida civil; precisa ser igual a todos os outros homens, isto é, deve ser desprovido de qualquer “qualidade” que o distinga de outro homem, de modo que a relação entre eles seja uma relação de troca equivalente; e deve ser proprietário, isto é, pode dispor do que é seu. (Naves *in* Pachukanis, 2017, p. 16)

Como se observa, a relação de troca de mercadorias depende do ato autônomo de vontade das partes envolvidas na transação – esse é o centro da relação jurídica. Um lado dessa relação, porém, corresponde ao trabalhador que se encontra livre para vender a si mesmo.

Opera-se, assim, uma redução do homem a mercadoria, que pode ser trocada por um salário. Nesse sentido, a forma jurídica “faz o homem emergir enquanto um proprietário que aliena a si mesmo” (Gonçalves, 2017, p. 1042). Essa operação equivale à entrada do sujeito trabalhador em uma relação de exploração. A forma jurídica está por trás desse movimento, que coloca enquanto relação jurídica entre sujeitos iguais uma relação que é de exploração:

O desenvolvimento completo da forma jurídica na sociedade capitalista, atestado pela universalização da forma sujeito de direito, tornando pleno o domínio da equivalência jurídica, é também a completa redução do homem

a mercadoria. Isto permite que, pelo ato de troca, um homem possa entregar-se voluntariamente à exploração de outro. Esta troca, dada nas plenas condições de igualdade e liberdade jurídicas da esfera da circulação, permitirá a mais cabal desigualdade e a mais desenfreada exploração do trabalho na esfera da produção. A igualdade jurídica revela-se, então, condição sem a qual da desigualdade essencial da sociedade capitalista, e a liberdade jurídica, a condição sem a qual de toda a dominação de uma classe social sobre outra. (Naves; Kashiura, 2011, p. 14).

Por trás da ideia de sujeito de direito há, assim, uma concepção de liberdade jurídica que permite que o homem disponha livremente a si mesmo como mercadoria (Gonçalves, 2017, p. 1042) por meio de um contrato que exprime vontades livres de sujeitos iguais. No entanto, esse contrato fundado sobre a ideia de liberdade formal esconde uma profunda desigualdade inserida no centro da relação de exploração do trabalho alheio.

O sistema jurídico aparece, assim, como sistema de normas abstratas que garantem a existência do contrato de trabalho assalariado, neutralizando os conflitos sociais que decorrem das desigualdades ocultadas sob a relação jurídica de livre manifestação de vontades. Dessa forma, o sistema jurídico aparece como “estrutura autônoma, resultado de uma escolha da própria sociedade (capitalista) que quer obter coesão (circulação) entre suas partes” (Gonçalves, 2017, 1044).

Como localizar, então, nessa estrutura analítica, a posição jurídica da mulher? Como aponta Saffioti (2013, p. 58), a condição de sujeito de direito livre e igual a todos os outros que é atribuída, pelo direito, ao trabalhador assalariado não se efetiva da mesma forma para todos os membros da sociedade. Elementos tidos como naturais, como gênero e raça, operam de forma a estabelecer hierarquias sociais que impedem que todos participem da sociedade competitiva em pé de igualdade. E esses elementos podem ser ocultados pela forma jurídica, mas também podem estar expressos em normas. Exemplos disso não faltam. No Brasil, as mulheres adquiriram o direito ao voto apenas em 1932, por meio do Decreto n. 21.076. O Código Civil de 1916, que permaneceu vigente até 2002, estabelecia que todas as decisões familiares seriam de responsabilidade do marido, considerado chefe da sociedade conjugal. Assim, à mulher sequer se conferia plena capacidade civil – o que impediria, por lei, a manifestação de sua vontade autônoma e livre. Sobre esse ponto, vale destacar a ponderação de Saffioti:

Na verdade, quer quando os mencionados fatores naturais justificam uma discriminação social *de fato*, quer quando justificam uma discriminação social *de jure*, não cabe pensá-las como mecanismos autônomos operando contra a ordem social capitalista. Ao contrário, uma visão globalizadora da sociedade de classes não poderá deixar de percebê-las como mecanismos coadjuvantes da realização histórica do sistema capitalista de produção. (Saffioti, 2013, p. 59)

Relembrando a abordagem proposta pela teoria da subsistência, deve-se considerar que, para as autoras, a relação de trabalho assalariado não é o único tipo de relação social de exploração possível no sistema capitalista. No capitalismo, outras formas de exploração convivem com a relação de trabalho assalariado, que seria aquela mais comum e que caracteriza o sistema em si. Uma dessas formas de exploração é o trabalho não remunerado de mulheres no ambiente doméstico, o qual encontra condição de possibilidade na forma do contrato de casamento. Poderíamos pensar, então, no contrato de casamento como o elemento jurídico que pressupõe essa relação de exploração.

Assim como na relação jurídica subjacente ao trabalho assalariado, no contrato de casamento opera-se um movimento de alienação, em que o trabalho de reprodução social é reificado:

Nessa perspectiva histórica e material, a análise sobre a alienação constitui contribuição importante para entender o papel que o trabalho doméstico veio a assumir no processo de produção da vida material. Os processos de trabalho ganham aparência naturalizada, tornando-se gradativamente elementos ‘coisificados’ e exteriores aos indivíduos que deles compartilham. O conceito de alienação permite mostrar como as relações e a divisão de trabalho entre homens e mulheres também se apresentam naturalizadas, ganhando aspecto ‘a-histórico’, fixo e dicotômico (Araújo, 2000, p. 65).

O contrato de casamento seria, então, o elemento de mediação que possibilita a integração das mulheres à sociedade capitalista. Integração, aqui, não possui necessariamente uma conotação positiva. Ao contrário, integrar-se à sociedade capitalista significa submeter-se a uma lógica necessária de exploração – no caso da mulher, essa exploração se dá tanto na condição de trabalhadora, quando integra uma relação jurídica de trabalho assalariado, como de responsável pelas atividades de reprodução social no lar.

Segundo as autoras da teoria da subsistência, é por meio do contrato de casamento que o capital adentra o lar, tornando-o espaço de acumulação, em um processo de acumulação primitiva continuada, conforme já descrito no capítulo 2. Segundo Guilherme Leite Gonçalves, as relações sociais que são produzidas a partir das dinâmicas de acumulação primitiva continuada “não correspondem àquelas constituídas pelo princípio da troca de equivalentes” (Gonçalves, 2017, p. 1048), como colocado por Pachukanis. Aqui, não há uma função estabilizadora do sistema jurídico, mas uma atuação do direito na criação de espaços de acumulação de capital.

Isso é feito por meio de normas que prescrevem as necessidades dos indivíduos e das famílias pertencentes às diferentes classes da sociedade capitalista e distribuem as tarefas e

responsabilidades pelos trabalhos necessários para suprir essas necessidades, que são desenvolvidos tanto no lar, como em outros espaços (escolas, hospitais, casas de idosos etc.). Esses locais de reprodução da força de trabalho vão sendo abertos e multiplicados pela força acumuladora do capital, com o suporte fundamental do direito:

No movimento da expropriação capitalista do espaço, o direito atua em diferentes processos de ocupação e precarização, movidos pela expansão da acumulação do capital. Esses processos são múltiplos e variam conforme sua escala de ação sobre as diversas territorialidades. Podem, portanto, se reproduzir em um plano macro, como os regimes de austeridade e privatização, em aquisições ilegais de terras (land grabbing) por companhias privadas para produzir *commodities* ou em intervenções locais, como as políticas de regularização fundiária, desocupação e especulação imobiliária em bairros operários ou favelas (Gonçalves, 2017, p. 1053).

Assim, o direito atuaria diretamente na mercantilização de novos espaços ou atividades, por meio de “dispositivos regulatórios que privatizam bens públicos e comuns, cortam gastos públicos e sociais, reduzem impostos sobre a renda, retiram as barreiras que limitam o livre fluxo do capital financeiro por meio de políticas de desregulamentação e restringem as garantias dos trabalhadores” (Gonçalves, 2017, p. 1053). Nesse ponto, podemos mencionar, ainda, o processo de financeirização da reprodução social descrito ao longo do capítulo 3. Conforme colocado por Christian Lotz (2014, p. 11), tudo no capitalismo é potencialmente mercantilizável, dado que o capital tende a se expandir indefinidamente no universo, chegando ao ponto de “dominar ou produzir todas as capacidades internas, como o respirar, os batimentos cardíacos, o andar, a visão e o enxergar”.

Essa capacidade de exploração e dominação é intrínseca à lógica de funcionamento do capitalismo, algo que, por vezes, é ignorado pela TRS, conforme nos alerta Kirstin Munro, que aponta para a inadequação do diagnóstico segundo o qual a crise da reprodução social seria uma questão de distribuição das responsabilidades pelas tarefas de cuidado e reprodução: “Se exploração e dominação são inerentes à organização da produção e da reprodução no capitalismo, então a reprodução da sociedade capitalista prossegue ao perpetuar essas formas de organização, não importando as taxas de exploração ou o quanto há de redistribuição” (Munro, 2021, p. 625).

Esse processo se torna mais intenso com a financeirização. A multiplicação das relações de crédito e débito na sociedade capitalista financeirizada criam novas formas de subjetivação (Lotz, 2014, p. 81) e, assim, novas frentes de exploração. E aqui há um elemento adicional à relação jurídica: a temporalidade. O contrato de empréstimo possibilita e é pressuposto de uma despossessão que se opera no futuro: “a despossessão da vida de indivíduos pela transformação

de horizontes pessoais em investimentos econômicos” (Lotz, 2014, p. 81). Para isso, é necessário o controle dos sujeitos no presente, momento em que o Estado e o direito atuam diretamente, possibilitando o processo de subjetivação dos indivíduos como devedores.

Nesse sentido, assim como aponta Gonçalves, Munro atenta para a função repressiva das instituições estatais envolvidas na reprodução da força de trabalho, elemento ausente nas análises da TRS (Munro, 2021, p. 625). Para a autora, os trabalhadores envolvidos nas atividades dessas instituições são vistos pela literatura da TRS como profissionais do cuidado encarregados de levar adiante os processos de produção da vida, tomada em um sentido positivo, quase virtuoso (Munro, 2021, p. 624). Esses trabalhadores, no entanto, contribuem para perpetuar as condições de reprodução de uma classe trabalhadora disciplinada para aceitar as relações de exploração que sustentam o capitalismo. ATRS, segundo Munro, ignora esse fato e desconsidera o “papel antagonista do Estado nas vidas da classe trabalhadora”, de forma que seria impossível separar “as funções de provisão social” das “funções relacionadas com violência e repressão” (Munro, 2021, p. 628).

Aqui se insere a relação de violência jurídica característica da tendência expansiva ilimitada do capital, conforme apontada por Gonçalves. Por meio da violência jurídica intrínseca ao contrato de casamento, as mulheres são forçadas a desenvolver as atividades de reprodução social. Aqui, o contrato de casamento deve ser visto em termos abstratos. Ou seja, trata-se de forma jurídica que compõe o processo de subjetivação das mulheres em geral enquanto pessoas que devem realizar as atividades necessárias para o sustento da família, estejam elas formalmente dentro de um contrato de casamento ou não. Assim, a análise se aplica, também, às mães solo, por exemplo – mulheres com filhos e que não são casadas e, por isso, são as únicas provedoras do lar.

Esse processo de subjetivação faz parte da lógica capitalista e, também, pode ser verificado em momentos da história. A primeira violência – que poderia ser identificado como o primeiro ciclo de acumulação – pode ser identificada com a caça as bruxas, descrita por Silvia Federici, na transição do feudalismo para o capitalismo. Nesse contexto, por meio da violência direta, as mulheres, que antes realizam as tarefas de reprodução social de forma coletiva, foram forçadas ao ambiente privado do lar, onde essas tarefas passaram a ser responsabilidades exclusivamente femininas e individuais.

Assim como a violência do processo de acumulação primitiva forçou os homens a adentrarem as relações de trabalho assalariado, essa mesma violência forçou as mulheres a adentrarem as relações de casamento:

De acordo com este novo contrato social-sexual, as mulheres proletárias se tornaram para os trabalhadores homens substitutas das terras que eles haviam perdido com os cercamentos, seu meio de reprodução mais básico e um bem comum de que qualquer um podia se apropriar e usar segundo sua vontade. [...] na nova organização do trabalho, todas as mulheres (exceto as que haviam sido privatizadas pelos homens burgueses) tornaram-se bens comuns, pois uma vez que as atividades das mulheres foram definidas como não trabalho, o trabalho das mulheres começou a se parecer com um recurso natural, disponível para todos, assim como o ar que respiramos e a água que bebemos (Federici, 2017, p. 191).

E como já dito, os processos violento de acumulação e expansão do capital, por sua própria lógica, precisam se repetir. Conforme as relações sociais vão se transformando, com o desmantelamento do modelo de família nuclear típica da sociedade moderna, definido pelo contrato de casamento, o direito vai transformando a mulher em sujeito de direito (concedendo as mesmas “garantias” que eram concedidas ao homem), como forma de garantir que ela também se submeta ao contrato de trabalho assalariado. No entanto, a imposição das atividades de reprodução social, cuja gênese se encontra no contrato de casamento, permanece.

No capitalismo neoliberal, com a retomada de uma tendência de flexibilização das relações de emprego e expansão das relações informais de trabalho, a relação jurídica do contrato financeiro vem para se sobrepor ao contrato de trabalho assalariado e ao contrato de casamento, como forma de expandir ainda mais as possibilidades de exploração. Pode-se dizer, então, que as mulheres se submetem a três relações jurídicas (trabalho assalariado, casamento e crédito-débito), o que triplica as vias de controle via direito e, também, a intensidade com a qual é explorada.

A análise proposta nessa tese busca integrar, de certa forma, essas três vias e evidenciar a forma como estão imbricadas. Em primeiro lugar, o contrato de casamento impõe a responsabilidade exclusiva pela realização das atividades de reprodução social, estabelecendo uma hierarquização social que vale para todas as mulheres (mesmo as que não integram um contrato específico de casamento). Essa relação jurídica força, por meio da violência, as mulheres a uma posição de subalternidade, na medida em que são obrigadas a realizar esse trabalho, que é invisibilizado, de forma não remunerada – essa é a contribuição central da TRS. Como consequência, as mulheres estão, em geral, em condições de precariedade financeira, dependendo do marido para garantir o sustento da família.

Ainda assim, a realidade das mulheres da classe trabalhadora é e sempre foi a inserção no mercado de trabalho, conforme nos ensina Saffioti. Então, além de realizar as atividades de reprodução social de forma gratuita, essas mulheres também se submetem a contratos de

trabalho assalariado, o que é especialmente verdade no caso de mãe solo. Porém, em decorrência de sua posição social inferior, mulheres recebem salários mais baixos que os homens, de forma que se encontram em situação de vulnerabilidade financeira. Para arcar com os custos da subsistência própria e de sua família, se submetem a relações de crédito e débito, de forma a garantir o consumo necessário para a reprodução social de sua família.

O direito opera, nessas três vias, tanto como pressuposto jurídico das relações de opressão correspondente, como produtor das violências que forçam a abertura dos novos espaços de exploração. A partir dessas reflexões, abre-se uma possível agenda de pesquisa para pensar o direito na sua relação com a reprodução social e as formas de exploração das mulheres no capitalismo contemporâneo.

Considerações finais

A presente pesquisa partiu de uma curiosidade acadêmica sobre uma teoria emergente, que vinha aportando cada vez mais influência nos círculos acadêmicos brasileiros. O interesse instigado por algumas autoras abriu portas para um conjunto de estudos rico e diverso, que se debruça sobre problemas contemporâneos que atingem mulheres de todas as partes do mundo. Mergulhar sobre essa bibliografia em formação, com artigos acadêmicos sendo publicados com cada vez mais frequência sobre o tema – especialmente diante de uma circunstância histórica global sem precedentes: a pandemia de Covid-19 – fez surgir diversas inquietações. O principal questionamento que moveu minha investigação tem a ver com a ideia de crise do cuidado e as implicações que esse conceito traz para analisar diferentes fenômenos do capitalismo contemporâneo.

Assim formulado, o problema de pesquisa guiou a investigação e uma postura crítica em relação à literatura estudada. Antes de mais nada, foi necessário entender a fundo sobre quais fundamentos essas pesquisadoras vêm construindo seu edifício teórico. Para tanto, busquei entender quais foram os esforços de aproximação entre marxismo e feminismo ao longo da história do movimento e da teoria feministas. Assim, no capítulo 2, propus elaborar um mapa teórico que me permitisse localizar as diferentes abordagens dentro do arcabouço teórico feminista. Essa extensa revisão bibliográfica incluiu, primeiramente, a análise de três principais linhas de exploração teórica: o debate sobre o estatuto teórico do trabalho doméstico, as teorias dualistas e a teoria unitária.

Esta última abordagem é a que constitui o principal fundamento das propostas de retomada da aproximação marxismo-feminismo a partir dos anos 2000. É principalmente o trabalho de Lise Vogel, enquanto primeiro esforço de mobilização da categoria “reprodução social” para refletir sobre a opressão das mulheres na sociedade capitalista, que serve de substrato teórico para as incursões contemporâneas sobre o tema. A autora propõe elaborar, a partir do conceito de reprodução social presente na obra de Marx, uma visão integrativa sobre capitalismo e opressão de gênero. A ideia é identificar, nas atividades necessárias para a reprodução da sociedade capitalista, o fundamento explicativo da exploração das mulheres. É sua posição diferencial na divisão social do trabalho, em que se atribui às mulheres a responsabilidade para realizar essas atividades de forma não remunerada, que explica sua posição de subalternidade no edifício hierárquico capitalista. O trabalho de reprodução social é visto, assim, como essencial para o funcionamento do capitalismo, já que é ele que permite a manutenção e reposição geracional da força de trabalho. Ao mesmo tempo, esse trabalho é naturalizada e invisibilizado em decorrência de processos inerentes à lógica de funcionamento

do capitalismo. O capital precisa que esses trabalhos sejam realizados de forma gratuita, para que sua capacidade de expansão se realize, de forma que são criadas hierarquias sociais para justificar a exploração das mulheres para essas atividades.

Essa são as ideias principais que servem de base para a elaboração das reflexões de autoras que se engajam com a noção marxiana de reprodução social para observar a questão de gênero no capitalismo contemporâneo. Assim, a teoria da reprodução social começa a se formar a partir dos anos 2000, com trabalhos que buscam, além de delimitar melhor os limites conceituais da categoria “reprodução social”, utilizar a lente da reprodução social para observar as relações sociais marcadas por gênero que se desenvolvem durante a fase neoliberal do capitalismo.

É nesse contexto que se desenvolvem os principais diálogos teóricos sobre o que implica a reprodução social, qual seu alcance, a quais atividades se refere etc. Essa abordagem propõe ir além da análise das atividades realizadas no lar para incluir toda e qualquer atividade, remunerada ou não, que contribui para a manutenção e reposição da força de trabalho. Nesse contexto, o papel do Estado começa a ser mais destacado, enquanto ente que realiza a mediação das tensões entre produção e reprodução social. Com base nessas reflexões, são desenvolvidas análises sobre as transformações econômicas e políticas do neoliberalismo e seus efeitos sobre a organização da reprodução social.

A crise financeira de 2008 e seus desdobramentos passa a representar um objeto importante de pesquisa dessas autoras, que desenvolvem a ideia da crise da reprodução social (ou crise do cuidado), tema que irá dominar os debates da TRS nos anos seguintes e, principalmente, a partir de 2020, com a eclosão da emergência sanitária decorrente da pandemia de Covid-19. As pesquisas passam a voltar os olhos para os efeitos das políticas de austeridade sobre os processos de precarização do trabalho e da vida de mulheres trabalhadoras de todo o mundo.

No entanto, ao me debruçar sobre essa literatura que lida com a ideia da crise de reprodução social, identifiquei uma dificuldade de aplicar o diagnóstico desenvolvido por essas pesquisadoras à realidade brasileira. O diagnóstico geralmente encontrado nos trabalhos, muito fortemente ancorada nas análises de Nancy Fraser, não parecia compatível com o processo de desenvolvimento do neoliberalismo no Brasil e seus efeitos sobre a organização das atividades de reprodução social. Se mostrou necessário, assim, no capítulo 3, aprofundar o estudo sobre a perspectiva de Fraser acerca desse fenômeno e propor um engajamento crítico com essa proposta.

A abordagem de Fraser se revelou não só inadequada para refletir sobre a realidade brasileira, mas também desconectada de outras abordagens que olham para os processos de financeirização da reprodução social também no Norte Global. Sua concepção se mostrou bastante ancorada numa noção produtivista do capitalismo, que se contrapõem a um capitalismo financeiro improdutivo – este sim a fonte das contradições observadas no contexto atual.

O estudo sobre o caso brasileiro permitiu identificar essas inconsistências na proposta teórica de Fraser e de outras autoras da TRS. No Brasil, observa-se não meramente uma retração no tamanho do Estado em relação às políticas sociais, mas uma transformação qualitativa em direção a um modelo de desenvolvimento via consumo de massa, permitido essencialmente pelos programas de transferência de renda e pelo incentivo – inclusive do Estado – ao endividamento das famílias.

Essa abordagem foi importante para afastar as explicações que subestimam o papel e o tamanho do Estado neoliberal, o que vale não só para a realidade brasileira, mas também para outros contextos. As contradições e desigualdades são muito mais visíveis no Brasil, o que faz com que a análise proposta nesta tese permita enxergar o que não seria possível ver em contextos sociais do Norte Global. Essa postura nos permitiu, inclusive, questionar alguns dos diagnósticos e conclusões das abordagens que se debruçam sobre os processos de financeirização da reprodução social.

Para elaborar essa crítica, me debrucei sobre autores que observam a financeirização enquanto tecnologia de poder e controle sobre o futuro. Ela foi importante para compreender que a financeirização não é resultado da ação de um grupo de indivíduos ou empresas empenhados em sugar a capacidade produtiva da sociedade para enriquecer sem precisar produzir. O que essa abordagem propõe é pensar como a financeirização corresponde, na verdade, ao próprio processo de expansão do capital fictício, processo este que compõe a própria lógica de acumulação capitalista. No neoliberalismo, a acumulação vai se tornando cada vez mais dependente da exploração do futuro dos indivíduos, por meio da relação de crédito-débito.

O lar e as atividades de reprodução social surgem, assim, como espaço para expansão do capital financeiro, de forma que a precarização da vida das mulheres e de suas famílias é o terreno em que esse capital irá encontrar novas frentes de acumulação. Para isso, é necessário colocar em prática mecanismos de controle dos comportamentos, limitando os horizontes temporais dos indivíduos. Suas vontades, desejos e necessidades são condicionados pela lógica do risco e do consumo que serve à acumulação de capital, e pelas hierarquias sociais de gênero e raça. Tudo isso se traduz em uma intensificação da exploração dos indivíduos, para que a

renda futura do credor, representada pelos juros decorrentes da relação crédito-débito, esteja sempre garantida.

Nesse cenário, as mulheres – especialmente as mulheres negras – compõem o grupo social que sofre a carga de exploração mais intensa, tanto pela necessidade de trabalho (na maioria das vezes informal) em regimes cada vez mais extenuantes, quanto pela imposição da responsabilidade pelas atividades de reprodução social. Estas, cada vez mais difíceis de serem realizadas satisfatoriamente, vão sendo transferidas para o setor privado, na forma de serviços pagos de saúde, educação, cuidado etc. Para arcar com esses gastos crescentes, se veem obrigadas a contrair dívidas, alimentando uma vez mais o ciclo de exploração.

Nesse cenário, o Estado e o direito exercem papel fundamental. O primeiro enquanto ator essencial no impulsionamento das forças expansivas do capital financeiro, exercendo o controle sobre o comportamento dos indivíduos e garantindo a renda futura dos credores. O segundo enquanto pressuposto (violento) de existência das relações de exploração às quais são submetidas as mulheres na sociedade capitalista contemporânea: enquanto trabalhadoras, devedoras e responsáveis exclusivas pelas atividades de reprodução social.

REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, C. Marxismo, feminismo e o enfoque de gênero. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 22, p. 65–70, 2000.
- ARAÚJO, V. L. A economia brasileira sob o governo Bolsonaro (2019-2022): neoliberalismo radical e pragmatismo econômico. *CICEF / Texto para Discussão sobre o Desenvolvimento*, n. 1, p. 1–31, 2023.
- ARRUZZA, C. *Dangerous Liaisons: the marriages and divorces of Marxism and Feminism*. Pontypool: Merlin Press, 2013.
- ARRUZZA, C. Considerações sobre gênero: reabrindo o debate sobre patriarcado e/ou capitalismo. *Revista Outubro*, n. 23, p. 33–58, sem 2015.
- ARRUZZA, C.; BHATTACHARYA, T.; FRASER, N. *Feminismo para os 99%: um manifesto*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- AZEVEDO, F. G. S. DE. *Movimentos sociais maternos no Rio de Janeiro: uma análise através da Teoria da Reprodução Social*. Tese (Doutorado)—Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2022.
- BAKKER, I.; GILL, S. (EDS.). *Power, production and social reproduction: human in/security in the global political economy*. Nova York: Palgrave Macmillan, 2004.
- BARGAWI, H.; ALAMI, R.; ZIADA, H. Re-negotiating social reproduction, work and gender roles in occupied Palestine. *Review of International Political Economy*, v. 29, n. 6, p. 1917–1944, 2 nov. 2022.
- BARREIRA, C. M. *Teoria monetária do Direito: contribuição para a crítica marxista*. São Paulo: Contracorrente, 2023.
- BARRETT, M. *Women’s oppression today*. Londres: Verso, 1980.
- BASTOS, E. R. Atualidade do pensamento social brasileiro. *Sociedade e Estado*, v. 26, n. 2, p. 51–70, ago. 2011.
- BECK-GERNSHEIM, E.; OSTNER, I. Frauen verändern — Berufe nicht? Ein theoretischer Ansatz zur Problematik von „Frau und Beruf“. *Soziale Welt*, 3. v. 29, p. 257–287, 1978.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. La Conciencia Campesina Derivada del Desarrollo Capitalista en México. *Revista del México Agrario*, 3. v. 10, p. 11–26, 1977.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V. Women traders as promoters of a subsistence perspective: The case of Juchitán. Em: *Women, Work, and Gender Relations in Developing Countries. Contributions in Sociology*. Londres: Greenwood Press, 1996. p. 167–179.
- BENNHOLDT-THOMSEN, V.; THOMSON, A. Toward a Class Analysis of Agrarian Sectors: Mexico. *Latin American Perspectives*, v. 7, n. 4, p. 100–114, out. 1980.
- BENSTON, M. The political economy of women’s liberation. *Monthly Review*, v. 21, n. 4, p. 13–27, Setembro 1969.

BHATTACHARYA, T. (ED.). *Social reproduction theory: remapping class, recentring oppression*. Londres: Pluto Press, 2017.

BORDON, L. G. Expropriação capitalista, violência jurídica e reprodução social: um diálogo entre a teoria da reprodução social e a teoria da reprodução sócio-jurídica do capitalismo. *Revista Direito & Práxis*, v. Ahead of print, 2023.

CELARENT, B. *Women in class society* by Heleieth I. B. Saffioti. *American Journal of Sociology*, v. 119, n. 6, p. 1821–1827, 2014.

CISNE, M. *Feminismo e consciência de classe no Brasil*. São Paulo: Cortez, 2015.

COELHO, B. DA P. DE M.; AZEVEDO, F. G. S. DE; RUAS, R. A crise da vida sob o capitalismo: a reprodução social como chave para a transformação. Em: GONÇALVES, G. L. (Ed.). *Covid-19, Capitalismo e Crise*. Rio de Janeiro: LEICC/Revista Direito e Práxis, 2020. p. 102–112.

DALLA COSTA, M.; JAMES, S. *Women and the subversion of the community*, by Mariarosa Dalla Costa; and, *A woman's place*, by Selma James. Montpellier, England: Falling Wall Press, 1972.

DE BRITO PONTES, C.; CARNUT, L. Trabalho não remunerado diante da teoria da reprodução social durante o período da COVID-19: notas preliminares de uma revisão crítica. *JMPHC | Journal of Management & Primary Health Care | ISSN 2179-6750*, v. 15, n. spec, p. e001, 28 ago. 2023.

DOWLING, E. *The care crisis: what caused it and how can we end it?* London ; New York: Verso, 2021.

DUMÉNIL, G.; LÉVY, D.; DUMÉNIL, G. *Capital resurgent: roots of the neoliberal revolution*. Cambridge, Mass.: Harvard Univ. Press, 2004.

ELWOOD, R. C. *Inessa Armand: Revolutionary and Feminist*. Cambridge, UK: Cambridge University Press, 1992.

Families in a changing world. : Progress of the World's Women 2019-2020. Nova York: UN Women, 2021.

FEDERICI, S. *Revolution at Point Zero: housework, reproduction and feminist struggle*. Oakland: PM Press, 2012.

FEDERICI, S. *Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva*. Sao Paulo: Ed. Elefante, 2017.

FEDERICI, S. *Social reproduction theory: History, issues and present challenges*. *Radical Philosophy*, v. 2, n. 4, 2019.

FEDERICI, S. *O patriarcado do salário: notas sobre Marx, gênero e feminismo*. São Paulo: Boitempo, 2021.

FEDERICI, S. *Reencantando o mundo: feminismo e a política dos comuns*. São Paulo: Elefante, 2022.

FEDERICI, S. *Mulheres e caça às bruxas: da idade média aos dias atuais*. São Paulo: Boitempo, 2019b.

FEDERICI, S. *O ponto zero da revolução: trabalho doméstico, reprodução e luta feminista*. São Paulo: Elefante, 2019a.

FEIJÓ, J. Mães solo no mercado de trabalho. Blog do IBRE, 5 dez. 2023. Disponível em: <<https://blogdoibre.fgv.br/posts/maes-solo-no-mercado-de-trabalho>>. Acesso em: 30 maio. 2023

FERGUSON, S. J. *Women and work: feminism, labour, and social reproduction*. London: Pluto Press, 2020.

FERGUSON, S. *Building On the Strengths of the Socialist Feminist Tradition*. *Critical Sociology*, v. 25, n. 1, p. 1–15, jan. 1999.

FERGUSON, S.; MCNALLY, D. *Capital, Labour-Power, and Gender-Relations: Introduction to the Historical Materialism Edition of Marxism and the Oppression of Women*. Em: VOGEL, L. (Ed.). Leiden/Boston: Brill, 2013. p. xvii–xl.

FONSECA, R. Contribuições da Teoria da Reprodução Social para o Debate Contemporâneo sobre as Opressões. *Revista Marx e o Marxismo - Revista do Niep*, v. 7, n. 13, p. 272–294, 2019a.

FONSECA, R. *Unidade, diversidade, totalidade: a Teoria da Reprodução Social e seus contrastes*. Dissertação (Mestrado)—Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2019b.

FONSECA, R.; ALENCAR, T. R. DE. Para uma análise inicial dos impactos do ultraneoliberalismo brasileiro sobre a reprodução social. *Revista Trabalho, Política e Sociedade*, v. 6, n. 10, p. 317–338, 2021.

FORTUNATI, L. *The arcane of reproduction: housework, prostitution, labor and capital*. Nova York: Autonomedia, 1995.

FRASER, N. Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da justiça numa era “pós-socialista”. *Cadernos de Campo*, v. 15, n. 14–15, p. 231–239, 2006.

FRASER, N. Reenquadrando a justiça em um mundo globalizado. *Lua Nova*, n. 77, p. 11–39, 2009.

FRASER, N. Por trás do laboratório secreto de Marx - por uma concepção expandida do capitalismo / Behind Marx's hidden abode - For an Expanded Conception of Capitalism. *Revista Direito e Práxis*, v. 6, n. 10, p. 679–703, 11 mar. 2015.

FRASER, N. Contradictions of capital and care. *New Left Review*, v. 100, n. 99, p. 117–142, 2016.

FRASER, N. *Cannibal capitalism: how our system is devouring democracy, care, and the planet - and what we can do about it*. London ; New York: Verso, 2022a.

FRASER, N. *Justiça Interrompida: Reflexões Críticas Sobre a Condição “pós-socialista”*. São Paulo: Boitempo, 2022b.

FRASER, N. *Crisis of Care? On the Social-Reproductive Contradictions of Contemporary Capitalism*. Em: BHATTACHARYA, T. (Ed.). *Social reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. Londres: Pluto Press, 2017a. p. 21–36.

FRASER, N. *Behind Marx’s Hidden Abode: for an expanded conception of capitalism*. Em: DEUTSCHER, P.; LAFONT, C. (Eds.). *Critical Theory in critical times*. Nova York: Columbia University Press, 2017b. p. 141–159.

FRASER, N. *Legitimation crisis? On the political contradictions of financialized capitalism*. *Critical Historical Studies*, v. 2, n. 2, p. 157–190, 2015b.

FRASER, N.; HONNETH, A. *Redistribution or Recognition?: A Political-Philosophical Exchange*. London ; New York: Verso, 2004.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalism: a conversation in critical theory*. Medford, MA: Polity, 2018.

FRASER, N.; JAEGGI, R. *Capitalismo em debate: uma conversa na teoria crítica*. São Paulo: Boitempo, 2020.

GIMENEZ, M. Heleieth I. B. Saffioti, “Women in Class Society” (Book Review). *Science and Society*, v. 46, n. 2, p. 244–246, 1982.

GONÇALVES, G. L. *Acumulação primitiva, expropriação e violência jurídica: expandindo as fronteiras da sociologia crítica do direito*. *Revista Direito e Práxis*, v. 8, n. 2, 14 jun. 2017.

GOUGH, I.; HARRISON, J. *Unproductive Labor and housework again*. *Bulletin for the Conference of Socialist Economists*, v. IV, n. 1, Fev 1975.

GRECCO, F. S. *Trabalhos domésticos e de cuidados sob a ótica da teoria da reprodução social*. *Mediações - Revista de Ciências Sociais*, v. 23, n. 3, p. 70, 29 dez. 2018.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. *O gênero do cuidado: desigualdades, significações e identidades*. São Paulo: Ateliê, 2020.

GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. S. *A mulher na sociedade de classes: inspirações e impactos internacionais*. *Revista Estudos Feministas*, v. 29, n. 1, p. e71394, 2021.

HARRISON, J. *Productive and unproductive labor in Marx’s political economy*. *Bulletin of the Conference of Socialist Economists*, v. 6, p. 70–82, 1973.

HARTMANN, H. I. *The Unhappy Marriage of Marxism and Feminism: Towards a more Progressive Union*. *Capital & Class*, v. 3, n. 2, p. 1–33, jul. 1979.

HESPANHA, A. M. *O caleidoscópio do direito: o direito e a justiça nos dias e no mundo de hoje*. Coimbra: Almedina, 2009.

HIMMELWEIT, S. *Changing norms of social reproduction in an age of austerity*. *Ochanomizu University, Departmental Bulletin Paper*, n. 151, p. 5–20, 2017a.

- HIMMELWEIT, S. Conclusion: explaining austerity and its gender impact. Em: BARGAWI, H.; COZZI, G.; HIMMELWEIT, S. (Eds.). *Economics and austerity in Europe: gendered impacts and sustainable alternatives*. London ; New York: Routledge, 2017b. p. 189–203.
- HIRATA, H. S. Por una arqueología del saber sobre cuidado en Brasil. Em: BATTHYANY, K. (Ed.). *Miradas latinoamericanas a los cuidados*. Buenos Aires: CLACSO, 2020. p. 107–124.
- HIRATA, H. S. *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- HIRATA, H. S.; GUIMARÃES, N. A. *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012.
- HOLMSTROM, N. “Women’s work”, the family and capitalism. *Science & Society*, v. 45, n. 2, p. 186–211, 1981.
- HÜMMELGEN, I. Políticas neoliberais de Damares Alves: uma análise a partir da teoria da reprodução social. *Cadernos Cemarx*, v. 16, p. e022006, 11 nov. 2022.
- JEREMIAS, J. D. Encarceramento masculino e suas implicações na reprodução social da classe trabalhadora: diálogos entre a economia política da pena e a teoria unitária da reprodução social. Dissertação (Mestrado)—Criciúma: Universidade do Extremo Sul Catarinense, 2022.
- KERGOAT, D. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. Em: HIRATA, H. (Ed.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora Unesp, 2009. p. 67–75.
- KERGOAT, D. O cuidado e a imbricação das relações sociais. Em: HIRATA, H.; LOMBARDI, M. R. (Eds.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais*. São Paulo: Boitempo, 2016. p. 17–26.
- KOLLONTAI, A. *Selected writings*. Nova York: W. W. Norton, 1981.
- KOLLONTAI, A. *A nova mulher e a moral sexual*. São Paulo: Expressão Popular, 2004.
- LAPAVITSAS, C. Theorizing financialization. *Work, employment and society*, v. 25, n. 4, p. 611–626, 2011.
- LAPAVITSAS, C. *Profiting without producing: how finance exploits us all*. London: Verso, 2013.
- LARGUIA, I.; DUMOLIN, J. Toward a science of women’s liberation. *Political Affairs*, v. LI, n. 6–8, jun. 1972.
- LASLETT, B.; BRENNER, J. Gender and Social Reproduction: Historical Perspectives. *Annual Review of Sociology*, v. 15, p. 381–404, 1989.
- LAVINAS, L. A financeirização da política social: o caso brasileiro. *Revista Politika*, n. 2, p. 34–51, 2015a.
- LAVINAS, L. New trends in inequality: the financialization of social policies. Em: GALLAS, A. et al. (Eds.). *Combating Inequality: the global north and south*. Nova York: Routledge, 2015b. p. 212–226.

LAVINAS, L. *The takeover of social policy by financialization: the Brazilian paradox*. New York, NY: Palgrave Macmillan, 2017.

LAVINAS, L. *The Collateralization of Social Policy under Financialized Capitalism*. *Development and Change*, v. 49, n. 2, p. 502–517, mar. 2018.

LAVINAS, L.; BRESSAN, L.; RUBIN, P. *Brazil: how Covid-related relief policies inaugurated a new cycle of household indebtedness*. *Documentos de Trabajo CIEPP*, n. 109, p. 1–28, 2022.

LAVINAS, L.; GENTIL, D. *Brasil anos 2000: a política social sob regência da financeirização*. *Novos Estudos - CEBRAP*, v. 37, n. 1, p. 191–211, ago. 2018.

LOTZ, C. *The capitalist schema: time, money, and the culture of abstraction*. Lanham, Maryland: Lexington Books, 2014.

LUXEMBURG, R. *The accumulation of capital*. London; New York: Routledge, 2003.

MACHADO, B. *Articulando utopias: algumas possibilidades do encontro entre feminismo negro e o marxismo da reprodução social*. *Lutas Sociais*, v. 22, n. 40, p. 23–35, jun. 2018.

Mais SUS em evidências. São Paulo: Instituto de Estudos para Políticas de Saúde (IEPS), 2023.

MARX, K. *Teorias da mais-valia: história crítica do pensamento econômico (Livro 4 de O Capital)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1980. v. I

MARX, K. *O capital: crítica da economia política: livro I: o processo de produção do capital*. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2017.

MARX, K.; ENGELS, F. *Collected Works: Volume 3 (1843-1844)*. Moscow: Progress Publishers, 1975.

MCNALLY, D. *Intersections and Dialectics: Critical Reconstructions in Social Reproduction Theory*. Em: BHATTACHARYA, T. (Ed.). *Social Reproduction Theory: remapping class, recentring oppression*. Londres: Pluto Press, 2017. p. 94–111.

MEDEIROS, A. C.; ONUMA, F. M. S. *A relação entre maternidade, reprodução social e neoliberalismo na Política Nacional de Atenção às Mulheres em Situação de Privação de Liberdade e Egressas do Sistema Prisional (PNAMPE)*. *REAd. Revista Eletrônica de Administração (Porto Alegre)*, v. 28, n. 2, p. 372–401, ago. 2022.

MELO, C. B. D. *A Teoria do Valor-Trabalho Marxista e a Teoria da Reprodução Social: uma reflexão a partir da Epistemologia Feminista*. *Laborare*, v. 6, n. 11, p. 91–103, 18 set. 2023.

MENON, I. *7 em cada 10 mulheres são mães no Brasil; metade é solo*. *Folha de S. Paulo*, 13 maio 2023.

MEZZADRI, A. *On the value of social reproduction: Informal labour, the majority world and the need for inclusive theories and politics*. *Radical Philosophy*, v. 2, n. 4, 2019.

- MEZZADRI, A. A Value Theory of Inclusion: Informal Labour, the Homemaker, and the Social Reproduction of Value. *Antipode*, v. 53, n. 4, p. 1186–1205, jul. 2021.
- MEZZADRI, A. The Social Reproduction of Pandemic Surplus Populations and Global Development Narratives on Inequality and Informal Labour. *Development and Change*, v. 53, n. 6, p. 1230–1253, nov. 2022.
- MEZZADRI, A.; NEWMAN, S.; STEVANO, S. Feminist global political economies of work and social reproduction. *Review of International Political Economy*, p. 1–21, 6 ago. 2021.
- MIES, M. Capitalist development and subsistence reproduction; rural women in India. *Bulletin of Concerned Asian Scholars*, v. 12, n. 1, p. 2–14, mar. 1980.
- MIES, M. Dynamics of Sexual Division of Labour and Capital Accumulation: Women Lace Workers of Narsapur. *Economic and Political Weekly*, 10/12. v. 16, p. 487–500, 1981.
- MIES, M. *The Lace Makers of Narsapur: Indian Housewives Produce for the World Market*. Londres: Zed Books, 1982.
- MIES, M.; BENNHOLDT-THOMSEN, V. *The Subsistence Perspective: Beyond the Globalised Economy*. Londres: Zed Books, 1999.
- MIES, M.; BENNHOLDT-THOMSEN, V.; VON WERLHOF, C. *Women: the last colony*. Londres: Zed Books, 1988.
- MITCHELL, J. Women: the longest revolution. *New Left Review*, n. 40, p. 75–122, Dez 1966.
- MOLINIER, P. Ética e trabalho do care. Em: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (Eds.). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Atlas, 2012. p. 29–43.
- MOLINIER, P.; LAUGIER, S.; PAPERMAN, P. Qu'est-ce que le care? Em: *Souci des autres, sensibilité, responsabilité*. Paris: Payot & Rivages, 2009.
- MOLYNEUX, M. Beyond the domestic labour debate. *New Left Review*, v. 116, n. 3, p. 3–27, 1979.
- MOOS, K. A. The historical evolution of the cost of social reproduction in the United States, 1959–2012. *Review of Social Economy*, v. 79, n. 1, p. 51–75, 2 jan. 2021.
- MORAES, M. L. Q. Marxismo e feminismo: afinidades e diferenças. *Crítica Marxista*, v. 1, n. 11, p. 89–97, 2000.
- MORAIS, L.; SAAD-FILHO, A. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. *Revista de Economia Política*, v. 31, n. 4, p. 507–527, dez. 2011.
- MORTON, P. A woman's work is never done. Em: ALTBACH, E. (Ed.). *From Feminism to Liberation*. Cambridge: MA Schenkman Publishing, 1971. p. 211–227.
- MOTTA, D. A CONTRIBUIÇÃO DE HELEIETH SAFFIOTI PARA A ANÁLISE DO BRASIL: gênero importa para a formação social? *Caderno CRH*, v. 33, 22 dez. 2020.

MUNRO, K. Unproductive Workers and State Repression. *Review of Radical Political Economics*, v. 53, n. 4, p. 623–630, dez. 2021.

O’KANE, C. Critical Theory and the Critique of Capitalism: An Immanent Critique of Nancy Fraser’s “Systematic” “Crisis–Critique” of Capitalism as an “Institutionalized Social Order”. *Science & Society*, v. 85, n. 2, p. 207–235, 2021.

O’KANE, C.; MUNRO, K. Marxian economics and the critique of political economy. Em: BONEFELD, W.; O’KANE, C. (Eds.). *Adorno and Marx: Negative dialectics and the critique of political economy*. Londres: Bloomsbury Academic, 2022. p. 77–95.

PACHUKANIS, E. *A teoria geral do direito e o marxismo e ensaios escolhidos (1921 - 1929)*. São Paulo: Sundermann, 2017.

PAULANI, L. *Brasil delivery: servidão financeira e estado de emergência econômico*. 1a. ed ed. São Paulo: Boitempo Editorial, 2008.

PEREIRA, A. A. “Teoria” da reprodução social em debate: uma análise a partir do feminismo marxista socialista. *Cadernos Cemarx*, v. 15, p. 1–19, 17 fev. 2022.

Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD). . Brasília: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 2022.

PINTO, C. R. J. O feminismo bem-comportado de Heleieth Saffioti (presença do marxismo). *Revista Estudos Feministas*, v. 22, n. 1, p. 321–333, abr. 2014.

Quanto a União gastou com Assistência Social? : Fatos Fiscais. Brasília: Tribunal de Contas da União (TCU), 2023. Disponível em: <https://sites.tcu.gov.br/fatos-fiscais/assistencia_social.html>.

QUICK, P. The class nature of women’s oppression. *Review of Radical Political Economics*, v. 9, n. 42, p. 42–53, Outubro 1977.

RESENDE, A. et al. NPE 38: Raízes e panorama do trabalho doméstico remunerado no Brasil: reprodução social e algumas de suas contradições. São Paulo: MADE/USP, 2023. Disponível em: <https://madeusp.com.br/wp-content/uploads/2023/04/npe38_site.pdf>.

ROBERTS, A. Household Debt and the Financialization of Social Reproduction: Theorizing the UK Housing and Hunger Crises. Em: *Research in Political Economy*. [s.l.] Emerald Group Publishing Limited, 2016. v. 31p. 135–164.

RODRÍGUEZ-ROCHA, V. Social Reproduction Theory: State of the field and new directions in geography. *Geography Compass*, v. 15, n. 8, ago. 2021.

RUAS, R. Teoria da Reprodução Social: apontamentos para uma perspectiva unitária das relações sociais capitalistas. *Revista Direito e Práxis*, v. 12, n. 1, p. 379–415, jan. 2021.

SAAD-FILHO, A. Social Policy for Neoliberalism: The Bolsa Família Programme in Brazil: Social Policy for Neoliberalism: Bolsa Família in Brazil. *Development and Change*, v. 46, n. 6, p. 1227–1252, nov. 2015.

SAFFIOTI, H. *Women in class society*. New York: Monthly Review Press, 1978.

- SAFFIOTI, H. A mulher na sociedade de classes: mito e realidade. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- SANTOS, C. S. A. S. DOS. Pandemia COVID-19 e a ruptura da última fronteira: crise da reprodução social e a expropriação de pessoas em situação de rua em um município do Sul de Minas Gerais. Dissertação (Mestrado)—Alfenas: Universidade Federal de Alfenas, 2022.
- SARAIVA, C. G. A relação entre trabalho doméstico, valor e capitalismo dependente: uma crítica à luz da teoria da reprodução social. Dissertação (Mestrado)—Rio de Janeiro: Universidade Estadual do Rio de Janeiro, 2021.
- SARAIVA, C. G. Totalidade, reprodução social e divisão sexual-racial do trabalho no capitalismo dependente. *Revista Praia Vermelha*, v. 32, n. 1, p. 48–73, 2022.
- SCOTT, J. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v. 20, n. 2, 1995.
- SECOMBE, W. The housewife and her labor under capitalism. *New Left Review*, v. 83, jan. 1973.
- SOTIROPOULOS, D. P.; MILIOS, J.; LAPATSIORAS, S. A political economy of contemporary capitalism and its crisis: demystifying finance. London ; New York: Routledge, 2013.
- STEFANOVIC, A. F. Caring in times of COVID-19: a global study on the impact of the pandemic on care work and gender equality: Project Documents. Santiago: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), 2023.
- STEVANO, S. et al. Hidden Abodes in Plain Sight: the Social Reproduction of Households and Labor in the COVID-19 Pandemic. *Feminist Economics*, v. 27, n. 1–2, p. 271–287, 3 abr. 2021.
- STEVANO, S.; ALI, R.; JAMIESON, M. Essential for what? A global social reproduction view on the re-organisation of work during the COVID-19 pandemic. *Canadian Journal of Development Studies / Revue canadienne d'études du développement*, v. 42, n. 1–2, p. 178–199, 3 abr. 2021.
- TADINI, G. E. Domínio e imagem: o legado de Nancy Fraser e um olhar sobre suas e seus intérpretes no Brasil. Dissertação (Mestrado)—Brasília: Universidade de Brasília, 2019.
- TORRACO, R. J. Writing Integrative Literature Reviews: Guidelines and Examples. *Human Resource Development Review*, v. 4, n. 3, p. 356–367, set. 2005.
- UNO, K. Principles of political economy: Marxist theory and contemporary capitalism. Tradução: Thomas Sekine. Bridhton, UK: The Harvester Press, 1977.
- VOGEL, L. Marxism and the oppression of women: toward a unitary theory. Boston: Brill, 2013.
- VON WERLHOF, C. Production Relations without Wage Labor and Labor Division by Sex: Collective Cooperatives in New Irrigated Farming Systems in Venezuela. *Review (Fernand Braudel Center)*, 2. v. 7, p. 315–359, 1983.

VON WERLHOF, C. Wenn die Bauern wiederkommen: Frauen, Arbeit und Agrobusiness in Venezuela. Doutorado—Frankfurt: Universität Frankfurt, 1985.

YOUNG, I. Beyond the unhappy marriage: a critique of the dual systems theory. Em: SARGENT, L. (Ed.). Women and revolution: a discussion of the unhappy marriage of marxism and feminism. Montréal: Black Rose Books, 1981.

ZETKIN, C. Lenin on the woman question. Whitefish, MT: Literary Licensing, 2011.

ZETKIN, C. Como nasce e morre o fascismo. São Paulo: Autonomia Literária, 2019.